



Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Kelly Cristina de Moraes Camargo

**DINÂMICA DEMOGRÁFICA E TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICA  
RECENTE NO MATO GROSSO**

Campinas  
2017

KELLY CRISTINA DE MORAES CAMARGO

**DINÂMICA DEMOGRÁFICA E TRANSFORMAÇÃO  
ECONÔMICA RECENTE NO MATO GROSSO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Demografia.

*Supervisor/Orientador:* Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA KELLY CRISTINA DE MORAES CAMARGO E ORIENTADA PELO PROF. DR. ROBERTO LUIZ DO CARMO.

A handwritten signature in blue ink, reading "Roberto Luiz do Carmo", is written over a horizontal line.

CAMPINAS

2017

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** CAPES

**ORCID:** <http://orcid.org/http://orcid.org/ht>

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

C140d Camargo, Kelly Cristina de Moraes, 1992-  
Dinâmica demográfica e transformação econômica recente no Mato Grosso / Kelly Cristina de Moraes Camargo. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Roberto Luiz do Carmo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Agroindústria - Mato Grosso. 3. Desenvolvimento Regional - Brasil, Centro-Oeste. I. Carmo, Roberto Luiz do, 1966-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Demographic dynamics and recent economic transformation in Mato Grosso

**Palavras-chave em inglês:**

Migration

Agricultural industries - Mato Grosso

Regional Development - Brazil, Midwest

**Área de concentração:** Demografia

**Titulação:** Mestra em Demografia

**Banca examinadora:**

Roberto Luiz do Carmo [Orientador]

Fernando César de Macedo

José Marcos Pinto da Cunha

**Data de defesa:** 23-03-2017

**Programa de Pós-Graduação:** Demografia



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNICAMP**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 23 de março de 2017, considerou a candidata KELLY CRISTINA DE MORAES CAMARGO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo

Prof. Dr. Fernando César de Macedo

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

**A Ata da Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.**

*Dedico esse trabalho aos meus **pais**, meus  
maiores apoiadores.*

## AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos:

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa que possibilitou a realização deste trabalho.

Ao CNPq, através do financiamento do projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: *“follow-up”* do caso de Lucas do Rio Verde (MT)” - (Processo nº 479551/2013-8), que viabilizou a pesquisa de campo no município de Lucas do Rio Verde.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, na pessoa do diretor professor Dr. Jorge Coli, pelo suporte institucional.

Aos professores da banca de defesa, professores Dr. Fernando César de Macedo e Dr. José Marcos P. da Cunha, que também participaram da banca de qualificação. É sempre uma grande honra contar com a presença dos senhores. Assim como agradeço a disponibilidade e atenção do professor Dr. Álvaro de Oliveira D’Antona, e da Dra. Thais Lombardi, como membros suplentes para a banca de defesa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo, que acreditou em minhas potencialidades. Agradeço imensamente pela paciência, respeito e generosidade ao longo de mais de cinco anos de pesquisa. Afinal, felizmente nos encontramos na Iniciação Científica, durante a minha graduação em Ciências Sociais, e mantivemos a parceria desde então. Roberto, você possibilitou a minha formação, e eu não tenho palavras para expressar o quão grata sou.

A todos os professores e pesquisadores do Departamento de Demografia da UNICAMP, especialmente àqueles com quem tive o privilégio de cursar disciplinas, os quais me ensinaram o que sei sobre demografia com muita atenção e respeito: Roberto Luiz do Carmo, José Marcos P. da Cunha, Rosana Baeninger, Maria Coleta de Oliveira, Joice Melo Vieira, Luciana Correia Alves, Glaucia dos Santos Marcondes, Roberta Peres, e Everton Emanuel de Lima.

Ao Núcleo de Estudos de População (NEPO), da UNICAMP, especialmente à professora Dra. Marta Azevedo, coordenadora do Núcleo. Do NEPO, agradeço ainda ao corpo de profissionais que está sempre à nossa disposição nos auxiliando. E também à professora Dra. Ana Silvia Scott que me concedeu a oportunidade de participar do Programa de Estágio Docente (PED) durante a sua disciplina de Metodologias e Técnicas de Pesquisa.

A todas e todos os (as) colegas da linha de pesquisa em População e Ambiente, por me acolherem de forma tão sincera e companheira desde meu ingresso na Iniciação Científica.

Sou e serei eternamente grata a todos vocês. Destaco o meu profundo agradecimento ao professor Dr. Álvaro de Oliveira D'Antona, a doutoranda Carla Craice, e a graduanda Sofia Furtado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Demografia por ter concedido suporte profissional e ter financiado a minha participação no VII Congreso da Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais em 2016.

Aos meus queridos e queridas amigas do NEPO, principalmente, àqueles estudantes que pertencem à mesma coorte que eu. Nunca conseguiria cursar as disciplinas sem a ajuda, paciência, e o bom humor de vocês: Joice Domeniconi, Gustavo Brusse, Rafael Marins, Thiago Bonatti, Renato Cintra, Marcelo Yamaki, Pedro Andrade, Ana Camila Pereira, William Lima, Anna Karoline Cruz e Felipe Ferraz.

E claro, a Tathiana Anazawa que não faz parte da mesma coorte, mas tem uma participação inestimável ao me acalmar nesses últimos meses de escrita.

Também a Giovana Pereira, que é minha mentora particular ao me orientar nos assuntos da vida e da academia. Ter dividido o apartamento com você, e com a Fernanda Lang, foi maravilhoso. Apesar de termos passado por certa dificuldade, eu fico feliz que tenha sido com vocês. Meninas, obrigada pelos cafés, pelos vídeos, brigadeiros, filmes, risadas e chocolates. Obrigada também pela Margot, foi um grande presente dividir a custódia dessa bichana de personalidade forte por alguns meses.

Não poderia faltar agradecer aos meus grandes e inesquecíveis amigos e amigas: Georgia Akel, Marcelo Ceccareli, Jean Lucas, Thuany Figueiredo, Rubia Wolf, e Maria Elisa Venegas. Meus queridos, vocês são meus amigos para a vida toda e, por isso, sempre estarão nos meus agradecimentos. É um verdadeiro presente ter vocês na minha vida.

Meu agradecimento especial também as minhas amigas da melhor república de Barão Geraldo, particularmente a inestimável aquariana Talita Amorim. Obrigada por se tornarem minha outra família, e por continuarem de portas abertas para mim.

E claro, aos meus pais, Carla e Darci, que me apoiam incondicionalmente. Obrigada por serem meus maiores incentivadores, meu porto seguro. E a minha irmã, Letícia, sempre disposta a me ajudar. Também agradeço aos meus queridos e presente avós: José Carlos, Darci e Adalgiza. Amo todos vocês!

Enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta na realização desse trabalho, o meu muito obrigada.



“Ângela vive numa atmosfera de milagre. Não, não há razão de espanto: o milagre existe. O milagre é uma sensação. Sensação de quê? De milagre. Milagre é uma atitude, assim como o girassol vira lentamente sua abundante corola para o sol. O milagre é a simplicidade última de existir. O milagre é o riquíssimo girassol a se explodir de caule, corola e raiz – e ser apenas uma semente. Semente que contém o futuro” (LISPECTOR, 1978).

## RESUMO

O **objetivo** da presente dissertação consiste na compreensão das transformações na dinâmica migratória apresentadas pelos municípios do Mato Grosso, que receberam os mais expressivos incentivos em Crédito Rural, durante os anos 2000-2010. Dentre esses municípios, Lucas do Rio Verde foi escolhido para análise pormenorizada enquanto nível local, em razão do seu atual e expressivo dinamismo econômico e demográfico, sobretudo, após a introdução de um grande complexo agroindustrial da carne durante os anos 2000.

Lucas do Rio Verde pode exemplificar a dinâmica demográfica das “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2013) do Mato Grosso. Nesse sentido, afirma-se que as “cidades do agronegócio” dos complexos grãos e carne no estado demonstraram crescimento populacional via migração para áreas urbanas, e (re) organização das proporções dos fluxos migratórios segundo local de origem, o qual se relaciona com a ocupação do migrante no município.

A **metodologia** empregada consiste no estudo da bibliografia pertinente; na análise de dados quantitativa oriundos de informações disponibilizadas por órgãos públicos (como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); e na exposição de informações qualitativas obtidas em pesquisa de campo no município de Lucas do Rio Verde.

O estudo possibilitou o diálogo entre as dimensões nacional, regional e local, como também a interlocução entre a perspectiva teórica e a empírica. Percebe-se que ainda persistem características da migração que são recorrentes dos processos historicamente percebidos, mas que essa também assume novos atributos a partir das transformações produtivas evidenciadas.

**Palavras-Chave:** Migração; Agroindústria - Mato Grosso; Desenvolvimento Regional; Centro-Oeste.

## **ABSTRACT**

The **objective** of this dissertation is to understand the transformations in migration, that were presented by the Mato Grosso's municipalities, which received the most expressive incentives in Rural Credit during the years 2000-2010. Among these municipalities, Lucas do Rio Verde was chosen for detailed analysis at the local level, due to its current and significant economic and demographic dynamism, mainly after the introduction of a large agroindustrial meat complex in the municipality in 2000's.

Lucas do Rio Verde can exemplify the demographic dynamics of the "agribusiness cities" (ELIAS, 2013) of Mato Grosso. In this sense, it is stated that the "agribusiness cities" of the Mato Grosso showed population growth through migration to urban areas, and (re) organization of the proportion of migratory flows according to place of origin, since this is relates to the occupation of the migrant in the municipality.

The **methodology** used the analysis of the relevant bibliography, with quantitative data derived from information provided by public agencies (particularly Instituto Brasileiro de Geografia), together with qualitative information obtained in field research in Lucas do Rio Verde.

The **results** demonstrated that the study allowed the dialogue between the national, regional and local dimensions, as well as the dialogue between the theoretical and empirical perspectives. It can be seen that there are still characteristics of the migration that are recurrent of the historically perceived processes, but that this one also assumes new attributes from the evidenced productive transformations.

**Keywords:** Migration; Agroindustry – Mato Grosso; Regional Development, Brazilian Midwest.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmides Etárias da População Residente do Mato Grosso, e dos Migrantes Interestaduais, entre 2000-2010.....	39
Gráfico 2: Distribuição dos recursos do SNCR, por Grande Região, entre 2000 e 2010. ....	51
Gráfico 3: Desembolso total (R\$ Milhões) do BNDES para o Brasil e para a região Centro-Oeste, entre 2000 e 2010.....	52
Gráfico 4: Proporção (%) entre as Unidades da Federação do Centro-Oeste no recebimento dos desembolsos do BNDES, entre 2005 e 2010. ....	52
Gráfico 5: Proporção dos desembolsos do BNDES na região Centro-Oeste, por setor da economia, entre 2005 e 2010.....	53
Gráfico 6: Quantidade produzida (mil toneladas) pelas lavouras temporárias e pela soja, e rendimento médio da lavoura de soja, no Mato Grosso, entre 1990 e 2010. ....	59
Gráfico 7: Exportação (US\$ Bilhões) de Soja no Mato Grosso, entre 1990 e 2009.....	62
Gráfico 8: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da população por lugar de domicílio, segundo as maiores taxas dos municípios do Mato Grosso, entre 2000 e 2010.....	81
Gráfico 9: Volume de imigrantes, quesito “data-fixa” nos municípios mato-grossenses, em 2010.....	82
Gráfico 10: Quantidade de vínculos ativos por setor da economia, segundo municípios mato-grossenses, em 2000 e 2010. ....	84
Gráfico 11: Quantidade Produzida de soja e milho, por localidade, entre 1990 e 2010.....	105
Gráfico 12: População empregada por setor da economia em 2000 e 2010. ....	107
Gráfico 13: Empresas, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total e ano de fundação, em Lucas do Rio Verde, 2010.....	108

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Variação da área plantada de soja no Brasil entre 1990 e 2010, com destaque para o estado do Mato Grosso.....	61
Figura 2: Participação (Mil Reais) do setor agropecuário no PIB dos municípios mato-grossenses, em 2010.....	68
Figura 3: Quantia (R\$) recebida de Crédito Rural, segundo município do Mato Grosso, em 2010.....	74
Figura 4: Taxa geométrica de crescimento anual (%) dos valores aplicados em Crédito Rural nos municípios do Mato Grosso, entre 2005 e 2010.....	76
Figura 5: Grau de Urbanização nos municípios do Mato Grosso em 2010. ....	80
Figura 6: Quantidade de agências bancárias, segundo município, em 2010. ....	85
Figura 7: Localização de Lucas do Rio Verde no estado do Mato Grosso. ....	95
Figura 8: Hasteamento da bandeira no acampamento do 9º BEC. ....	96
Figura 9: Foto de cerimônia de fundação do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde.....	98
Figura 10: Chegada dos colonos (parceiros) de Ronda Alta em 1981. ....	99
Figura 11: Foto da quebra da vegetação do bioma Cerrado para limpar lotes de terras em 1981.....	100
Figura 12: Silos de armazenamento de grãos na avenida Amazonas. ....	115
Figura 13: Perímetro e expansão de Lucas do Rio Verde, em 2007.....	119
Figura 14: Foto da entrada com o outdoor da construção do Condomínio Reserva da Mata. ....	121
Figura 15: Casas no bairro Tessele Jr., Bairro da BRF. ....	122
Figura 16: Domicílios localizados próximo à área central de Lucas do Rio Verde. ....	123
Figura 17: Residências em construção em Lucas do Rio Verde. ....	123
Figura 18: Contraste entre prédio e casa de madeira no Centro de Lucas do Rio Verde. ....	124
Figura 19: Ruas amplas e asfaltadas em Lucas do Rio Verde.....	125
Figura 20: Imagem de satélite de Lucas do Rio Verde, localização da nova prefeitura, do bairro Tessele Jr., e dos loteamentos do projeto federal “Minha Casa, Minha Vida”. ....	126
Figura 21: Pirâmides etárias de migrantes, não migrantes e residentes em Lucas do Rio Verde, 1991, 2000 e 2010.....	132
Figura 22: Relação entre ocupação e migração em Lucas do Rio Verde, segundo UF de nascimento, UF de nascimento do migrante na “data-fixa”, migrante na “data-fixa”, em 2010.....	142
Figura 23: Localização das microrregiões mato-grossenses. ....	162

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente, segundo condição do domicílio, por UFs da região Centro-Oeste, entre 1950 a 2010.....	30
Tabela 2: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (%), segundo as UFs da região Centro-Oeste, por condição do domicílio, entre 1950-1960 e 2000-2010. ....	31
Tabela 3: Taxa de Migração Líquida nas UFs da Região Centro-Oeste, entre 1950-1960 e 2000-2010.....	33
Tabela 4: Entradas e saídas migratórias, utilizando a informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa, segundo as UFs da região Centro-Oeste, entre 1975-1980 e 2005-2010. ....	34
Tabela 5: Proporção de imigrantes com destino ao Mato Grosso por UF, segundo informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa, entre 1976-1980 a 2005-2010. ....	35
Tabela 6: Estrutura familiar dos (as) responsáveis pelo domicílio, migrantes no Mato Grosso, entre 1980 e 2010.....	37
Tabela 7: Condição do domicílio de migrantes interestaduais no Mato Grosso, entre 1980 e 2010.....	40
Tabela 8: Setor de inserção dos migrantes interestaduais no Mato Grosso, entre 1980 e 2010.....	40
Tabela 9: Índice de Gini da renda domiciliar <i>per capita</i> , segundo município, em 1991, 2000 e 2010.....	86
Tabela 10: Déficit Habitacional, por “cidades do agronegócio” no país, em 2010.....	88
Tabela 11: Condição de ocupação dos domicílios em 2010, crescimento da quantidade de domicílios e da população residente, entre 2000 e 2010, por “cidade do agronegócio”. ....	89
Tabela 12: Indicadores da situação de assistência do SUS em 2009, por “cidade do agronegócio”.....	90
Tabela 13: Quantidade (%) de estabelecimentos, por tamanho do estabelecimento, e por grupos de atividade em Lucas do Rio Verde, no ano de 2006. ....	103
Tabela 14: Número de cabeças e crescimento dos rebanhos de aves e suínos, por localidade, entre 1990, 2000 e 2010. ....	105
Tabela 15: Vínculos empregatícios ativos em dezembro de 2010, segundo setor da economia (classificação IBGE) e sexo do(a) trabalhador(a), em Lucas do Rio Verde. ....	108
Tabela 16: Destino do lixo, segundo localidade, por situação do domicílio, em 2010. ....	116
Tabela 17: Forma de abastecimento de água, por localidade, e situação do domicílio em 2010.....	116
Tabela 18: Tipo de esgotamento sanitário, por localidade, e situação do domicílio, em 2010.....	117
Tabela 19: Tipo de domicílio, segundo localidade, em 2010.....	120
Tabela 20: População Residente e Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População, segundo condição do domicílio, em 1991, 2000 e 2010. ....	127
Tabela 21: Porcentual (%) do nível de instrução dos imigrantes de Lucas do Rio Verde, acima de 14 anos, em 1991, 2000 e 2010.....	135

Tabela 22: Situação Conjugal dos imigrantes em Lucas do Rio Verde de 1991 a 2010. ....	135
Tabela 23: Composição familiar dos imigrantes “data-fixa”, em Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2010. ....	136
Tabela 24: Imigrantes na “data-fixa”, segundo UF, em 1991, 2000 e 2010. ....	137
Tabela 25: Migração “data-fixa”, segundo os 10 maiores fluxos dentre os municípios mato-grossenses, entre 1991 e 2010. ....	138
Tabela 26: Migrantes e não migrantes segundo setor da economia em Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2010. ....	139

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
<b>CAPÍTULO 1. CENTRO-OESTE: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA</b>	<b>20</b>
Introdução	20
1.1. Ocupação populacional no Mato Grosso: uma breve caracterização	21
1.2. As políticas de desenvolvimento econômico na região Centro-Oeste	41
Considerações Finais	54
<b>CAPÍTULO 2. AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO: A TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DO MATO GROSSO</b>	<b>56</b>
Introdução	56
2.1. Agronegócio globalizado e expansão da Soja no Mato Grosso: a formação de “Regiões Produtivas Agrícolas”	57
2.2. Breve caracterização das pequenas e médias “cidades do agronegócio” do Mato Grosso	78
Considerações Finais	91
<b>CAPÍTULO 3. O QUE FAZ DE LUCAS DO RIO VERDE UMA “CIDADE DO AGRONEGÓCIO”?</b>	<b>93</b>
Introdução	93
3.1. Perspectiva local das políticas de integração e colonização do Centro-Oeste: a fundação de Lucas do Rio Verde	94
3.2. Da soja ao porquinho: aspectos econômicos e o mercado de trabalho numa “cidade do agronegócio” grãos-carne	104
3.3. Aspectos urbanos em uma “cidade do agronegócio”	113
3.4. Dinâmica populacional: a relação entre migração e trabalho em Lucas do Rio Verde	127
Considerações Finais	144
CONCLUSÕES	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	149
APÊNDICE	162
ANEXO	163

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos” (PROUST, 1913).

Os desafios dos estudos urbano-regionais se ampliaram com as novas formas de uso do território, que surgiram a partir da transformação do regime de acumulação. Essas mudanças repercutiram em novas regionalizações, que podem ser vistas tanto a nível global, quanto em menores níveis escalares dentro dos países (MACEDO; MORAES, 2011).

É de se esperar que o movimento não seja homogêneo, e ele não é. No seu desenrolar acaba redefinindo a articulação entre lugares, impactando na geografia econômica nacional e internacional (MACEDO; MORAES, 2011). Para Santos (1996), trata-se de um movimento complexo, porque se de uma forma geral, todos os países tendem a globalização produtiva, as suas escalas locais, por outro lado, denotam diferentes versões dessa mundialização.

Bernardes (2014) chama a atenção para o fato de que o entendimento de tais diferenciações é imprescindível para a manutenção do desenvolvimento econômico local. Que no nosso estudo se refere à área de expansão do capital no Centro-Oeste, mais especificamente nos municípios do Mato Grosso que estão especializados no complexo grãos-carne.

Destaca-se, desse modo, a relevância de um estudo sobre o Centro-Oeste, que passou de uma área de fronteira agrícola para um grande e novo parque agroindustrial através de investimento governamental (CUNHA, 2002a). Tornando-se um importante produtor dessa atividade que é fundamental para o projeto de país em vigor, assim como para a dinâmica do mercado mundial (BERNARDES, 2014).

É essencial relatar ainda que as mudanças na organização do território não são postas apenas em termos econômicos, ao também denotar impactos sociais e demográficos. Tendo em vista que a presente dissertação se insere num programa de Pós-graduação em Demografia, aponta-se que para a compreensão das variáveis demográficas é necessário perceber que a dinâmica populacional é resultado de processos históricos socialmente construídos e, portanto, característicos de um determinado tempo e espaço (CARMO *et al*, 2012). De fato, indicadores demográficos só podem ser compreendidos em relação ao contexto socioeconômico em que estão inseridos.

---

<sup>1</sup> As normas de apresentação do texto seguiram as indicações propostas em ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027. Informação e documentação. Rio de Janeiro, 2013.

Por conseguinte, ressalta-se que o Mato Grosso vem passando por intensas transformações que tiveram início na década de 1970, com a fronteira agrícola, e se intensificaram a partir da década de 1990, com a expansão da produção de grãos e da atividade agroindustrial. Repercutindo também em (re) organização dos processos migratórios.

Nesse sentido, o objetivo geral da presente dissertação é compreender o crescimento populacional, acima da média do estado do Mato Grosso, pelo qual tem passado os municípios que receberam os mais expressivos investimentos<sup>2</sup> nos setores agropecuário e agroindustrial durante os anos 2000-2010.

De maneira que, busca-se investigar a dinâmica migratória desses municípios em 2000-2010, em comparação às décadas anteriores, guiada pelos seguintes questionamentos:

- a. O perfil da migração e a composição dos fluxos migratórios interestaduais foram alterados nesses municípios mato-grossenses?
- b. Qual a relação das transformações e permanências nos aspectos da migração com as novas características produtivas dos municípios?
- c. Por último, a dinâmica sociodemográfica a nível municipal está relacionada com o contexto de transformação produtiva a nível estadual?

Entende-se que foi com a penetração do capital no Mato Grosso, por meio das atividades que possibilitam a consecução do agronegócio e da agroindústria nos municípios, que provocou modificações na demanda de emprego em termos quantitativos e qualitativos e, portanto, que implicou em alterações no perfil e na composição dos fluxos migratórios dessas localidades.

Interessa-nos, sobretudo, os municípios que em seu destaque no agronegócio ou na agroindústria mato-grossense se inserem no conceito de Elias (2011) de “cidades do agronegócio”. Trata-se de municípios que apresentam um intenso crescimento populacional na área urbana, bem como transformações na sua dinâmica urbana, após grandes somas de investimentos na introdução ou na intensificação de uma atividade agropecuária ou agroindustrial, que se torna a atividade mais importante do município, sob a qual todas as outras atividades ou setores estão subordinados.

---

<sup>2</sup> Para análise do nível municipal utilizou-se para o Crédito Rural. Enquadram-se nesse escopo os seguintes municípios: Água Boa, Alto Garças, Cáceres, Campo Novo dos Parecis, Campo Verde, Campos de Júlio, Canarana, Diamantino, Itiquira, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Pedra Preta, Primavera do Leste, Querência, Rondonópolis, Sapezal, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, e Tapurah.

Aponta-se que o conceito de Elias (2005) está alicerçado nos fundamentos teóricos propostos por Milton Santos, sendo um desdobramento do conceito de “Cidade do Campo”. Para Santos (2000), o agronegócio constitui no século 21 uma das formas do capital manifestar o seu poder de (re) produção através da conquista do espaço. Assim, de acordo com o autor, através de um processo dialético e contraditório, o agronegócio acaba (re) produzindo novas relações sociais de produção ao criar novos setores produtivos, incorporando novos espaços ou reunificando espaços que, em outro momento ou circunstância, estavam separados. Como consequência surgem arranjos produtivos e espaciais, tanto no campo, quanto nas cidades, em que predominam as atividades ligadas ao agronegócio.

Sob esse contexto, pretendemos no Capítulo 1 traçar um breve panorama histórico regional do Centro-Oeste, ressaltando particularmente, as especificidades do estado do Mato Grosso, em relação a suas particularidades das mudanças e permanências do perfil do migrante interestadual no Mato Grosso, entre 1970-1980 e 2000-2010.

Destacando, aqui, também as políticas públicas nacionais de ocupação populacional e de incentivo à modernização agrícola que foram vivenciadas pelas localidades, que tiveram impacto direto na dinâmica demográfica. Iniciamos a nossa discussão com a exposição acerca da Marcha para o Oeste, ocorrida na década de 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, a qual concedeu o primeiro impulso efetivo para à ocupação do Centro-Oeste. Concedendo foco também para o período concernente aos governos do regime militar oriundo do Golpe de 1964, no qual foram intensificadas as políticas estatais que visavam à transformação da estrutura produtiva do Centro-Oeste (GUIMARÃES e LEME, 2002). Por fim, chegamos à década de 2000, com as políticas de desenvolvimento regional recuperadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

No Capítulo 2, tivemos como objetivo relacionar a modernização conservadora<sup>3</sup> dos setores agropecuário e agroindustrial, como condicionante da expansão da soja no Centro-Oeste. Nesse sentido, elucida-se que essa cultura tem grande relevância no mercado global, atraindo para os municípios produtores significativos investimentos financeiros e tecnológicos. Utiliza-se como parâmetros de análise o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que foi e ainda é um incentivo de suma importância em tal conjuntura. Ao

---

<sup>3</sup> Utiliza-se o conceito de modernização agrícola trazida por Santos (1979) enquanto uso de maquinários, técnica, e pesquisa. Porque o modelo de produção baseado em concentração da terra, contaminação ambiental, e trabalho mal remunerado, não pode ser entendido como algo moderno. Nesse sentido, Azevêdo (1982) e Martine e Garcia (1987) utilizam a ideia de modernização conservadora de autoria de Moore Jr (1975), contextualizando o caso brasileiro.

estabelecer quais os municípios mato-grossenses que vivenciaram grandes investimentos desse programa no período recente (2005-2010), foi possível relacionar com a dinâmica sociodemográfica municipal e microrregional.

Nesse capítulo também se diferencia municípios que desenvolveram suas atividades agropecuárias e agroindustriais daqueles que se tornaram “cidades do agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2007; ELIAS, 2011).

No Capítulo 3 efetuou-se a análise das características socioeconômicas e demográficas do município localizado no médio norte mato-grossense, Lucas do Rio Verde. Uma vez que o percebemos como exemplo apto do estudo dos municípios que aliam as dimensões macro e micro no entendimento de desenvolvimento econômico no Mato Grosso. Além de possuir todos os requisitos que o possibilitam ser inserido na caracterização de “cidade do agronegócio” de Denise Elias (2005), vivenciando as transformações sociais e demográficas advindas da participação no agronegócio globalizado.

Pontua-se que sua fundação está inserida no contexto histórico mato-grossense da implementação de projetos nacionais de colonização, passando nas últimas três décadas por adaptações em sua estrutura produtiva e urbana que objetivam atender às demandas das atividades agropecuárias e agroindustriais, tanto no que diz respeito ao consumo de máquinas, implementos e insumos, quanto para atender ao consumo urbano de uma população crescente e migrante (CAMARGO, 2014). Sobretudo, a partir da década de 2000, quando ocorreu a junção da cadeia de carne a cadeia do grão, através da introdução do complexo agroindustrial BRF<sup>4</sup>.

A metodologia empregada na elaboração da dissertação se baseou em três frentes:

**a.** A primeira forma de análise empregada consistiu na pesquisa bibliográfica realizada a partir do estudo da literatura pertinente, como também da consulta de artigos de jornais/revistas e de páginas eletrônicas. Buscou-se através do *método histórico-dialético*<sup>5</sup> discutir políticas públicas de ocupação, globalização da produção agropecuária, reorganização

---

<sup>4</sup> Corresponde a uma das maiores companhias de alimentos do mundo, criada a partir da associação entre as empresas Sadia e Perdigão, duas gigantes do mercado alimentício, em 2009. A BRF exporta alimentos agroindustrializados para mais de 150 países (BRF, Disponível em: [www.brf-global.com](http://www.brf-global.com). Acessado em 02/12/2016).

<sup>5</sup> “O materialismo histórico-dialético enquanto enfoque metodológico busca entender o modo humano de produção social da existência vinculando-se, portanto, a uma concepção de realidade. Parte do pressuposto que o universo e tudo o que nele há tem existência material, concreta, e pode ser racionalmente conhecido. E esse conhecimento que é produzido pelo sujeito, reproduz o real em suas múltiplas determinações com o objetivo de superar a aparência mediata das coisas e atingir a sua essência. A partir do dado empírico, o real é observado pelo sujeito diretamente em sua aparência e indiretamente em sua essência, de modo a possibilitar o entendimento e o desvelamento dos processos presentes nos fenômenos estudados” (GOMIDE, 2014, p. 03).

do espaço, e dinâmica populacional – destaque o estudo das características do fenômeno migratório.

**b.** O segundo roteiro utilizado compreende à obtenção de *dados secundários* disponibilizados por órgãos públicos, com destaque para as informações obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Banco Nacional de Desenvolvimento, e ao Banco Central do Brasil. Traz-se, dessa forma, a perspectiva empírica, voltada para a análise descritiva de dados quantitativos.

**c.** De forma conjunta às ferramentas anteriores, realizou-se *pesquisa de campo* no município de Lucas do Rio Verde em julho de 2015, com entrevistas abertas com moradores e representantes da sociedade civil e do poder público municipal, observação em campo, obtenção de material junto à prefeitura, além da aplicação de 500 questionários<sup>6</sup> sociodemográficos através do método “*follow-up*”<sup>7</sup>. Por meio da pesquisa de campo foi possível captar informações empíricas, trabalhando-as qualitativamente.

Em suma, profere-se que o presente estudo possibilitou o diálogo entre as dimensões nacional, regional e local, como também a interlocução entre a perspectiva teórica e a empírica (tanto de caráter qualitativo quanto quantitativo). Fica latente a compreensão de que um fenômeno atual se configura a partir de processos sociais e históricos. É possível perceber isso principalmente no que se refere ao fenômeno da migração, que possui características recorrentes dos processos sociais historicamente percebidos, mas que assume novos atributos a partir das transformações produtivas evidenciadas.

---

<sup>6</sup> O questionário utilizado na pesquisa consta no Anexo.

<sup>7</sup> A pesquisa de campo se insere no projeto de financiamento CNPq “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “*follow-up*” do caso de Lucas do Rio Verde (MT)” - (Processo nº 479551/2013-8).

## CAPÍTULO 1. CENTRO-OESTE: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OCUPAÇÃO DEMOGRÁFICA<sup>8</sup>

“A marcha para Oeste é, assim, a marcha significativa da nossa verdadeira independência econômica, o caminho natural que deveremos fazer, o percurso histórico que nos está destinado. É nesse trilho que construiremos o fundo territorial econômico que dará assento às grandes formações demográficas” (DUARTE, 1941, p 01-02).



### Introdução

O objetivo do Capítulo 1 é discutir o macro-contexto de transformação produtiva e demográfica da Grande Região brasileira na qual o Mato Grosso se insere, assim como a trajetória estadual. O Mato Grosso tem apresentado desde a sua formação, importantes transformações tanto econômicas quanto demográficas. De acordo com Guimarães e Leme (2002), o espaço regional que era um típico exemplo de região de fronteira agrícola experimentou significativos investimentos na produção de grãos e a implantação de grandes empresas agroindustriais de capital nacional e internacional. O que só foi possível através de investimentos estatais em infraestrutura, em incentivos fiscais, e em crédito subsidiado, postos em prática através de políticas nacionais de colonização e integração do território.

Por isso, o presente capítulo busca discorrer acerca do contexto histórico de ocupação do estado do Mato Grosso. Para tanto, torna-se também necessário entender quais são as rupturas e persistências de seu desenvolvimento regional. Mais do que isso, há que se inserir no centro do debate os desafios e a natureza do desenvolvimento no Brasil. Uma vez que a

<sup>8</sup> As fotos apresentadas no início de cada capítulo fazem parte do banco de imagens do projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde, de responsabilidade de Carmo *et al.*

reordenação dos espaços segundo interesses econômicos alteram a dinâmica social e migratória (SANTOS, 1979), o que nos suscita compreender de que forma o espaço pode ser apropriado.

### **1.1. Ocupação populacional no Mato Grosso: uma breve caracterização**

O estado do Mato Grosso, em conjunto com Goiás, Mato Grosso do Sul, e o Distrito Federal, compõem a região Centro-Oeste brasileira. O estado possui uma área de 903.378,2 km<sup>2</sup>, ocupando 10,6% do território brasileiro. Contudo, mesmo com uma área tão vasta abriga ainda nos dias de hoje apenas 1,6% da população (IBGE, Censo Demográfico de 2010).

#### Do descobrimento do Brasil pelos Europeus até 1920

Segundo Bruno (1967), o que hoje conhecemos como território do Mato Grosso já foi território espanhol, delimitado como área de governo dos portugueses pelo Tratado de Tordesilhas em 1494. As primeiras excursões feitas no Mato Grosso datam de 1525, quando Aleixo Garcia vai em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Depois, portugueses e espanhóis são atraídos à região em razão dos rumores de que havia riquezas naturais não exploradas. Seu processo de colonização também envolveu os jesuítas espanhóis que construíram missões entre os rios Paraná e Paraguai; e os Bandeirantes (BRUNO, 1967).

Ressalta-se dentre os últimos, a Bandeira Paulista, que comandada por Antônio Castanho da Silva, entre 1618 e 1622, atravessou o sul do Mato Grosso e prosseguiu até o Peru. Os paulistas ao entrarem no Mato Grosso, logo perceberam que na região habitavam muitas tribos indígenas, como os Coxiponé, os Beripoconé, os Bororo, os Paresi, os Caiapó, os Guicuru, e os Paiaguá, dentre outros. A maioria dessas excursões era apenas para reconhecimento da área e não possuía intento de povoamento.

Portugueses e espanhóis, quando estabeleceram seus primeiros núcleos de ocupação na costa sul-americana não tardaram muito a devassar, por meio de afoitas expedições pelo sertão povoado por índios, algumas zonas do âmago do continente (hoje pertencente ao Grande Oeste brasileiro), embora esse reconhecimento – até o começo do século 18 – não tenha frutificado em um processo de povoamento estável e duradouro (BRUNO, 1967, p. 02).

Todavia, os portugueses utilizavam forçadamente os indígenas. Almeida (2013) nos confere uma clara imagem do emprego de indígenas para fazer fronteira com outros reinos, como forma de ocupação e de defesa do território do Mato Grosso, localizado entre a Bolívia e o Paraguai. Entre a diversidade de tribos indígenas que compunham o estado, os Bororos Ocidentais e os Guaná foram escolhidos para fazerem a fronteira, porque já vinham mantendo contato com os portugueses. Mas essa não foi à única utilidade forçada que eles foram submetidos, muitos indígenas foram capturados e escravizados, especialmente para o trabalho nas fazendas de café de São Paulo e Minas Gerais (BRUNO, 1967):

A existência das reduções jesuíticas (que armazenavam, por assim dizer a beneficiada mercadoria procurada pelos bandeirantes – o bugre) atraiu a cobiça dos escravizadores de índios. Ficou essa parte do Grande Oeste entregue a si própria, ocupada por alguns silvícolas hostis (como os Paiaguás e Guaicurus) (BRUNO, 1967, p. 04).

Uma das bandeiras mais significativas para o Mato Grosso foi a que primeiro encontrou ouro na região, esse episódio aconteceu alguns anos após o mineral ter sido encontrado em Goiás. Entre 1718 e 1719, Pascoal Moreira Cabral, percorrendo áreas próximas ao rio Cuiabá e Coxipó a fim de capturar índios, encontrou jazidas de ouro e fundou Bom Jesus do Cuiabá (BRUNO, 1967). A partir disso, os bandeirantes passaram a realizar expedições não só para captura de índios para as lavouras, como também para exploração do ouro e diamante<sup>9</sup> (CUNHA, 2002a).

Sob essa ótica, a localização das riquezas minerais se tornou determinante para a escolha dos caminhos dos pioneiros: “da descoberta das minas de ouro resultou o afluxo de povoamento (...) notadamente nas zonas centrais do Mato Grosso, em torno da povoação de Bom Jesus de Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade” (BRUNO, 1967, p. 28). Mas, como aponta Bruno (1967), a verdade é que até o segundo decênio do século 18<sup>10</sup>, as terras de Mato Grosso e de Goiás continuaram pertencendo só aos animais e aos “bugres”<sup>11</sup>. Ou seja, apesar de ter incentivado a presença de não indígenas, isso não significa que se tratou de fluxos volumosos, com grande densidade demográfica.

<sup>9</sup> No Mato Grosso existia mais ouro do que diamante. Mais para o final da década de 18 foram encontradas importantes jazidas de diamantes nas imediações de onde hoje se encontra o município de Diamantino.

<sup>10</sup> Em 1748, o Mato Grosso e Goiás foram desmembrados do governo de São Paulo e constituíram capitânias autônomas.

<sup>11</sup> Bugre é uma denominação dada a indígenas de diversos grupos do Brasil por serem considerados não cristãos pelos europeus.

Todavia, ao atrair essas populações para a exploração de minérios eles acabaram enfrentando insuficiência de abastecimento: “a sociedade construída a base de aventura em torno das lavras de ouro deu margem à proliferação de arraiais às vezes precários (...) estabelecidos em locais insalubres, (...) e enfrentavam em geral carência de recursos de habitação, de alimentação, de vestuário” (BRUNO, 1967, p. 28). Segundo Bruno (1967, p. 28), esse tipo de povoamento estimulado pela mineração “atirava os pioneiros para os confins do sertão, interrompendo a contiguidade da expansão territorial”. O que para o historiador se demonstrou como um processo característico da ocupação do Mato Grosso e Goiás.

Aos poucos muitas expedições foram feitas para reconhecer territórios, e vilas foram formadas. No Mato Grosso instaurar vilas era uma ação política importante, pois mesmo não sendo densamente povoada, a denominação de vila permitia a constituição de um “centro de poder”:

O processo de incorporação progressiva do território sustentou-se sobre o estabelecimento de um suporte jurídico-institucional, no qual a vila detém um papel preponderante. Não se tratava apenas da instalação de mais povoados na área, pois o surgimento dos arraiais de mineração tinha de algum modo, alargado o âmbito da ocupação física da região. A vila significava, acima de tudo, a ocupação política do território que, neste caso, se revestia de prioridade sobre a física. Assim, enquanto a primeira vila dera lugar jurídico ao caminho do Mato Grosso, vinculando aquele espaço ao centro de poder já existente, a segunda vila daria lugar jurídico à região em si, nela criando um novo centro de poder, uma capital, o que é relevante (ARAÚJO, 2012, p. 44).

Bruno (1967) afirma que com a falta de alimentos, a agricultura se tornou necessária para a manutenção das vilas, e foi desenvolvida em pequena escala. Plantava-se milho, feijão, mandioca, banana, batata, algodão e cana-de-açúcar (e algum período de tempo depois até fumo) nas fazendas da região: “à distância a que se situam do litoral as suas terras tornava impossível o cultivo do solo a larga escala, vendo-se os lavradores limitados à produção de muita pouca coisa” (BRUNO, 1967, p. 57). A criação de gado também se desenvolveu com muita lentidão -, essa só vai se intensificar mais tarde, a partir de 1848, segundo Bruno (1967).

E com o declínio da mineração no fim do século 18 o processo de povoamento da região se tornou ainda mais moroso, parcamente mantido pela pecuária extensiva, e o estabelecimento de presídios na zona ocidental do Mato Grosso (BRUNO, 1967). Expõe-se que os núcleos urbanos da região estavam desprovidos de recursos de qualquer natureza, com a grande dificuldade em se comunicar com as demais regiões do Império.

Prosseguiu de então por diante, ao longo do século 19, a situação que mantém a região do Grande Oeste, dentro do Império, uma enorme área castigada pelas distâncias consideráveis em relação à costa, pela dificuldade de ocupação civilizadora de seus imensos sertões, ainda ameaçados pela inquieta presença de bugres selvagens (BRUNO, 1967, p. 74).

Em 1880 começaram a ser instaladas usinas de açúcar na zona de Cuiabá, e quatro anos depois iniciaram a exploração de seringueiras no norte do Mato Grosso, atividade que se tornou a principal do estado no final do século 19. Voltou a se achar diamante no leste central do estado em 1910, retornando à atividade dos garimpeiros, mas com menor intensidade do que a observada durante o Ciclo do Ouro. Logo depois o sul do Mato Grosso começou a ser servido pela Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Apesar desses desenvolvimentos no campo econômico serem tomados, mesmo que a passos lentos, trabalhos como de Bruno (1967) e Araújo (2012) tratam o Mato Grosso nesse período histórico<sup>12</sup>, principalmente, como um espaço “vazio” ou um “sertão”. Um dos motivos dessa caracterização compreende a sua situação de inexpressividade demográfica caracterizada pela existência de tribos indígenas, pequenas vilas e algumas concentrações rurais em meio a extensos ambientes desertos (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Segundo Guillen (2013), o sertão foi uma categoria muito usada na literatura para se referir as terras do interior do Brasil, ao se pressupor que se tratava de lugares desocupados, desintegrados do restante do país mais dinâmico. Tem-se a ideia de que essas terras ainda precisavam ser colonizadas. Chamar um lugar de sertão o homogeneiza, de modo que coloca todos os espaços numa única categoria e esconde a multiplicidade de formas de ocupação, seja das fazendas de criação de gado do sertão nordestino, seja das regiões de garimpo no Mato Grosso, ou mesmo do extrativismo pelo interior da Amazônia.

Moraes (2002) também entende que chamar um lugar de “sertão” ou de “vazio”, trata-se de uma qualificação valorativa do lugar, segundo a mentalidade reinante e os interesses econômicos em vigor. Ao entender o Centro-Oeste como um vazio implica na percepção de que esse lugar precisa ser ocupado, mas não ocupado por qualquer um ou de qualquer forma, deve ser ocupado nos moldes do capitalismo, e pelo migrante com as características desejadas: um migrante que trabalhe com a terra e que tenha interesse em transformar aquele lugar num espaço de desenvolvimento do capital.

---

<sup>12</sup> Tal percepção voltará a aparecer durante o Governo de Getúlio Vargas e depois com os governos oriundos do Golpe Militar de 1964.

Na verdade, o Sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais que acaba por atuar como um qualitativo local básico no processo de sua valorização. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo (MORAES, 2002, p. 02).

Acerca do caráter econômico, Guimarães e Leme (2002) entendem que a região necessitava de uma remodelação econômica que levasse ao aumento da acumulação capitalista e, conseqüentemente, demográfica. Entretanto, as novas relações com o capital e com os trabalhadores só puderam ser instauradas num contexto de expulsão de camponeses e de pequenos produtores, com falência das econômicas tradicionais (CUNHA, 2002).

#### Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek

Para Montagnhani e Lima (2011), apesar de suas exuberantes riquezas naturais, a região Centro-Oeste se encontrava isolada, haja vista a ausência de infraestrutura física e integração econômica. Com isso, formava-se o estigma de ter um povo pouco trabalhador: “a região carrega o estigma de ser muito rica em natureza, mas ter um povo pouco obreiro, representação construída ao longo do tempo nas letras e imagens de viajantes” (ALVES; NETO, 2010, p. 14). Alves e Neto (2010) demonstram através de recortes de jornais da época, que foi construído no imaginário popular uma ideia de que se a região tinha muito para oferecer em termos naturais, mas continuava pobre e isolada, a solução deveria vir do governo brasileiro, nem que seja a entregando para companhias estrangeiras.

Sob esse contexto, na década de 1930 iniciam-se as políticas de ocupação da região Centro-oeste. O governo Vargas pretendia superar o capitalismo agrário e mercantil e integrar o país, colocando em prática a ocupação de áreas periféricas através da “Marcha para o Oeste” (GUIMARÃES; LEME, 2002). O resultado das mudanças inauguradas nos anos 1930 foi à integração econômica das regiões brasileiras em uma mesma Divisão do Trabalho, sob o comando da economia paulista (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Não obstante, como não era muito povoada, a região Centro-Oeste tinha um mercado consumidor inexpressivo. O que aliado a uma deficiente infraestrutura em transporte, em energia e em comunicação, colocava obstáculos ao desenvolvimento (MONTAGNHANI; LIMA, 2011). Para suprir a lacuna da infraestrutura, o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek foi posto em prática, trazendo especificamente para a região novas

frentes de agricultura comercial, bovinocultura tecnificada e frentes especulativas<sup>13</sup> (MONTAGNHANI; LIMA, 2011):

O Plano de Metas foi um grande divisor de águas entre o processo de ocupação – tipificado pelas frentes de subsistência e as frentes de pecuária extensiva e rudimentar – e a moderna incorporação do Centro-Oeste, caracterizada pelas novas frentes de agricultura comercial e bovinocultura tecnificada, assim como as frentes especulativas (GUIMARÃES; LEME, 2002, p. 36).

Mesmo que a construção de uma infraestrutura de qualidade não fosse universal na região, áreas estratégicas receberam suporte estrutural suficiente para que se pudesse iniciar um processo de acumulação de capitais e de diversificação produtiva, fornecendo bases para se consolidar o novo padrão de industrialização proposto pelo governo federal (GUIMARÃES; LEME, 2002). A construção de Brasília foi, por exemplo, na década de 1960, por si só, foi uma área que recebeu grandes somas de investimento em infraestrutura, tendo intenso impacto populacional, atraindo imenso contingente de imigrantes, inclusive do próprio entorno de Goiás e de Minas Gerais (GUIMARÃES; LEME, 2002).

#### Golpe Militar de 1964

O governo de JK teve fim em 1960, sendo sucedido por Jânio Quadros, o qual renunciou em 1961, sucedido por João Goulart, e logo em seguida, em 1964, pelo Golpe Militar. Dentro desse período histórico conturbado, entre 1960 e o fim do Governo Militar de Figueiredo em 1985, a economia brasileira vai experimentar uma fase de intenso desenvolvimento econômico e de integração nacional (MONTAGNHANI; LIMA, 2011). Para a ocupação das fronteiras foi considerado necessário conceder incentivos fiscais para construção de rodovias, para a modernização agrícola, e para a construção de assentamentos de colonos.

Sob essa ótica, percebe-se através de Alves e Neto (2010), que a noção de uma necessidade latente de ocupar o território (inclusive de forma privada) se intensifica a partir do Governo Vargas e atinge o auge na década de 1970.

---

<sup>13</sup> Dentro da concepção de fronteira agrícola, Sawyer (1987) aponta que existe a expansão física de atividades em movimentos denominados de “frentes”, que avançam ou se retraem, em resposta às mudanças econômicas ou políticas de seus elementos determinantes. As Frentes Especulativas são entendidas enquanto a expansão de atividades que buscam ganhos especulativos, tornadas possíveis, em grande parte, por políticas de ocupação de áreas novas.

O discurso alicerçado na crença de que a região Centro-Oeste estaria cheia de riquezas, bem como, na percepção da necessidade de intervenção estatal visavam mediar as intervenções do capital privado e estrangeiro na região. Seguem as palavras de João Paulo dos Reis Veloso, Ministro do Planejamento de 1973: “A necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um consequente processo de desmatamento, e de promovermos a manifestação do equilíbrio ecológico, nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem essa tarefa de desenvolver a região” (VELOSO, 1973 *apud* ALVES; NETO, 2010).

Tendo como meta a integração nacional, foram implementadas políticas públicas de incentivo às migrações de populações do Sul e do Nordeste do país. Políticas como o Plano de Integração Nacional (PIN), datado da década de 1970, incentivavam a ocupação populacional da região sob o lema “integrar para não entregar” (HIGA, 2005). Tratavam-se de programas públicos e privados. Das 101 empresas de colonização que funcionavam no país entre 1970 e 1981, 42% estavam localizadas no Mato Grosso. E dos 125 projetos autorizados a funcionar, 60% aconteciam no estado (ALVES; NETO, 2010). Os maiores projetos de colonização aconteciam atrelados às rodovias federais, 49% (75 projetos) aconteceram ao longo da BR 163 (Cuiabá a Santarém), BR 158, e o complexo 364/174, criadas durante o governo militar, e que se tornaram “corredores norteadores da migração” (ALVES; NETO, 2010, p. 16).

Esses projetos também se assentavam na concepção da migração como recurso para a diminuição de tensões sociais pela terra que davam trabalho para o poder público no resto do país. Todavia, ressalta-se que essas políticas não consideraram integralmente as populações que anteriormente residiam no território: os indígenas, os caboclos e os posseiros, como muito bem chama atenção Cunha (2002b). Segundo Bezerra Neto (1999), os projetos de colonização do Centro-Oeste trouxeram mais problemas do que soluções na luta pela terra para as populações dessas regiões, além de aprofundar desigualdades regionais. Uma vez que em decorrência de suas repercussões se multiplicaram conflitos entre os diferentes atores sociais: o índio, o grileiro, governo, a empresa colonizadora, o sem-terra, o posseiro, o pequeno produtor, o grande capitalista<sup>14</sup>.

Não é de se estranhar que Peripolli (2010) entenda que essa situação se refletiu na formação de uma estrutura agrária de concentração fundiária, na qual a especulação das terras e o enriquecimento de grupos fundiários sejam um dos principais meios de desenvolvimento econômico. Aliás, no Mato Grosso tal situação incentivou a construção de sentimentos

---

<sup>14</sup> Martins (1999) propõe ser de vital importância que as pesquisas não neguem o conflito entre as diferentes etnias e classes sociais, pois os agentes sociais possuem interesses distintos. E o conflito é elemento definidor da Fronteira Agrícola.

separatistas na oligarquia reinante, que não ficou feliz com os projetos de colonização, e que culminou na criação do estado do Mato Grosso do Sul (CUNHA, 2002b).

[...] A estrutura agrária calcada na concentração fundiária engendrou, ao longo do século passado, a formação da classe dominante sul mato-grossense: os grandes proprietários rurais. Poder-se-ia dizer que o seu fortalecimento econômico, aliado ao isolamento físico em relação ao centro norte do antigo Mato Grosso, levou-a a postular a criação de um estado para si. [...] Por isso, mesmo quando conquistou espaço significativo naquele governo, que, aliás, não considerava seu, ela não se viu realizada. Sua completa realização de classe só ocorreu com a concretização de um sonho, um objetivo histórico do qual ela mais se orgulha: a criação de Mato Grosso do Sul (BITTAR, 1997, p. 210).

Alves e Neto (2010) também assinalam que em 1966 o Departamento de Terras e Colonização, responsável pela emissão dos títulos, fiscalização e demarcação de lotes foi fechado pelo governo do Mato Grosso dado o grande número de fraudes, o que incluía falsificação de documentos e de assinatura do governo. O órgão criado para substituí-lo só começou a operar em 1979. Durante essa janela de quase 13 anos ficou a cargo dos cartórios a legalização das terras, para que o proprietário pudesse pedir crédito aos órgãos de promoção de incentivos. Os autores ainda demonstram que a situação deixou um legado profundo no estado, de forma que questões relacionadas à posse e propriedade da terra não estão resolvidas ainda hoje.

Além de levarem a problemas socioambientais, pois, segundo Alencar *et al* (2011), os programas de ocupação ao incentivarem a expansão das atividades agrícolas, ampliaram a interdependência ecológica e econômica, e o impacto negativo das externalidades na saúde ambiental e humana.

### Breve Caracterização Demográfica da Fronteira Agrícola no Mato Grosso

Acerca das frentes de ocupação, cabe apontarmos que elas não eram homogêneas no período de tempo que levavam para se completar e nem na forma que se estabeleceram no espaço (GUIMARÃES; LEME, 2002). Mas Guimarães e Leme (2002) propõem que se pode configurar da seguinte forma: no início da década de 1970 a região Centro-Oeste já experimentava dois tipos de frentes de ocupação: as de subsistência, que eram responsáveis pela absorção rural da população; e as de pecuária extensiva. Com os projetos de colonização e a transformação da base produtiva se presencia três novas frentes: a de agricultura

comercial, a de pecuária tecnificada, e a especulativa -, que ampliaram a ocupação do Centro-Oeste e ainda provocaram uma intensidade de deslocamento sem precedentes.

Essa população migrante ao chegar ao Mato Grosso encontrava as seguintes opções: 1) se submeter às regras impostas; 2) continuar migrando para outras áreas de fronteira, mais adiante; 3) enfrentar o que estava estabelecido e conseguir o seu espaço. Para obter uma imagem clara da situação: entre 1977 e 1985, 200 mil pessoas se instalaram apenas ao longo do eixo da BR 163 no Mato Grosso. Contudo, muitos migrantes decepcionados com a área de fronteira e sem poder seguir adiante se instalaram em Cuiabá, inchando a cidade (ALVES; NETO, 2010).

Nesse sentido, Baeninger (1999) acredita que as tendências gerais dos movimentos migratórios no Brasil entre 1930 e 1970, caracterizam-se em especial pelos seguintes eixos: 1) intenso êxodo rural (deslocamento do campo para as cidades), 2) metropolização, e 3) movimento em direção às fronteiras agrícolas. De fato, o cenário da distribuição populacional a partir dos anos 1960 se deu movida tanto por forças centrífugas, de migração rumo às fronteiras, quanto por forças centrípetas de deslocamento rural-urbano para o Sul e Sudeste do país (MARTINE, 1992; BAENINGER, 1999).

Já entre 1970-1980, observa-se o esgotamento das fronteiras (apesar de que seus desdobramentos migratórios ainda foram sentidos nos anos 1980 e 1990), e também a intensificação dos deslocamentos do tipo urbano-urbano. Ao mesmo tempo era possível notar a emigração das áreas de fronteira para as cidades maiores.

Da mesma forma, em consonância com os projetos de colonização e modernização agrícola dos anos 1970 e 1980, - que serviram ao grande capital, e forçaram grande parte dos pequenos produtores, que não podiam arcar com os custos da produção mecanizada, ao êxodo rural -, notamos a multiplicação de novos municípios nas áreas de fronteira do estado, como aponta Cunha (2006).

Diante desta forma de ocupação populacional, a partir da década de 1990, intensificou-se a atividade agrícola, capitalizada e mecanizada, baseada, sobretudo, na produção de *commodities* agrícolas como a soja. Como consequência de tal mudança produtiva, no período mais recente, 2000-2010, Baeninger (2014) aponta o aumento do poder político e econômico de grandes grupos privados nacionais e internacionais sobre o Centro-Oeste. Incidindo também sobre as características da migração (BAENINGER, 2014), o que investigaremos ao longo desse tópico.

A partir das considerações de Baeninger (1999), e através da Tabela 1, é perceptível um aumento significativo da população residente na região Centro-Oeste como um todo, entre

1950 e 1980, especialmente no que se considera como área urbana<sup>15</sup>. Para o Mato Grosso chama-se atenção para as décadas de 1960-1970, 1970-1980 e 1980-1991<sup>16</sup>. Dessa forma, nota-se que a participação relativa do Centro-Oeste na população brasileira que era de 2,95% em 1950, e passa a ser de 7,37% em 2010.

Todos os estados componentes da região cresceram de forma pronunciada entre 1950 e 1980. Destaca-se que Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960, e que o Mato Grosso do Sul foi desmembrado do Mato Grosso no dia 11 de outubro de 1977<sup>17</sup>. O que significa que os dados até 1980 tinham agregações espaciais diferentes, tendo em vista que os desmembramentos das Unidades da Federação ocorreram até a década de 1970.

**Tabela 1:** População residente<sup>18</sup>, segundo condição do domicílio, por UFs da região Centro-Oeste, entre 1950 a 2010.

População Residente							
	Total						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Mato Grosso</b>	212.649	330.610	612.887	1.169.812	2.022.524	2.502.260	3.035.122
<b>Mato Grosso do Sul</b>	309.395	579.652	1.010.731	1.401.151	1.778.741	2.074.877	2.449.024
<b>Goiás</b>	1.010.880	1.626.376	2.460.007	3.229.219	4.012.562	4.996.439	6.003.788
<b>Distrito Federal</b>	0	141.742	546.015	1.203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160
<b>Centro-Oeste</b>	1.532.924	2.678.380	4.629.640	7.003.515	9.412.242	11.616.745	14.058.094
	Urbano						
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
<b>Mato Grosso</b>	64.285	121.916	239.524	673.069	1.481.073	1.985.590	2.482.801
<b>Mato Grosso do Sul</b>	113.545	242.088	460.137	939.510	1.413.095	1.744.520	2.097.238
<b>Goiás</b>	219.370	541.469	1.134.242	2.172.965	3.241.119	4.390.660	5.420.714
<b>Distrito Federal</b>	0	89.698	524.315	1.164.659	1.513.470	1.954.442	2.482.210
<b>Centro-Oeste</b>	397.200	995.171	2.358.218	4.950.203	7.648.757	10.075.212	12.482.963
	Rural						
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
<b>Mato Grosso</b>	148.364	208.694	373.363	496.743	541.451	516.670	552.321
<b>Mato Grosso do Sul</b>	195.850	337.564	550.594	461.641	365.646	330.357	351.786
<b>Goiás</b>	791.510	1.084.907	1.325.765	1.056.254	771.443	605.779	583.074
<b>Distrito Federal</b>	0	52.044	21.700	38.674	84.945	88.727	87.950
<b>Centro-Oeste</b>	1.135.724	1.683.209	2.271.422	2.053.312	1.763.485	1.541.533	1.575.131

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

<sup>15</sup> Uma classificação de urbano criticada por estudiosos do assunto, como Veiga (2002). Ver Capítulo 3.

<sup>16</sup> O Censo Demográfico acontece no Brasil a cada 10 anos, e é de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 1990 sofreu atraso, sendo realizado em 1991.

<sup>17</sup> Elevado à categoria de estado em 1º de janeiro de 1979.

<sup>18</sup> População Residente: São as pessoas residentes no domicílio na data de referência do Censo Demográfico. Ou seja, aquelas pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual, quer estivessem presentes ou ausentes nessa data. Os moradores habituais do domicílio que estavam ausentes foram recenseados, desde que sua ausência não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data (IBGE, 1991).

Em termos percentuais para entendermos o caminho da fronteira, observa-se com a Tabela 2, que os dois estados de mais antiga ocupação — Mato Grosso do Sul<sup>19</sup> e Goiás — tiveram os níveis de crescimento mais altos da região entre 1950-1960, o que diminuiu a partir de então.

Enquanto isso, o Mato Grosso<sup>20</sup> apresentava um ritmo de incremento condizente com a condição de área de fronteira entre 1960-1970 e 1970-1980, devido aos projetos de colonização implantados em seu território nesse período. A partir de 1980-1991, como essa fronteira se consolidou, o ritmo de crescimento populacional decresceu.

**Tabela 2:** Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População<sup>21</sup> (%), segundo as UFs da região Centro-Oeste, por condição do domicílio, entre 1950-1960 e 2000-2010.

<b>Crescimento Populacional (%)</b>						
<b>Total</b>						
	<b>1950-1960</b>	<b>1960-1970</b>	<b>1970-1980</b>	<b>1980-1991</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2000-2010</b>
<b>Mato Grosso</b>	5,04	6,49	6,89	4,50	1,23	1,46
<b>Mato Grosso do Sul</b>	6,73	5,82	2,83	1,03	0,50	1,24
<b>Goiás</b>	6,33	4,85	2,24	0,44	0,22	0,87
<b>Distrito Federal</b>	0,00	5,47	7,13	4,91	1,68	1,17
<b>Centro-Oeste</b>	6,82	6,03	3,35	1,54	0,66	1,19
<b>Urbano</b>						
	<b>1950-1960</b>	<b>1960-1970</b>	<b>1970-1980</b>	<b>1980-1991</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2000-2010</b>
<b>Mato Grosso</b>	6,61	6,99	10,88	8,21	2,97	2,26
<b>Mato Grosso do Sul</b>	7,86	6,63	7,40	4,17	2,13	1,86
<b>Goiás</b>	9,46	7,67	6,72	3,70	3,08	2,13
<b>Distrito Federal</b>	0,00	19,31	8,31	2,41	2,88	2,42
<b>Centro-Oeste</b>	9,62	9,01	7,70	4,45	2,79	2,17
<b>Rural</b>						
	<b>1950-1960</b>	<b>1960-1970</b>	<b>1970-1980</b>	<b>1980-1991</b>	<b>1991-2000</b>	<b>2000-2010</b>
<b>Mato Grosso</b>	3,47	5,99	2,90	0,79	-0,52	0,67
<b>Mato Grosso do Sul</b>	5,59	5,01	-1,75	-2,10	-1,12	0,63
<b>Goiás</b>	3,20	2,03	-2,25	-2,82	-2,65	-0,38
<b>Distrito Federal</b>	0,00	-8,38	5,95	7,42	0,49	-0,09
<b>Centro-Oeste</b>	4,01	3,04	-1,00	-1,37	-1,48	0,22

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

<sup>19</sup> A parte sul do que anteriormente era o Mato Grosso foi ocupado antes da parte norte, por isso, o Mato Grosso do Sul é considerado como ocupação mais antiga.

<sup>20</sup> Ver Martine e Turchi (1990) sobre a fronteira Amazônica e Mato-Grossense.

<sup>21</sup> Percentual de incremento médio anual da população residente em determinado espaço geográfico, no período considerado. Em termos técnicos, para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (P0), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período (RIPSA, 2008).

$$r = \left[ \left( \sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

Ressaltamos que o crescimento populacional mato-grossense no período se localiza especialmente nas áreas urbanas do estado, apesar de o Mato Grosso apresentar, com exceção de 1991 a 2000, também aumento populacional na área considerada como rural. Contudo, tanto em números percentuais, quanto em volume absoluto, o incremento populacional no rural é bastante inferior ao urbano.

Como ressalta Cunha (2002a), é no mínimo contraditório que um estado que foi ocupado através de programas de assentamentos rurais, possua um volume ínfimo de pessoas residindo nas zonas rurais. Esse fato reflete concentração da propriedade privada no campo, mostrando a quem a colonização assistiu.

A modificação da estrutura produtiva, a industrialização da agricultura, com grandes complexos agroindustriais, levaram também a um processo de concentração de terra e no qual a população rural ficou excluída da modernização do campo e, não conseguindo alcançar o progresso técnico e as linhas de crédito, não puderam competir com aqueles que o fizeram. Depois desta fase, observa-se um período de redução dos incentivos públicos à colonização e aos investimentos em infraestrutura. Esses dois aspectos acabaram por desencadear o redirecionamento dos fluxos migratórios e a diminuição do crescimento demográfico. Pequenos e médios produtores passam a não mais constituir a base característica do cenário rural da região, típica de épocas precursoras a essa “modernização”, e a revolução verde, como foi chamada tal modificação na estrutura produtiva agrícola (CAPARROZ, 2010, p. 06).

É importante entender que, em termos demográficos, todas as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população através do tempo podem ser atribuídas a combinações de variáveis de crescimento vegetativo (nascimentos e óbitos) e migrações (emigração e imigração) (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994). Buscando entender o espaço da migração na dinâmica demográfica dos estados do Centro-Oeste, a Tabela 3 exprime a Taxa de Migração Líquida (TML)<sup>22</sup> das localidades indicadas.

Os dados mostram que a população do Mato Grosso foi acrescida pela migração em níveis impressionantes no período: 24,51% em 1960-1970, e 32,09% entre 1970 e 1980. Goiás também apresentou taxas intensas entre 1950 e 1980, e o Distrito Federal entre 1960 e 1980. Isto posto, comprova-se que a migração teve vigorosa participação no crescimento populacional da região e de suas UFs, sobretudo entre 1950 e 1990.

<sup>22</sup> Calcula-se a Taxa Líquida Migratória da seguinte forma:  $TLM_{obs}^{ln} = SM^{ln} (imigrantes - emigrantes) / P_{obs}^{ln}$  (KANE; CASTRO, 2009). A taxa demonstra o efeito líquido da combinação da imigração com a emigração na população de uma área. Ou seja, corresponde ao aumento ou a diminuição dessa população, durante um período determinado (KANE; CASTRO, 2009). Quando o resultado é positivo indica a proporção em que a população é acrescida, quando é negativo mostra a proporção em que a população diminuiu pelo efeito migratório (CERQUEIRA; GIVIZIEZ, 2004).

**Tabela 3:** Taxa de Migração Líquida nas UFs da Região Centro-Oeste, entre 1950-1960 e 2000-2010.

	Taxa de Migração Líquida					
	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
<b>Mato Grosso</b>	14,95	24,51	32,09	5,37	1,70	0,74
<b>Mato Grosso do Sul</b>	0,00	0,00	0,00	1,07	-0,53	0,74
<b>Goiás</b>	23,16	26,95	25,21	3,45	4,06	3,46
<b>Distrito Federal</b>	0,00	93,55	76,76	3,23	1,35	0,57
<b>Centro-Oeste</b>	20,69	29,38	32,84	3,09	2,26	1,87

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950 a 2010.

Portanto, fica evidente o grau de relevância em termos percentuais dos projetos de colonização no Mato Grosso entre 1970 e 1980 e, por consequência, dos fluxos migratórios originados por esses. Segundo Cunha (2002a), por mais que em 1970 esse estado não tenha apresentado a maior atração migratória da região, na década de 1980 ele é o único que aumenta a intensidade da atração populacional.

Para melhor detalhar as características das migrações a partir da década de 1970-1980, a Tabela 4 traz o volume de imigrantes e emigrantes interestaduais no Centro-Oeste, através do método de análise de migração<sup>23</sup> pelo quesito “data-fixa”<sup>24</sup>. Nota-se que no Mato Grosso entre 1975-1980 o saldo migratório (imigração subtraída de emigração) foi de 163.720 migrantes - uma das UFs brasileiras de maiores ganhos migratórios do período (BAENINGER, 1999).

A partir de então, o volume do saldo migratório manteve a tendência de diminuição. Ainda assim, entre 1986-1991, o saldo migratório (SM) apresentado pelo estado foi de 112.574 novos indivíduos. O Distrito Federal apresentou maior saldo da região entre 1975-1980 (245.437 imigrantes), e o Mato Grosso esteve na mesma posição entre 1986-1991 (108.574 pessoas).

Entre 2005-2010, o maior saldo foi de Goiás em torno de 205 mil pessoas, o do Mato Grosso ficou em torno de 22 mil pessoas, o segundo maior da região.

<sup>23</sup> Os principais quesitos utilizados para captar a migração no Censo Demográfico são: (a) naturalidade, sendo a localidade de nascimento a UF e o país; (b) local de residência há exatos cinco anos da data de referência do Censo, conhecido como data-fixa; (c) local de residência anterior, denominado por última etapa; coletado apenas para quem reside há menos de dez anos ininterruptos no município (CUNHA, 2016).

<sup>24</sup> O quesito “data-fixa” considera como migrante o indivíduo que não residia na UF atual 5 anos antes da data de referência do Censo Demográfico. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inseriu esse quesito apenas no Censo de 1991, de forma que, para possibilitar a comparação, filtramos no Censo Demográfico de 1980 aqueles indivíduos que não residiam na UF referenciada 5 anos antes.

**Tabela 4:** Entradas e saídas migratórias, utilizando a informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa, segundo as UFs da região Centro-Oeste, entre 1975-1980<sup>25</sup> e 2005-2010.

Localidade	Migração							
	1975-1980		1986-1991		1995-2000		2005-2010	
	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
<b>Mato Grosso</b>	178.829	15.109	226.906	118.332	166.299	123.724	143.954	121.589
<b>Mato Grosso do Sul</b>	143.127	22.498	124.046	105.023	97.709	108.738	98.973	80.908
<b>Goiás</b>	178.530	40.856	268.061	156.665	372.702	169.900	363.934	156.107
<b>Distrito Federal</b>	260.547	15.110	195.233	143.674	216.200	188.577	190.442	175.870
<b>Centro-Oeste</b>	761.034	93.573	814.246	523.694	852.910	590.939	797.303	534.474

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980 a 2010.

Considerando o aumento do número de emigrantes no período analisado, com destaque para 1986-1991, deve-se entender que dentre esses consta o retorno de muitos emigrantes para suas zonas de origem. O fenômeno configura um movimento crescente, uma vez que durante 1975-1980, os retornados consistiam em 20% do total dos migrantes, em 1986-1991 eles integravam 54%, e entre 2005 e 2010 os retornados eram 57% do total de emigrantes do estado.

Acerca da caracterização dos fluxos migratórios mato-grossenses, a Tabela 5 torna perceptível qual UF os imigrantes tinham como origem<sup>26</sup>, e como isso tem se modificado nas últimas décadas. Por exemplo, entre 1975-1980, o Paraná era a principal origem migratória dos imigrantes interestaduais do Mato Grosso, apesar de ainda manter um importante percentual dos fluxos com 10,9% em 2005-2010, não são mais os 34,2% de antes.

Como mostra Cunha (2002a), a acentuada presença de paranaenses na década de 1975-1980 demonstra a importância dos fluxos migratórios que têm origem nesse estado para o processo de expansão da fronteira agrícola.

Mas no geral, nos últimos anos, os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm perdido importância em proporção relativa dos imigrantes mato-grossenses, enquanto o Norte e o Nordeste têm aumentado seu volume. De forma que Rondônia, responsável por 1,2% da origem dos imigrantes em 1975-1980, em 2005-2010 se apresenta como local de partida de 8,40% deles.

<sup>25</sup> Em 1980 ainda não havia no módulo de Migração do Censo Demográfico o quesito “data-fixa”. Por isso, utilizei o último local de moradia do migrante, filtrando por tempo de residência no Mato Grosso.

<sup>26</sup> “Origem” e “lugar de partida” do migrante, nesse caso, não compreende obrigatoriamente o local de nascimento. Esse pode ser o primeiro deslocamento interestadual do indivíduo ou não, assim como não necessariamente é o último antes do Censo Demográfico que o capitou (CUNHA, 2012).

Os estados do Norte e Nordeste também integram a categoria *outros*, que não era desagregada entre 1975-1980, porque não tinha relevância em volume populacional. Todavia, no último Censo Demográfico, a categoria “outros” configurava 26,4% da origem dos migrantes.

**Tabela 5:** Proporção de imigrantes com destino ao Mato Grosso por UF, segundo informação de lugar de residência há exatamente 5 anos antes da data de referência da pesquisa, entre 1976-1980<sup>27</sup> a 2005-2010.

<b>Principais Fluxos Imigratórios (%)</b>				
<b>UF</b>	<b>1975-1980</b>	<b>1986-1991</b>	<b>1995-2000</b>	<b>2005-2010</b>
<b>Paraná</b>	34,24	30,3	18,21	10,96
<b>Rio Grande do Sul</b>	5,45	5,12	4,9	3,62
<b>Santa Catarina</b>	2,35	4,76	4,09	2,49
<b>Goiás</b>	14,22	9,41	13,32	9,8
<b>São Paulo</b>	12,75	11,8	6,32	9,91
<b>Mato Grosso do Sul</b>	10,75	12,58	12,56	8,17
<b>Minas Gerais</b>	9,66	4,47	4,37	3,09
<b>Rondônia</b>	1,12	5,62	19,99	8,4
<b>Bahia</b>	2,38	2,26	2,42	2,16
<b>Pará</b>	0,61	2,43	3,4	5,32
<b>Maranhão</b>	0,45	4,08	3,22	8,81
<b>Distrito Federal</b>	0,54	0,91	0,86	0,87
<b>Outros</b>	5,49	6,26	10,63	26,4
<b>Total Absoluto</b>	761.034	814.246	852.910	797.303

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980 a 2010.

Portanto, não significa que fluxos migratórios de nortistas e nordestinos não existiam anteriormente, apenas que eles se intensificam. Os fluxos migratórios do Norte e Nordeste para o Mato Grosso em 1975-1980 e 1986-1991 estavam relacionados, principalmente, às microrregiões do norte do Mato Grosso, que nesse momento histórico foram locais onde se encontrou ouro:

De acordo com Farid (1992), durante a década de 80, principalmente no primeiro quinquênio, muitas pessoas, sobretudo nordestinos, foram atraídos para a região norte do Mato Grosso devido à descoberta de ouro às margens do rio Teles Pires em 1979. Com esse fato houve também o fluxo de garimpeiros oriundos dos garimpos de Jureno e do sul do Pará, cujo acesso estava facilitados pelas estradas construídas pelos projetos de colonização (CUNHA, 2002, p. 96).

<sup>27</sup> Houve desmembramentos e mudanças nos territórios dos estados em décadas recentes. Por exemplo, Rondônia foi elevada à condição de estado em 1981.

Mas cabe lembrar, também como aponta Cunha (2002a), que esse tipo de atividade perdeu rapidamente sua importância no que tange à atração de pessoas devido ao esgotamento das jazidas.

Para entendermos como essas mudanças produtivas inferem no perfil do imigrante com destino ao Mato Grosso, entre as décadas de 1980 e 2010, optou-se pela caracterização do migrante enquanto aquele indivíduo que residia na UF há menos de 10 anos da data de referência do Censo Demográfico. Assim, também há possibilidade de comparação com a análise de Cunha (2002a, 2006).

A composição familiar na fronteira agrícola do Mato Grosso foi descrita por Cunha (2002a) enquanto uma categoria bastante interessante da dinâmica migratória na fronteira agrícola. O autor, a partir de estudos como o de Sydenstricker (1992), mostra que há um caráter familiar na migração no contexto do Centro-Oeste, de maneira que, mesmo que o “chefe”<sup>28</sup> da família migrasse sozinho previamente, ou junto de filhos mais velhos, a família o acompanhava eventualmente. Isso porque o aspecto familiar do fenômeno se relacionam com a forma de ocupação da época na região e, portanto, do estado, baseada em assentamentos rurais:

Tendo em vista que o processo de expansão da fronteira agrícola brasileira teve no Centro-Oeste seu grande espaço de materialização, e que as formas assumidas para a ocupação dos espaços foram, em grande medida, baseadas em projetos de colonização e assentamentos agrícolas envolvendo, via de regra, famílias, não surpreende que a maior parte das famílias de chefes migrantes, nas décadas de 70 e 80, fosse do tipo “casal com filhos”. Note-se ainda que o peso dos “casais sem filhos” é ainda muito significativo, mostrando claramente a seletividade do processo migratório e, portanto, a importância do ciclo vital dos migrantes em suas histórias migratórias (CUNHA, 2002a, p. 37).

Por mais que a categoria “casal com filhos” tenha perdido espaço percentual no decorrer dos anos analisados no Censo mais recente, ainda continua tendo a maior proporção dentre as estruturas indicadas, em torno de 48% do total (Tabela 6). Aliado a isso, observa-se acentuado aumento da proporção de “casal sem filhos” entre 1980 e 2010 (de 10% para 20%).

Esta categoria também foi a que apresentou maior diferencial na composição do domicílio nos Censos Demográficos recentes, 2000 e 2010, uma vez que o percentual passa de 12,7% para 19,7%.

---

<sup>28</sup> Apenas no Censo de 2000 a palavra chefe foi substituída por responsável do domicílio. Lembrando que a designação “chefe” por si só, possui uma conotação masculina; o que pode levar os informantes a fornecer um nome masculino, mesmo que a responsável pelo domicílio seja uma mulher.

Por outro lado, entre 1980 e 2010, presencia-se recuo das proporções relativas de “família estendida” (10,30% para 9,60) e “responsável com filho(s)” (4,20% para 1,80%). E aumento da migração individual (de 10% para 16,5%). Contudo, entre 1991 e 2010, a proporção de família estendida aumentou (7,5% para 9,6%), enquanto a de responsável com filhos diminuiu (8,3% para 1,8%).

**Tabela 6:** Estrutura familiar dos (as) responsáveis pelo domicílio, migrantes<sup>29</sup> no Mato Grosso, entre 1980 e 2010.

<b>Estrutura Familiar de Responsáveis Migrantes</b>				
	<b>1970/1980</b>	<b>1980/1991</b>	<b>1991/2000</b>	<b>2000/2010</b>
<b>Individual</b>	10,10	9,20	11,70	16,50
<b>Casal sem Filho(s)</b>	10,00	11,30	12,70	19,65
<b>Casal com filho(s)</b>	60,00	54,60	51,60	48,10
<b>Responsável com filho(s)</b>	4,20	7,00	8,30	1,85
<b>Família estendida</b>	10,30	9,20	7,40	9,60
<b>Outros</b>	5,40	8,70	8,30	4,30
<b>Total</b>	83.321	161.145	129.835	123.150

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2010. Tabulação própria.

Isso corrobora com Mincer (1978), que aponta que a migração, de um modo geral, é uma decisão familiar. Mas presume-se que, apesar da decisão ser tomada em conjunto, as famílias tendem a serem menos móveis do que os indivíduos sem amarras familiares, o que corrobora para o aumento da migração individual no Centro-Oeste.

Outro ponto que se pode tirar das percepções de Mincer (1978) é que as famílias tendem a migrar mais quando essas não possuem filhos, ou quando os filhos não estão em idade escolar. Porque quando os filhos já possuem laços sociais, principalmente, em relação à escola e aos amigos, inibe-se a migração da família. O crescimento da proporção de casais sem filhos no Mato Grosso reforça o argumento do autor.

Para uma melhor visualização do fenômeno, as Pirâmides Etárias dos imigrantes e dos residentes são bons indicativos (Gráfico 1). Nas pirâmides da população residente do Mato Grosso, observa-se o fenômeno da Transição Demográfica<sup>30</sup>, percebido pelo envelhecimento

<sup>29</sup> Expõe-se que os Censos Demográficos captam o arranjo doméstico no momento da coleta da informação. O que, portanto, não assegura que essa correspondia à composição familiar durante a migração. Mas existe a possibilidade de realizar tal aproximação, como Cunha (2002, 2006) o fez.

<sup>30</sup> A teoria da Transição Demográfica relaciona o crescimento populacional com o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, ao postular que o processo de modernização estaria na origem das mudanças nas taxas de natalidade e de mortalidade, que por sua vez alterariam os ritmos do crescimento populacional. Durante a transição há a redução abrupta de taxas de mortalidade acompanhada por uma redução mais contida

da população e a queda da natalidade. Processo notado pelo formato da pirâmide, que a cada década fica menos piramidal, com a base diminuindo pelas menores quantidades de nascimentos, e o meio da pirâmide, onde se encontram as idades economicamente ativas, enchendo.

Com as pirâmides dos imigrantes interestaduais temos uma clara imagem da menor proporção de crianças/jovens abaixo de 15 anos em 2010. E como ao longo do tempo foi se observando cada vez mais a seletividade por idade<sup>31</sup> nesse perfil migratório, especialmente entre 25 e 35 anos. Confirmando no Censo de 2010, o que Cunha (2006, p. 98) já demonstrava enquanto tendência na década de 2000: “a distribuição etária dos migrantes já mostrava uma maior seletividade com relação à população “não-migrante”, em especial nas idades entre 20 e 35 anos”.

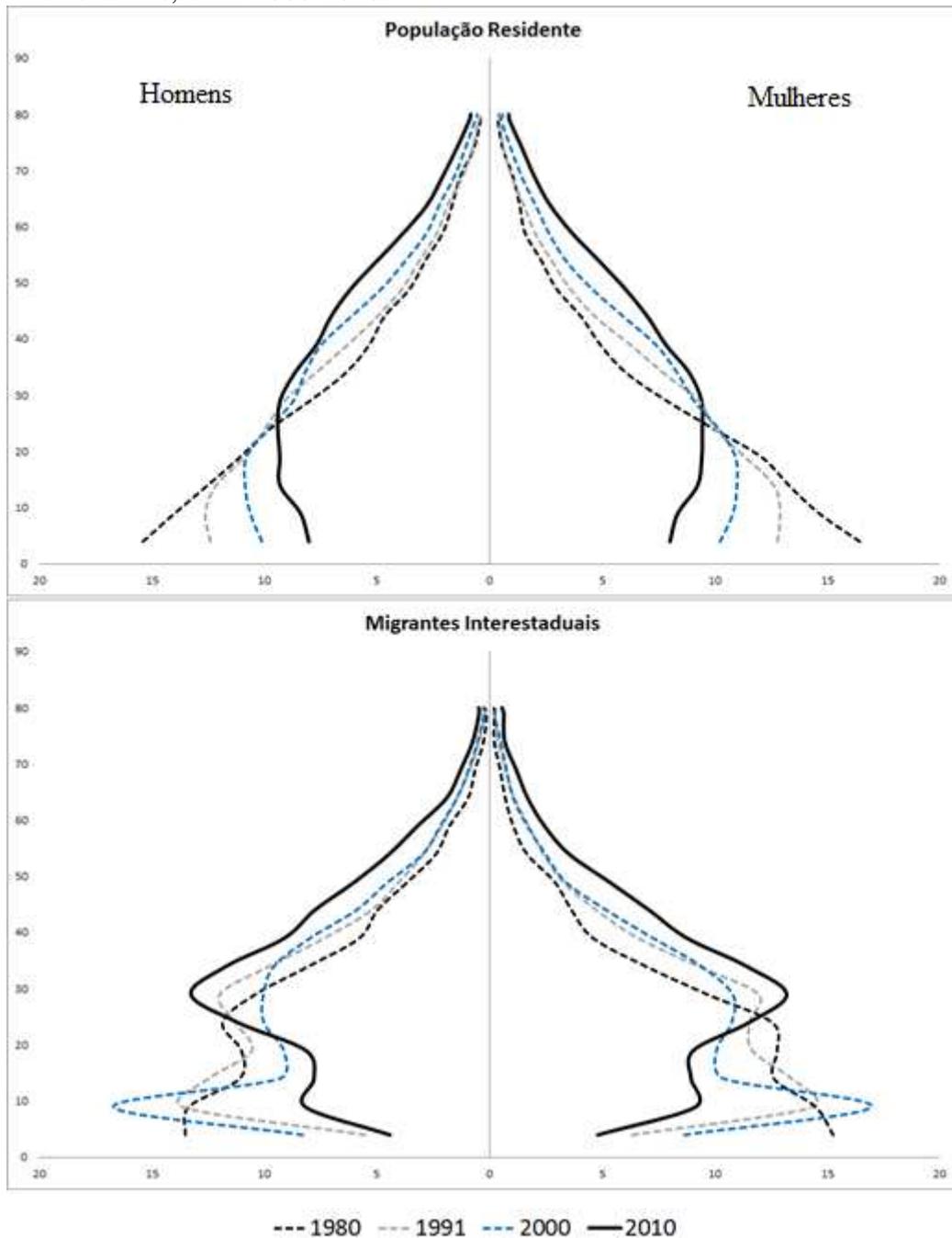
Também foi possível notar a manutenção, em todas as décadas expostas, da maior proporção relativa da migração masculina em relação à feminina, o que tem consequência na composição da população residente, que possui o mesmo diferencial. O que acontece em razão da atividade produtiva do estado baseada, sobretudo, na agropecuária, e agora também na agroindústria. Essas atividades estão mais em consonância com o mundo masculino do que o feminino, já que os estímulos à migração de homens e mulheres são diferentes (RILEY e GARDNER, 1993 *apud* Campos, 2013).

---

das taxas de natalidade, resultando em um período de intenso crescimento populacional, com aumento da população em idade ativa, conhecido como Bônus Populacional (ALVES, 2008).

<sup>31</sup> Conceito de Lee (1980). Será discutido no capítulo 3.

**Gráfico 1:** Pirâmides Etárias da População Residente do Mato Grosso, e dos Migrantes Interestaduais, entre 2000-2010.



**Fonte:** IBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Visualiza-se ainda que entre 1970-1980 e 1980-1991 há inversão no espaço de residência dos migrantes. De forma que, se em 1980, os migrantes residiam em maior proporção no rural, a partir de 1991 eles têm como destino áreas urbanas do estado. O que se intensifica com o tempo, uma vez que em 2010, cerca de 82% dos migrantes se dirigiram para o urbano, como evidencia a Tabela 7.

**Tabela 7:** Condição do domicílio de migrantes interestaduais no Mato Grosso, entre 1980 e 2010.

<b>Condição do Domicílio</b>				
	<b>1970/1980</b>	<b>1980/1991</b>	<b>1991/2000</b>	<b>2000/2010</b>
<b>Urbano</b>	40,90	69,70	76,14	81,80
<b>Rural</b>	59,10	30,30	23,86	18,20
<b>Total</b>	332.427	544.933	428.346	397.896

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Mas a Tabela 8 demonstra que não há surpresas que os migrantes fossem para urbano, quando há tamanha diminuição da proporção de sua inserção produtiva no setor primário no período (de 46% para 20%). O que está relacionado ao modo de produção agropecuária do estado fundamentado na produção de *commodities*, principalmente de soja, que é uma produção mecanizada e, portanto, muito pouco demandante de mão-de-obra.

Durante a fronteira, já se observava a “urbanização da fronteira”, com o crescimento do setor terciário dos núcleos urbanos mato-grossenses (NESUR, 1999, *apud* CUNHA, 2002a, p. 39). Em 2010, a situação se aprofunda, tanto que os imigrantes estão em 60% ocupados nesse setor.

**Tabela 8:** Setor de inserção dos migrantes interestaduais no Mato Grosso, entre 1980 e 2010.

<b>Ocupação</b>				
	<b>1970/1980</b>	<b>1980/1991</b>	<b>1991/2000</b>	<b>2000/2010</b>
<b>Primário</b>	45,65	26,60	25,10	20,45
<b>Secundário</b>	13,80	25,70	12,00	8,90
<b>Terciário</b>	32,80	42,70	51,50	60,00
<b>Administração Pública</b>	6,00	3,10	9,70	2,20
<b>Mal definido</b>	1,80	1,90	1,70	8,50
<b>Total</b>	41.727	160.543	190.605	214.036

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980 a 2010.

Entretanto, isso significa que o primeiro setor perde protagonismo no estado, o crescimento das atividades industriais e do setor de serviços no Mato Grosso acaba conferindo maior sustentação para a agropecuária. Uma vez que parcela significativa do movimento comercial, bancário e de serviços possui origem e/ou são derivados diretos e indiretos das atividades agropecuárias, como propõe Arruda (2012).

Assim, aponta-se que a integração espacial e produtiva, que o investimento em *commodities* trouxe para o Mato Grosso com a fronteira agrícola e com as políticas de colonização, incidiu nas relações de trabalho, e na nova dimensão que se configura a relação

campo-cidade, pois o perfil da migração também mostra diferenciações dos aspectos de fronteira.

E nesse sentido, a imigração com destino ao Mato Grosso tem confirmado em 2010 algumas tendências que se mostravam em 2000, pois é sempre mais urbana, tendo como inserção produtiva do migrante o setor terciário. A migração ainda se mantém em sua maior proporção relativa composta por homens, na casa dos 20 e 30 anos. Além de se tornar mais individual, mesmo que a estrutura familiar nos domicílios de migrantes possua, majoritariamente, aspecto familiar.

Os fluxos migratórios de pessoas do Norte e Nordeste também têm crescido em volume com o tempo, e os fluxos de sulistas têm diminuído. Ao mesmo tempo em que a migração de retorno tem aumentado sua proporção no total da emigração no Mato Grosso.

Assim, não restam dúvidas de que os aspectos aprendidos sobre os deslocamentos populacionais atuais e mais antigos no estado aconteceram influenciados por sua transformação produtiva. A seguir, propomos o entendimento das políticas públicas que fizeram do Mato Grosso o grande estado produtor de *commodities* que ele é hoje, e o que se considera enquanto desenvolvimento econômico sob esse contexto.

## **1.2. As políticas de desenvolvimento econômico na região Centro-Oeste**

O estudo do desenvolvimento econômico tem como objetivo entender porque algumas localidades conseguem se desenvolver, enquanto a maioria não consegue. Isso nos leva a buscar entender, sobretudo, o que significa o termo desenvolvimento econômico. Muitos teóricos deixaram contribuições para o tema, Celso Furtado (1954, p. 29), por exemplo, definiu desenvolvimento econômico enquanto: “um processo de mudança social pelo qual um número crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de uma diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”.

Caio Prado Júnior (1954) demonstrou que o desenvolvimento econômico não se tratava apenas de substituição de importações, ou do investimento em técnica. Existe a necessidade de se criar condições para o uso e a difusão dessa técnica. Outro ponto necessário seria elaborar um objetivo final para a modernização, pois a técnica pela técnica não tem grande serventia.

Amartya Sen (1999) é um dos teóricos que mais amplia a concepção, este que, junto de Mahbub ul Haq, desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Humano, entende que desenvolvimento econômico deveria repercutir também em expansão das capacidades humanas e da liberdade.

Também existem concepções sobre o termo, como a de Bresser-Pereira (2008), numa linha de pensamento mais focada no aspecto econômico. Para Bresser-Pereira (2008), desenvolvimento econômico compreende o processo de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho, que implica no aumento da produtividade ou da renda por habitante, tendo por consequência crescimento do bem-estar da sociedade em questão. O autor assegura que estamos nos referindo a um fenômeno histórico, que passa a ocorrer nos Estados-nação inseridos no capitalismo, uma vez que é apenas nesse sistema em que se pode falar em acumulação de capital e salários, por exemplo.

De fato, é comum as localidades se focarem na perspectiva econômica, enfatizando a industrialização e a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) como forma rápida e segura de alcançar crescimento econômico, como se esse fosse sinônimo de desenvolvimento econômico. E não nos parece que o Brasil está fugindo desse contexto, pois o próprio investimento em *commodities* agrícolas, no modo como tem se estabelecido no país, é positivo para a Balança Comercial, mas traz impactos socioambientais negativos, e de difícil reversão.

E qual seria a alternativa? É necessário ter cuidado para não cair numa ideia utópica de desenvolvimento, como parece que se tornou a concepção de “desenvolvimento sustentável”. Mesmo que esse conceito tenha nascido da preocupação com os rumos do desenvolvimento: “a preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer à população futura as mesmas condições e recursos naturais de que dispomos” (OLIVEIRA, 2002, p. 42), fica difícil tornar o “desenvolvimento sustentável” uma realidade.

Para Martine *et al* (2012) o termo é uma falácia. Os autores mostram que a cultura do consumo que surgiu com o capitalismo, incentiva e sustenta a atual trajetória de desenvolvimento empregada pela grande maioria dos países. Sendo uma das principais causas e aceleradores das mudanças ambientais em curso no planeta. Os autores ainda apontam que existem poucas alternativas convincentes a esse modelo de desenvolvimento. De forma que as propostas de desenvolvimento sustentável, economia verde e tecnologias verdes também não convencem os autores.

Isso porque as grandes empresas gastam bilhões de dólares todos os anos em campanhas promocionais, estimulando a aquisição de quantidades crescentes de uma

variedade de produtos, que na maioria das vezes, você nem precisa. O que se apoia em uma cultura hedonista, que define o consumo como sinônimo de felicidade. E enquanto consumo for entendido dessa forma, e nenhuma atitude radical<sup>32</sup> for tomada, dificilmente veremos alguma mudança.

A produção do complexo grãos-carne não está diretamente relacionada ao consumo supérfluo, mas se insere num modo predador e concentrador de produção capitalista. Além disso, aponta-se que não necessariamente são os grandes complexos agroindustriais que alimentam a população. Na verdade, os pequenos produtores<sup>33</sup> brasileiros tem enorme peso nessa questão (MARTINE, 1991).

Portanto, pensar o que é desenvolvimento econômico e como torná-lo menos predatório, nos leva um debate complexo, que precisa considerar as questões ambientais, as questões sociais relacionadas à equidade, e ainda, à própria viabilidade da manutenção do atual modelo de desenvolvimento. Até porque, sendo o consumo o motor do capitalismo, para que uma localidade se mantenha estável política e socialmente, ela precisa estar em permanente crescimento (MARTINE *et al*, 2012).

Esse debate não será resolvido aqui, em algumas páginas. Mas é exatamente porque não temos uma alternativa sutil, que não envolva atitudes radicais, para o modelo de desenvolvimento atual, que essa questão deve ser exposta e discutida em toda e qualquer oportunidade. Sobretudo quando se estuda o Brasil, que é conhecido como uma das atuais potências emergentes.

Todavia, estabelecido que quando citamos a ideia de desenvolvimento econômico nesse trabalho, temos noção de que o termo traz inúmeras questões, outro ponto importante de se pensar é em sua operacionalização em nosso território.

Mas antes, como propõe Brandão (2012), afirma-se que o Brasil é um país de grandes proporções que experimentou períodos de crescimento econômico que foram cíclicos, e que se estabelecem em regiões que naqueles momentos eram dinâmicas. O autor ainda pontua que no país sempre houve a manutenção de estruturas de reprodução de desigualdades que ampliaram as heterogeneidades regionais ao invés de saná-las, exatamente porque se evitou expor esses conflitos (BRANDÃO, 2008). Muitos dos nossos ciclos de desenvolvimento ou de mudança no sistema ocorreram através de acordos entre elites, e com grande parte das

---

<sup>32</sup> Alterar a tendência crescente ao consumo de recursos naturais e energia é a única forma de mudar a atual trajetória da mudança climática. O que poderia ser efetivado via medidas fortes, como taxaço do consumo de CO<sub>2</sub> e do subsídio à produção de energia renovável, por exemplo.

<sup>33</sup> Às vezes a grande produtividade dos pequenos produtores se relaciona à maior exploração da mão de obra familiar.

camadas menos abastadas sendo apenas informadas sobre os acontecimentos, às vezes, meses depois de terem acontecido.

Etges e Degrandi (2013) vão indagar se sanar tais desigualdades historicamente construídas entre as regiões é uma necessidade para desenvolvê-las. Segundo os autores, o debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil tem dois enfoques principais e opostos sobre esse tema. O primeiro e ainda hoje hegemônico enfoque entende que conforme as relações de produção vão tornando-se hegemônicas, as regiões tenderiam a desaparecer, pois as especificidades que as criam também desapareceriam. Já o segundo enfoque propõe que as desigualdades fazem parte da lógica capitalista, que se expressa pela concentração de capitais e de rendas, da qual deriva a exclusão econômica, social e, também, geográfica.

Enquanto o primeiro enfoque entende que temos que sanar as desigualdades regionais, para o segundo panorama, as especificidades devem ser potencializadas em prol do próprio desenvolvimento regional, uma vez que cada forma e ritmo de desenvolvimento são intrínsecos. Os autores, a partir da teoria do desenvolvimento elaborada por Milton Santos (1996), ainda assinalam que as disparidades regionais existem e continuarão existindo. Afinal, são resultantes de processos históricos, econômicos, culturais, sociais e ambientais particulares. O que se faz necessário é compreender como essas particularidades se estabeleceram, e tirar proveito delas.

Portanto, Etges e Degrandi (2013) pensando no desenvolvimento regional propõem que é possível ou tentar sanar desigualdades regionais num país tão grande e diverso como o nosso, ou aproveitar os diferenciais de cada localidade, tornando-os ferramentas e não empecilhos no desenvolvimento local.

Outro conteúdo importante da teoria do desenvolvimento é qual a dimensão ou escala territorial mais adequada na aplicação de políticas de desenvolvimento regional. Segundo Brandão (2004), pensar em estratégias de desenvolvimento no nosso contexto socioeconômico requer dialogar sobre questões que nos são historicamente delicadas e que perpassam a dimensão local ou regional. Por exemplo, o acesso à terra e à educação são essenciais para o desenvolvimento social, mas sua verdadeira implementação depende da combinação da dimensão nacional com a regional e a local (BRANDÃO, 2004).

Nesse sentido, cada nível possui uma forma de ação. A escala nacional envolve a criação de domínio, de moderação e da regulação da mercantilização (BRANDÃO, 2004). Peixinho *et al* (2003) propõem que a instância nacional estabelece o ordenamento institucional do território, através de instrumentos políticos, que se transformam de acordo com interesses do processo produtivo. O poder nacional deve defender a criação de

oportunidades internalizadas de acesso a bens e serviços e coordenar a abertura de horizontes de enriquecimento nas fronteiras internas.

No que se refere à escala regional, pode-se apontar que o surgimento de novas formas de regionalismos é demonstrado através da base produtiva e das relações de produção que dão recorrentemente novos significados aos espaços sociais. Da mesma forma, a ótica da escala local busca entender todas as potencialidades, fragilidades e necessidades de um determinado espaço territorial, normalmente o município, transformando em ações que devem ser levadas adiante pelas lideranças locais (MENEZES; CARVALHO, 1999).

Afirma-se, então, que a escala demarca o espaço do objeto. Peixinho *et al* (2003, p. 86) entendem que: “cada instância guarda em si aspectos que particularizam na sua integração com o todo (...) as escalas são um recurso para focar na dimensão da instância (..) nos ajudando a dimensionar os fenômenos”. Buscar a escala de observação adequada para a tomada dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir é um bom ponto inicial para a formulação de políticas públicas, sempre e quando se tiver a noção de que as dinâmicas territoriais estão embrincadas de uma maneira que se confundem (BRANDÃO, 2008).

Segundo Brandão (2010), qualquer diagnóstico local, regional ou nacional tem de se ater em conhecer os pontos positivos e negativos dessa escala em relação a outras, ou seja, os conflitos e compromissos existentes em cada contexto. Para assim identificar seus nexos de complementaridade econômica, estudar sua inserção nos processos econômicos dos diversos territórios com os quais se relaciona: não se pode negligenciar a natureza das hierarquias (BRANDÃO, 2004). Mas o autor adverte: “as escalas hierárquicas em que as atividades humanas são estruturadas mudam constantemente” (BRANDÃO, 2008, p. 11).

Brandão (2008) ainda pontua que só existe um caminho teórico-metodológico para tanto nos estudos regionais e urbanos, e esse se baseia no princípio da Divisão Social do Trabalho, a qual permeia todos os processos em todas as escalas. O desafio aqui é discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes das escalas, assim como condicionantes dos processos sociais, econômicos, políticos.

Considerando essa breve caracterização, no caso de pensarmos o desenvolvimento da região Centro-Oeste é necessário conhecer as características endógenas da região, como também a sua complementariedade com as outras regiões brasileiras que exerceram grande influência sobre a sua configuração espacial (GUIMARÃES; LEME, 2002).

Então, para traçarmos esse caminho metodológico no estudo do Centro-Oeste, temos que regredir historicamente para momentos que afetaram diretamente a região. No final da década de 1920, quando na escala nacional o Brasil viveu um processo de transição

econômica e social na passagem do chamado modelo primário exportador para um padrão de acumulação de “crescimento para dentro”, desencadeado pela Crise de 1929 (CANO, 2008).

O Estado se firmou como organizador da acumulação industrial, executando políticas nacionais, unificando o mercado, e tornando-se responsável pela abertura de fronteiras agrícolas para a acumulação de capital. O que tem efeitos especialmente no Centro-Oeste, uma vez que estimulou a demanda por alimentos (CUNHA, 2002b).

Um segundo momento de suma importância nacional é a década de 1960. Para Guimarães e Leme (2002), a transformação no processo de ocupação econômica dos cerrados, empreendida a partir de então, foi pouco estudada em termos de seu impacto econômico sobre o espaço regional. O Regime Militar implantado nesse momento, de acordo com os autores, investiu em políticas de alargamento da fronteira agrícola e integração econômica do país.

Cabe destacar que o apoio estatal foi fundamental para a ocupação populacional e para a transformação produtiva recente do Centro-Oeste, através dos investimentos em infraestrutura de transportes, energia e armazenagem (especialmente entre 1957 e 1985) (MONTAGNHANI; LIMA, 2011). Com um conjunto de políticas específicas nacionais, estaduais e regionais cada vez mais se operava mudanças econômicas e sociais sobre sua estrutura urbana e ocupacional. Vamos elencá-las, seguindo os apontamentos de Montagnhani e Lima (2011):

Começamos citando o Crédito Rural subsidiado (1965 a 1980), o qual permitiu a expansão e a mecanização da agricultura, com incorporação de novas áreas, e o financiamento da comercialização em todo o território nacional. Além disso, destaca-se a centralidade do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (CONDEPE), que teve início da década de 1970 e oferecia crédito para estimular a prática de uma bovinocultura tecnificada. Também teve a política de preços únicos de combustíveis para o país, e de preço subsidiado do óleo diesel, reduzindo custos não só do transporte de cargas, como também da mecanização rural. Nesse sentido, observa-se o programa de substituição de petróleo (PROÁLCOOL), que resultou na expansão da área plantada e da produção de cana-de-açúcar no Centro-Oeste, na sua operação regionalizada (MONTAGNHANI; LIMA, 2011).

Ressalta-se também o inestimável papel exercido pelos órgãos de pesquisa, como a EMBRAPA e a EMATER, que permitiu a adaptação de culturas aos solos do Cerrado e a obtenção de novas variedades plantas, além do desenvolvimento de técnicas de uso e manejo dos solos. Nessa linha existiu o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) criado em 1982, que teve por objetivo de potencializar a produção de grãos no Cerrado (MONTAGNHANI; LIMA, 2011).

Além dos programas nacionais que efetivamente pretendiam realizar a ocupação e integração do território, como o Programa de Integração Nacional (PIN) e os Programas Integrados de Colonização (PIC) da década de 1970, que visavam diminuir os conflitos pela terra ao absorver os “excedentes” populacionais do Centro-Sul e do Nordeste.

A maioria dos projetos estava relacionada às rodovias, uma vez que essas eram as principais vias de circulação de pessoas e produtos (COSTA, 2016). Na mesma linha estava o Programa de Redistribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial (PROTERRA), que financiou a aquisição de terras, com maior presença no norte de Mato Grosso. E o Programa de Incentivo Fiscal para a Amazônia Legal, criado em 1966, e que concedia incentivos fiscais para atrair investimentos privados, que geraram concentração de terra.

O POLOCENTRO foi outro programa, criado em 1975, esse dava estímulo à implantação da agropecuária no Centro-Oeste: “Concebido de acordo com a visão de pólos de desenvolvimento, envolveu nove áreas específicas da região, selecionadas segundo critérios de dotação de infraestrutura e potencial de expansão da agropecuária comercial” (MONTAGNHANI; LIMA, 2011, p. 163).

Ainda salientamos a existência do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), também destinado a promover e expandir a agricultura moderna nos cerrados (MONTAGNHANI; LIMA, 2011).

Todavia, os programas citados partiram de uma política intitulada de “Plano Nacional de Desenvolvimento”, o qual nas suas duas edições, merece destaque (PND I e II). Segundo Fonseca e Monteiro (2008), apesar de terem sido consideradas como políticas autoritárias, o PND I e II conservavam os princípios traçados no Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo dos governos oriundos do Golpe Militar de 1964 instaurados na década de 1970. Buscavam duplicar a renda per capita do país até 1980, e elevar o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Esse fortalecimento da economia implicaria a elevação da taxa de expansão do emprego, na redução da taxa de inflação, e na adoção de uma política econômica internacional que acelerasse o desenvolvimento sem prejuízo do controle da inflação.

O II PND tinha por especificidade ajustar a economia nacional à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio da evolução industrial do país. Por isso mesmo era dada grande ênfase às indústrias básicas, sobretudo aos setores de bens de capital e da eletrônica. O objetivo era substituir as importações e, sempre que possível, abrir novas frentes de exportação. Enfatiza-se ainda que no II PND a agropecuária era também seu foco, devendo cumprir um novo e destacado papel no desenvolvimento brasileiro. Da mesma forma, nessa política constava a ocupação produtiva da Amazônia e da região Centro-Oeste.

Contudo, cabe destacar que, segundo Fonseca e Monteiro (2008), os PNDs apresentaram problemas na execução e no financiamento, causando aumento das dívidas interna e externa, bem como da inflação.

A partir desse breve histórico das políticas implantadas na região, não é de se estranhar a trajetória de crescimento econômico que se formou no Centro-Oeste. Mas nem todos esses esforços foram capazes de aniquilar as disparidades socioeconômicas nos âmbitos inter e intrarregionais. Para além disso, as mudanças que se processaram a partir da década de 1980 tornaram a dinâmica regional mais complexa, apresentando outra natureza, diferente daquela caracterizada pelos processos de concentração e de desconcentração regional que ocorreram no período 1930-1985 (CANO, 2008).

Isso porque a partir de 1985, como reflexo das políticas de integração e desenvolvimento do governo militar, ocorre o esgotamento do crescimento da economia brasileira, o aumento da inflação e do endividamento do Estado (CANO, 2008). Aumentar as exportações compreendeu a forma encontrada para enfrentar essa situação, tendo nas exportações de *commodities* agropecuárias seu principal produto. Dessa forma, cada estado criou incentivos fiscais com fomento à agroindustrialização. Em 1993, por exemplo, 21 estados da federação já contavam com programas de incentivo à industrialização de produtos agropecuários, conduzido especialmente através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O Mato Grosso era um dos estados que tinha os incentivos mais elásticos (GUIMARÃES; LEME, 2002).

No cenário nacional a crise econômica dos anos 1980/1990 levou particularmente ao desaparecimento de vários órgãos federais de desenvolvimento regional; queda dos investimentos públicos no II PND; e a abertura do comércio ao exterior (GUIMARÃES; LEME, 2002). Brandão (2014) aponta que, entre 1980<sup>34</sup> e 2002, as disparidades inter-regionais se acentuaram muito em suas diversas dimensões, como exclusão social, e marginalização socioeconômica de pessoas e localidades. Vainer (2003) acrescenta que a abertura da economia aos fluxos internacionais de capitais e a crise do Estado nacional, que culminou na ausência de políticas nacionais de desenvolvimento regional, abriram brechas para novas formas de planejamento por parte de estados e municípios.

Isso porque, segundo Teixeira e Pinto (2015), as reformas postas em prática por Fernando Henrique Cardoso, enquanto presidente, propunham abertura comercial e

---

<sup>34</sup> Contudo, segundo Fonseca e Gonçalves (1995, p. 01), no final dos anos 1980, “a decisão de não alterar a política de preços mínimos, após o Governo Collor ter anunciado mudanças que penalizariam a agropecuária nestas novas áreas, acabou beneficiando a economia de fronteira, especialmente do Centro-Oeste, ao permitir que os agricultores não sofressem o impacto da diferenciação regional dos valores básicos de custo”.

financeira, privatizações e as reformas pró-mercado (que eliminaram a capacidade de planejamento e intervenção do Estado na atividade econômica), além da condução ortodoxa da política econômica, com juros altos e contenção de gastos correntes.

Isso provocou a “guerra de lugares”, que consistia numa competição entre localidades para atrair recursos que possibilitassem o crescimento econômico da região que tinha que se mostrado melhor e foi “escolhida” como sede dos investimentos -, o que contribuiu para aprofundar a fragmentação territorial. Foi dessa forma que projetos de desenvolvimento local, políticas de estímulo ao empreendedorismo municipal via redução de impostos se constituíram os principais métodos de planejamento estratégico que submetem os lugares a uma globalização fragmentadora, deixando de lado outras formas de abordar o desenvolvimento, como a forma nacional de integração (BRANDÃO, 2008).

Para Brandão (2014), foi só a partir de 2003<sup>35</sup>, com o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que o Brasil voltou a elaborar políticas de desenvolvimento regional através da dimensão nacional. Mesmo que durante o primeiro mandato o presidente Lula tenha mantido alguns ditames da política macroeconômica do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), no segundo mandato ele flexibilizou essas políticas. Um exemplo foi à consecução do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (a PNDR I e II) baseadas no PND.

Depois de exatos vinte anos sem uma estratégia para enfrentar nossas históricas e persistentes desigualdades inter-regionais – desde a crise da dívida externa até o final do Governo FHC (1994-2002) –, o Governo Lula, ao assumir em 2003, criou institucionalidades, elaborou políticas de cunho territorial e iniciou uma luta para vencer o caráter setorial e fragmentado das políticas públicas (BRANDÃO, 2014, p. 343).

De acordo com Brandao (2014), o país avançou nos últimos anos na elaboração e aplicação de políticas de desenvolvimento regional. Entretanto, isso não significa que foram apenas acertos, tendo em vista que vários aspectos nas políticas de desenvolvimento regional não avançaram. Logo, não foi criado o fundo nacional de desenvolvimento regional, não houve um efetivo acordo entre as diversas instâncias de governança, e apesar de ter voltado a ser implementada, a temática do desenvolvimento regional não ganhou centralidade na agenda de governo do PT (BRANDÃO, 2014).

---

<sup>35</sup> Salienta-se também que o começo do século 21 foi complicado para a economia brasileira, que sofreu com o impacto da retração da economia mundial. Vivenciou-se a crise de oferta de energia e racionamento; a crise norte-americana em decorrência dos atentados terroristas em Nova York; e a situação da Argentina.

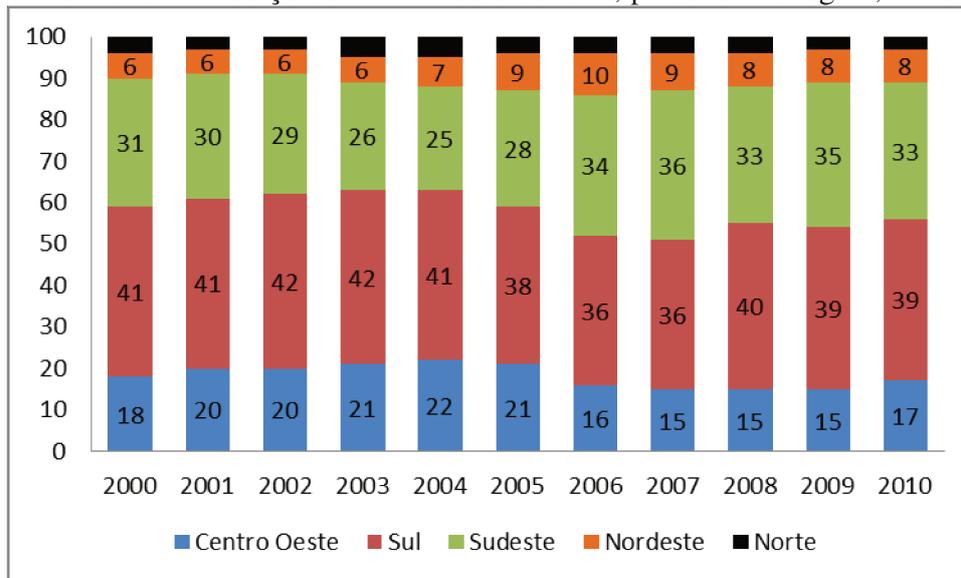
Para entendermos como alguns investimentos continuam atuando na região, ajudando-a a concorrer com outras localidades (produtoras agropecuárias e agroindustriais) nacionais e internacionais, foi escolhido como exemplo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)<sup>36</sup>. Uma vez que, como propõe Castro (2014), o sucesso da colonização agrícola da região Centro-Oeste se deve em grande parte a esse subsídio<sup>37</sup>. Entre 1965 e 1986, o Brasil disponibilizou quantidade significativa e crescente de crédito para custeio da produção agrícola de diversas lavouras, principalmente as de exportação. A maior parte desse crédito foi destinada para o financiamento de médios e grandes agricultores e, predominantemente, de lavouras de exportação, como a soja (CASTRO, 2014).

Nota-se que acerca da distribuição dos recursos emprestados, as maiores receptoras do incentivo são Unidades da Federação da região Sul (ao redor de 40%), e Sudeste do país (em torno de 30%). Nos últimos cinco anos há uma concentração do crédito nessas duas últimas regiões, que totalizaram mais de 70% de todos os valores desembolsados. Todavia, foi observado que a região Centro-Oeste experimentou aumento dos recebimentos, entre 2001 e 2005 (coincidindo com o boom dos preços da soja no mercado internacional). Mas houve um recuo significativo do valor a partir de 2006. Por outro lado, é fato que o Centro-Oeste ainda recebe uma proporção maior do que a soma destinada ao Norte e ao Nordeste.

---

<sup>36</sup> O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi criado pela lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e tem entre seus principais agentes os bancos e cooperativas de crédito. As normas de aplicação dos recursos são aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e publicadas pelo Banco Central do Brasil (BC) no Manual de Crédito Rural (MCR). O Banco do Brasil é hoje o principal agente financeiro do crédito rural no país (BELIK, 2015). Mais informações no Capítulo 2.

<sup>37</sup> “O principal instrumento utilizado para promover a industrialização no campo foi o crédito agrícola subsidiado” (MARTINE, 1991, p. 2).

**Gráfico 2:** Distribuição dos recursos do SNCR, por Grande Região, entre 2000<sup>38</sup> e 2010.

Fonte: BCB, Anuário Estatística de Crédito Rural<sup>39</sup> 2000 a 2010.

Outro órgão que pode nos fornecer indicadores da situação de incentivo público ao desenvolvimento econômico no Centro-Oeste é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este que foi fundado em 1952, e é atualmente no país um dos principais instrumentos do Governo Federal para o financiamento de longo prazo e investimento em diversos segmentos da economia (BNDES<sup>40</sup>, s/d).

Afirma-se que a quantidade destinada à região Centro-Oeste pelo BNDES tem aumentado entre 2000 e 2010<sup>41</sup>, demonstrando um crescimento anual de 18,6%, com exceção da inflexão observada entre os anos 2004 (R\$ 5.160,5 milhões) e 2005 (R\$ 3.270,6 milhões), de forma que em 2006 o valor do incentivo voltou a subir (R\$3.658,8 milhões).

Mas em comparação com as outras regiões, o Centro-Oeste consistiu em uma das regiões que menos recebeu investimentos do BNDES na década<sup>42</sup>, recebendo menos que ela apenas a região Norte, como se pode observar no Gráfico 3.

<sup>38</sup> Os dados disponíveis no Site do Banco Central do Brasil apenas compreendem o período 1999 a 2012.

<sup>39</sup> Dados disponíveis para 1999 e 2012. Ver Capítulo 2.

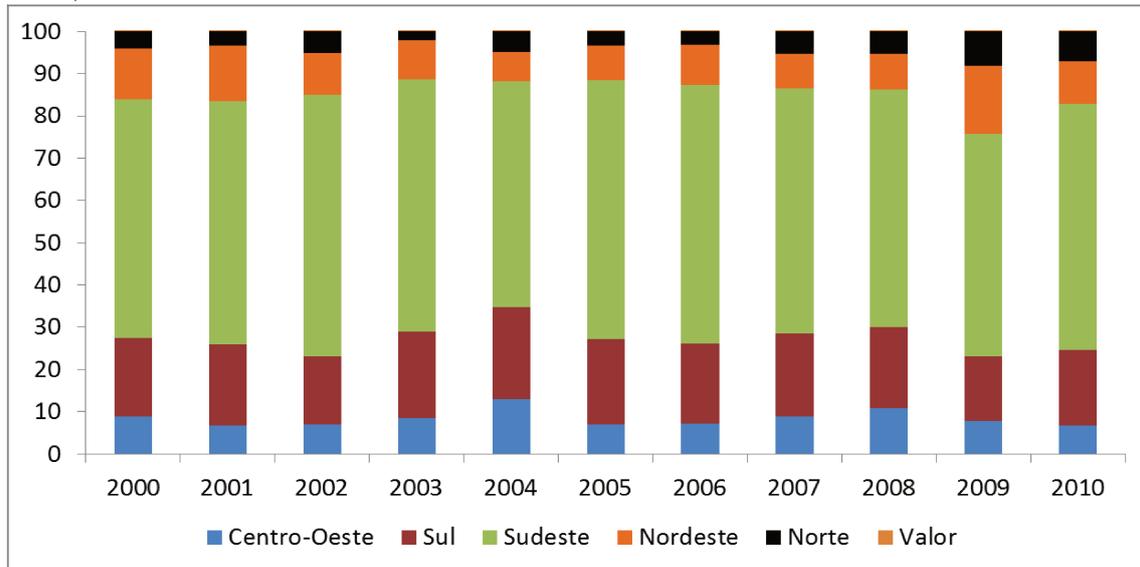
<sup>40</sup> Consulta sobre detalhamento de projetos em andamento ou realizados a nível nacional, grandes regiões, UFs, e municípios. Disponível em:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Galerias/Convivencia/Consuta\\_operacoes/consulta\\_operacoes\\_administracao\\_publica\\_direta\\_resultado.html#resultado](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Consuta_operacoes/consulta_operacoes_administracao_publica_direta_resultado.html#resultado). Acesso em: 10/12/2016.

<sup>41</sup> Políticas públicas de desenvolvimento foram lançadas pós 2010, como é o caso do Plano Agrícola e Pecuário (2013-2014). Contudo, escapa a periodização desse trabalho.

<sup>42</sup> Com exceção apenas de 2004, quando o Centro-Oeste recebeu mais investimentos do que a região Nordeste.

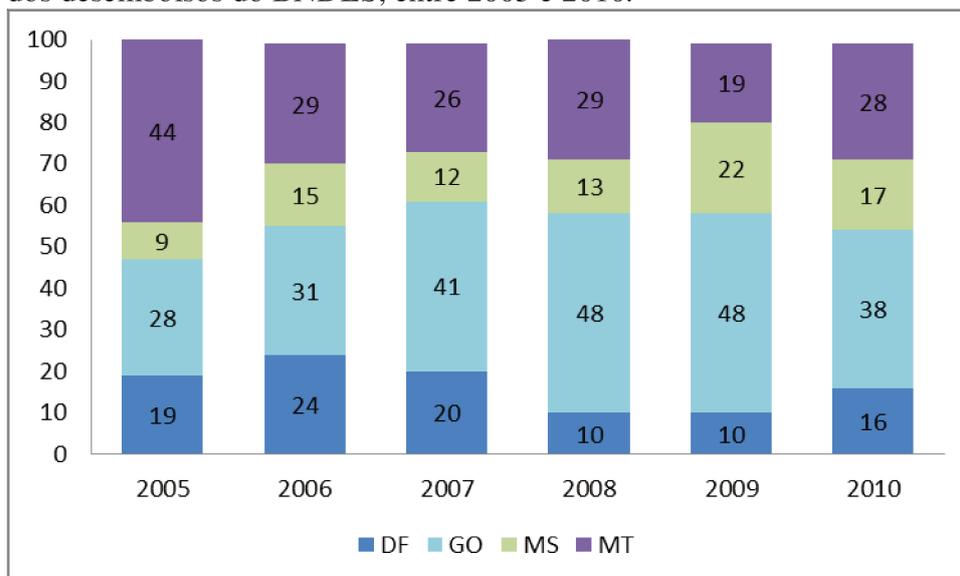
**Gráfico 3:** Desembolso total (R\$ Milhões) do BNDES para o Brasil e para a região Centro-Oeste, entre 2000 e 2010.



Fonte: BNDES, Estatísticas Operacionais 2000 a 2010.

Os próximos gráficos analisam de 2005 a 2010, exprime-se que o Mato Grosso era, em 2005, o estado do Centro-Oeste que mais recebia investimentos do BNDES (44%), mas perdeu espaço para Goiás a partir de 2006, tornando-se o segundo estado a mais receber investimentos na região. A UF que menos recebeu investimentos no período foi o Distrito Federal (Gráfico 4).

**Gráfico 4:** Proporção (%) entre as Unidades da Federação do Centro-Oeste no recebimento dos desembolsos do BNDES, entre 2005 e 2010.

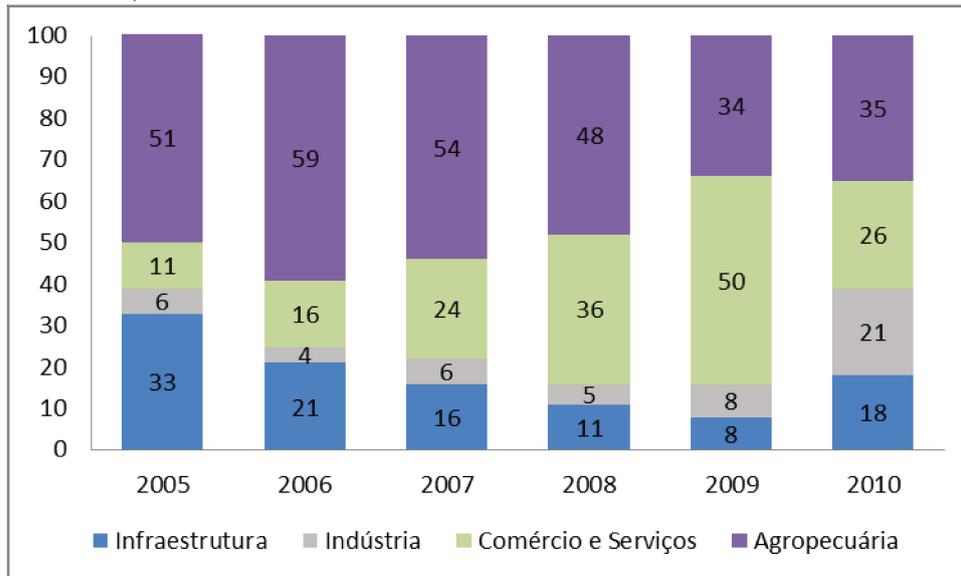


Fonte: BNDES, Estatísticas Operacionais 2005 a 2010.

O Distrito Federal foi a UF que menos recebeu investimentos do BNDES no período, pois grande parte dos investimentos estarem destinados à agropecuária (entre 60% e 35%),

que não é o forte da economia do Distrito Federal, e sim das outras UFs. Percebe-se no Gráfico 5, que em 2005, 2006 e 2007 a agropecuária é responsável por receber mais de 50% dos desembolsos, que diminuem bastante entre 2008 e 2010, em favor, principalmente, da Indústria, mas também do Comércio e Serviços.

**Gráfico 5:** Proporção dos desembolsos do BNDES na região Centro-Oeste, por setor da economia, entre 2005 e 2010.



**Fonte:** BNDES, Estatísticas Operacionais 2005 a 2010.

Em 2009 a indústria se torna 50% dos investimentos do BNDES no Centro-Oeste, praticamente o mesmo espaço que a agropecuária ocupou em 2005. Como propõe Alves (2014), a especialização produtiva no Centro-Oeste tem imposto alguns desafios ao desenvolvimento da região, visto que o seu padrão produtivo baseado em *commodities* é caracterizado pela baixa diversificação econômica. Não é de se estranhar, então, que a tendência de agroindustrialização continue sendo alvo dos mais recentes investimentos na região, pois é uma forma de expandir a produtividade sem ir contra a Divisão Social do Trabalho (SANTOS, 2000).

De qualquer maneira, as projeções da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP, 2016) para 2026 mostram que a operacionalização do desenvolvimento econômico na região não sofrerá mudanças drásticas nos próximos dez anos. Pois o que se projeta para o Centro-Oeste é o fortalecimento do caminho empregado na especialização no agronegócio, uma vez que a região ficará responsável por 45% da produção brasileira de soja na safra 2025/2026 (com um crescimento de 19% da área plantada em 2015/2016); e 52% da produção

de milho (crescimento da área plantada de 19%). No que se refere ao complexo da carne, a região ficará responsável por 19% da produção de suínos (o que representa um crescimento em 71% da produção de 2015), 20% da produção de aves (aumento de 59%), e 37% de carne bovina (crescimento de 24%).

Nota-se por esses resultados que a produtividade deve crescer, mas isso também acontece com a área plantada. Outra situação que a FIESP (2016) revela é o crescimento das exportações, e a intensificação da relação entre a cadeia de grãos com a cadeia de carne na região.

Em suma, a magnitude das políticas colocadas em prática na década de 1970 e 1980 no Centro-Oeste foi única na história da região. Mas entre 2000 e 2010, o governo federal voltou a elaborar políticas nacionais de alcance regional e setorial no país, como os fundos constitucionais de financiamento das regiões, os desembolsos do BNDES (também podemos apontar os programas sociais como o “Bolsa Família” e os “Benefícios de Prestação Continuada”). Por mais que o Centro-Oeste não seja a região que mais recebe tais recursos, esses são de suma importância para sua dinâmica territorial.

### **Considerações Finais**

O Capítulo 1 teve por intuito demonstrar a presença do Estado na consecução de políticas que buscavam o crescimento econômico e o aumento populacional no Centro-Oeste. A região vivia uma situação de inexpressividade demográfica e econômica envolvida por chamativas riquezas naturais, que levou ao interesse em ocupá-la e integrá-la ao modelo de desenvolvimento instaurado nas Grandes Regiões mais dinâmicas. Com as políticas de ocupação dos governos militares oriundos do Golpe de 1964 foi possível transformar as relações de produção em suas UFs.

Em termos populacionais, o Centro-Oeste nunca havia recebido tantos imigrantes quanto o recebeu nas décadas de 1960 e 1970 (BAENINGER, 1999). Tornou-se uma região de fronteira agrícola, que era destino de pessoas do país todo com o “sonho da terra própria”. Ironicamente, no campo essas políticas de ocupação serviram para a concentração da terra, expulsando das áreas rurais àqueles que não possuíam capital (CUNHA, 2002a; CUNHA 2002b). O que acabou inchando os núcleos urbanos que se formavam.

O saldo migratório do período mais recente no Mato Grosso, 2005-2010, continua positivo, mesmo não sendo mais tão acentuado quanto nos períodos anteriores. Acerca da comparação do perfil do imigrante interestadual, entre 1970-1980 e 2000-2010, nota-se que, apesar da diminuição apresentada da categoria “Casal com filhos”, essa continua como a maior proporção na composição dos domicílios migrantes. Portanto, a migração no estado continua familiar, mas mostrando a tendência de crescimento da migração individual, sobretudo devido à intensificação da maior proporção relativa da migração de homens jovens. O destino do migrante é cada vez mais urbano, acima de tudo, porque seu principal setor econômico de inserção ocupacional é o terciário.

Esse contexto mostra que as políticas que previam a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico da região cumpriram com seu papel de integração do Mato Grosso à economia nacional via setor agropecuário, mesmo que fosse por uma forma de desenvolvimento concentradora e predatória. Inclusive, a previsão da FIESP (2016) para os próximos dez anos prevê não só intenso crescimento da cadeia de carnes e de grãos, como também acentuada expansão da área plantada com esse último.

## CAPÍTULO 2. AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO: A TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA DO MATO GROSSO

“Fronteiras substituíam o tempo pelo espaço, mudanças por contrastes locais, e história por geografia” (ALMEIDA, 2007, p. 162).



### Introdução

Segundo Elias (2005) e Mazzali (2000), a aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da agropecuária na busca do aumento de produtividade e da redução de custos aperfeiçoou e expandiu suas atividades. Os autores ainda destacam que à reestruturação do processo produtivo, por meio da fusão de capitais com outros setores econômicos, tende a tornar o setor agropecuário mais competitivo -, o que o aproximou da indústria, do comércio e dos serviços (ELIAS, 2005). Vemos essa situação especialmente através do avanço do cultivo da soja, *commodity* que alavancou a economia do Mato Grosso nas últimas duas décadas.

Os grãos, a partir deste contexto, ganham espaço na produção e na balança comercial brasileira, fazendo com que se tenha certa preferência por eles, devido à sua valorização no mercado internacional (MAZZALI, 2000). Dessa forma, organizam-se agentes para articular o complexo produtivo sojeiro, que necessita cada vez mais de articulações logísticas e infraestruturas para sua mobilidade e geração de lucro (LOBATO *et al*, 2010).

Sendo o Mato Grosso o principal estado brasileiro produtor de soja, seus municípios expandiram enormemente essa produção entre 1990 e 2010, experimentando mudanças produtivas, urbanas e demográficas. Através da análise de informações sobre Crédito Rural,

disponibilizados pelo Banco Central do Brasil entre 2000 e 2010, pretendemos mostrar a relação entre soja e investimento nos municípios mato-grossenses.

Para tanto, no Capítulo 2 ainda nos pautaremos nos conceitos de “Agronegócio Globalizado” de Denise Elias (2005) e de “Regiões Produtivas Agrícolas” (ELIAS, 2011), também de autoria da geógrafa, a fim de pensar as transformações urbanas e demográficas a nível local. Logo, diferencia-se a organização de municípios que são funcionais ao agronegócio de municípios que receberam incentivos financeiros, tendo hoje lugar de importância dentro da atividade agropecuária que desenvolvem.

## **2.1. Agronegócio globalizado e expansão da Soja no Mato Grosso: a formação de “Regiões Produtivas Agrícolas”**

O chamado processo de modernização que ganha espaço no Brasil a partir da década de 1960, baseia-se na tecnologia e nos incentivos estatais e na produção industrial (SANTOS, 2000; ELIAS, 2005). A partir do uso de insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas, do investimento em novas técnicas no sistema de irrigação, e na substituição de métodos tradicionais de preparação da terra, plantio e colheita por métodos mecanizados, o campo brasileiro também alcança a modernização e a globalização da produção (SANTOS, 1979).

Como propõem Heredia, Palmeira e Leite (2010), a percepção do que se transformou essa atividade no país está no significado da própria palavra “agronegócio”<sup>43</sup>, a qual se tornou uma espécie de radicalização da modernização do campo e sua associação com a indústria. De acordo com Caldart *et al* (2012), a partir da década de 1990, no Brasil, a formulação do conceito “agronegócio” leva menos em consideração a dimensão “agrícola” do que a dimensão “industrial”, cuja abordagem se refere não apenas à unidade industrial local, mas ao conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. Estando relacionada, dessa forma, às políticas públicas que incidem sob o setor (CALDART *et al*, 2012).

---

<sup>43</sup> O termo agronegócio designa a articulação técnica, política e econômica dos elos representados pelos segmentos produtivos de insumos para a agricultura, do mercado de trabalho e de produção agrícola, bem como as etapas de armazenagem, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, agora articulados pelo capital financeiro em escala internacional, numa dinâmica de abertura de mercados e globalização neoliberal da economia. Portanto, é um conceito que reúne mais do que apenas os aspectos técnicos, ao representar as relações econômicas e políticas, além da disputa pela hegemonia em relação às políticas públicas relacionadas ao setor (CALDART *et al*, 2012).

Não podemos deixar de apontar que nos referimos a um processo de modernização do campo que ocorreu concomitante à Revolução Verde, e que, ao mesmo tempo em que consistiu, sobretudo, em implementação de recursos tecnológicos e biológicos visando aumento da produtividade das propriedades no campo, resultou em uma série de consequências que estão longe de serem modernas. Na verdade, é possível entendê-las como situações obsoletas, de modo que o termo modernização se refere às técnicas, e não ao processo como um todo.

A contaminação ambiental, a precarização do trabalho, e a concentração de terra são algumas das desigualdades socioeconômicas historicamente construídas no país, que se intensificaram a partir da modernização agrícola. O que não é surpresa, uma vez que a forma como aconteceu à fragmentação do território agrícola para a produção de *commodities*, implicou na concentração de terras para produção em grande escala, excluindo os produtores de pequena escala. É nesse sentido que Azevêdo (1982) e Martine e Garcia (1987) trouxeram a concepção de “modernização conservadora”, de autoria de Moore Jr (1975), para o caso brasileiro. Martine e Garcia (1987) focaram nas consequências demográficas do fenômeno:

Tanto a mudança na escala de produção trazida pelo novo pacote tecnológico, como a tendência especulativa desencadeada pelo processo de modernização, serviram para acentuar ainda mais a concentração da propriedade da terra, afetando também as relações de produção no campo. Além da mecanização expulsar a mão-de-obra, o espaço de arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores também ficou reduzido pela "territorialização do capital". Isto provocou um forte êxodo rural (de quase 30 milhões de pessoas entre 1960-80), além de crescente assalariamento da força de trabalho agrícola, muito da qual passou a residir nas cidades (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 02).

Isto posto, afirma-se que a consolidação do Centro-Oeste como produtor agrícola integrado à economia nacional e grande exportador, começa a se desenvolver nos anos 1980. E na década de 2000, o Mato Grosso se tornou o maior estado produtor de soja do país.

A soja chegou ao Mato Grosso através da expansão da fronteira agrícola (MARTINE, 1994)<sup>44</sup>. Pois na década de 1960 o grão começou a ser desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul, cultivado em pequenas propriedades através da agricultura familiar e por cooperativas (FERNÁNDEZ, 2007; MAZZALI, 2000). Na década de 1970, avançou sobre o território brasileiro com a fronteira, indo para o Paraná e Santa Catarina (MONTAGNHANI; LIMA, 2011; GUIMARÃES; LEME, 2002). Logo depois chegou a Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso, seguindo a trajetória dos migrantes gaúchos (FERNÁNDEZ, 2007).

---

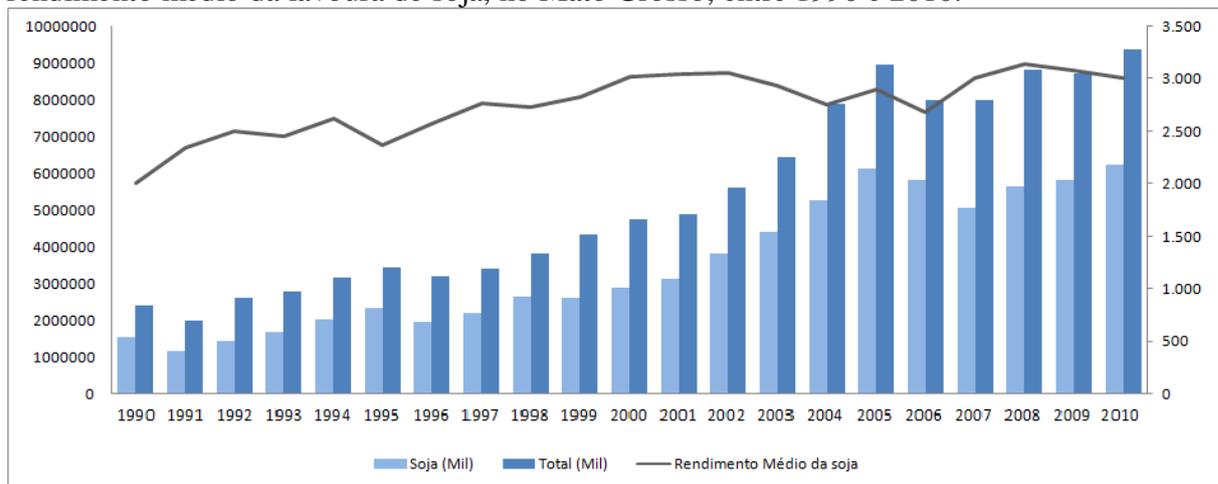
<sup>44</sup> Sobre o conceito de fronteira agrícola na região ver Sawyer (1987), Becker (1985), Martine e Turchi (1990).

No Mato Grosso a soja foi introduzida com os migrantes que vieram durante as políticas de ocupação no Centro-Oeste, que em sua grande maioria eram sulistas. Mas nesse primeiro momento, a produção se deu de forma experimental<sup>45</sup> (FERNÁNDEZ, 2007).

Os primeiros plantios em Mato Grosso ocorreram no início dos anos de 1980, na porção sul do Estado. Foram pequenas experiências realizadas por agricultores que procuravam adaptar variedades. Na medida em que isso ia ocorrendo, que conhecimentos sobre o manejo de solos do cerrado foram sendo desenvolvidos, que mercados foram sendo consolidados, que cidades foram sendo formadas e que incentivos de políticas públicas foram sendo concedidos, a área cultivada ampliava-se rapidamente (FERNÁNDEZ, 2007, p. 19).

Dessa forma, Fernández (2007) aponta que a soja só despontou no estado durante a década de 1990 e, a partir disso, a área plantada e produtividade da cultura se acentuaram. A fim de observarmos como a soja se desenvolve no estado a partir dessa década, o Gráfico 6 expõe o aumento da produção total de lavouras temporárias entre 1990 e 2010, como também o espaço e evolução da soja nessa produção. Ainda é possível notar que o rendimento médio da produção dessa cultura cresceu de forma enérgica no período, particularmente durante a década de 1990.

**Gráfico 6:** Quantidade produzida (mil toneladas) pelas lavouras temporárias e pela soja, e rendimento médio da lavoura de soja, no Mato Grosso, entre 1990 e 2010.



**Fonte:** IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal 1990 a 2010.

<sup>45</sup> Lembrando que do ponto de vista técnico, a soja só foi uma possibilidade nos solos do Cerrado através do investimento em pesquisa, como as realizadas pela EMBRAPA. Nesse sentido, há de se salientar a importação do pacote Revolução Verde, com todas as suas potencialidades e riscos.

A modernização conservadora permitiu que os produtores aumentassem sua produtividade e diversificassem a produção por outros meios que não apenas a expansão da área plantada. Mas ainda assim, essa última continua sendo uma estratégia importante para a expansão da soja<sup>46</sup> entre 1990 e 2010, como mostra a Figura 1. Também se nota que, além da área MATOPIBA<sup>47</sup>, apenas o estado do Mato Grosso possui tão intenso crescimento da área de plantio da soja no país durante o período apresentado.

O crescimento superior a 25.001 ha se concentra no estado do Mato Grosso, em especial em seu médio norte e sudoeste. Dos 141 municípios registrados em 2010, 113 são produtores de soja (IBGE, PAM 2010). Ainda há municípios sem variação da área de plantio, sobretudo, no nordeste do estado -, mas é importante frisar que não há redução da área de cultivo em município algum. Além disso, ressalta-se que a maior parte dos municípios com maior área de expansão é jovem, com emancipação a partir dos anos 1970<sup>48</sup>.

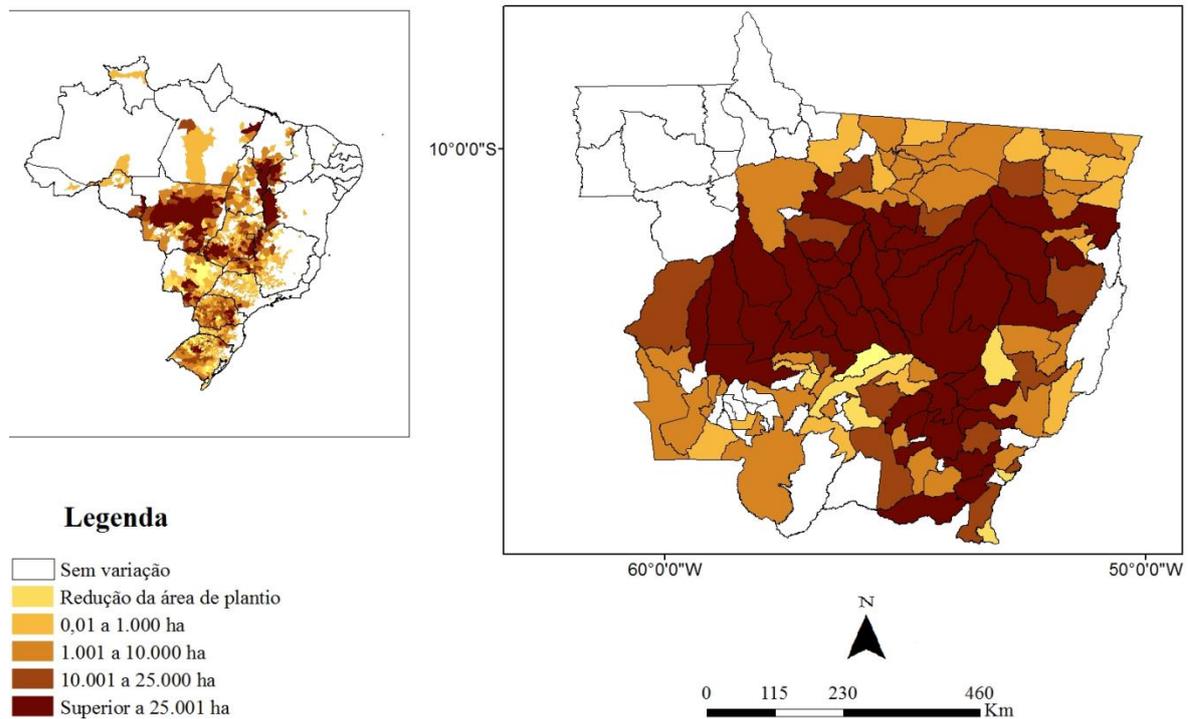
---

<sup>46</sup>A área plantada disponibilizada pelo IBGE supõe plantios simultâneos ou sucessivos, o que pode repercutir numa área maior do que a dos próprios limites político-administrativos.

<sup>47</sup>Região considerada a grande fronteira agrícola nacional ainda aberta, compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras.

<sup>48</sup> Municípios e ano de emancipação: Diamantino (1818), Poxoréo (1938), Guiratinga (1943), Alto Garças (1953), Itiquira (1953), Dom Aquino (1958), General Carneiro (1963), Tangará da Serra (1969), Juscimeira (1979), São Félix do Araguaia (1979), Paranatinga (1979), Canarana (1979), Sinop (1979), São José do Rio Claro (1981), Novo São Joaquim (1986), Brasnorte (1986), Vera (1986), Sorriso (1986), Nova Ubiratã (1986), Lucas do Rio Verde (1986), Cláudia (1988), Tapurah (1988), Primavera do Leste (1986), Campo Verde (1988), Nova Mutum (1988), Campo Novo do Parecis (1988), Santo Antônio do Leste (1998), Tabaporã (1991), Santa Carmem (1991), Querência (1991), Nova Maringá (1991), Campos de Júlio (1994), Sapezal (1994), Gaúcha do Norte (1995), Feliz Natal (1995), Bom Jesus do Araguaia (1999), Santa Rita do Trivelato (1999), Itanhanga (2000), Ipiranga do Norte (2000).

**Figura 1:** Variação da área plantada de soja no Brasil entre 1990 e 2010, com destaque para o estado do Mato Grosso<sup>49</sup>.



**Fonte:** Malhas Digitais 2010. Pesquisa Agrícola Municipal 1990 a 2010.

Todavia, é pertinente esclarecer que a produção de grãos tem exercido demasiada pressão sobre os recursos naturais mato-grossenses, uma vez que envolve o uso de defensivos químicos, desmatamento e queimadas (CAMARGO *et al*, 2016). Segundo Alencar *et al* (2011), a expansão da soja no estado, pautada pelo modelo agrícola de concentração fundiária, provoca impactos ambientais negativos e, conseqüentemente, influencia na saúde humana. Belo *et al* (2012) detectam no Mato Grosso uma situação de vulnerabilidade na saúde e bem-estar tanto do contingente de trabalhadores rurais diretamente expostos a grandes quantidades de agrotóxicos, quanto dos moradores de áreas próximas aos polos produtores de soja.

Tendo em mente as externalidades socioambientais negativas da produção, quais fatores sustentam a expansão de *commodities* como a soja no estado? Sabe-se que a intensificação da produção de *commodities* se relaciona com o substancial aumento do mercado urbano-industrial do país e com a necessidade estadual em aumentar as exportações

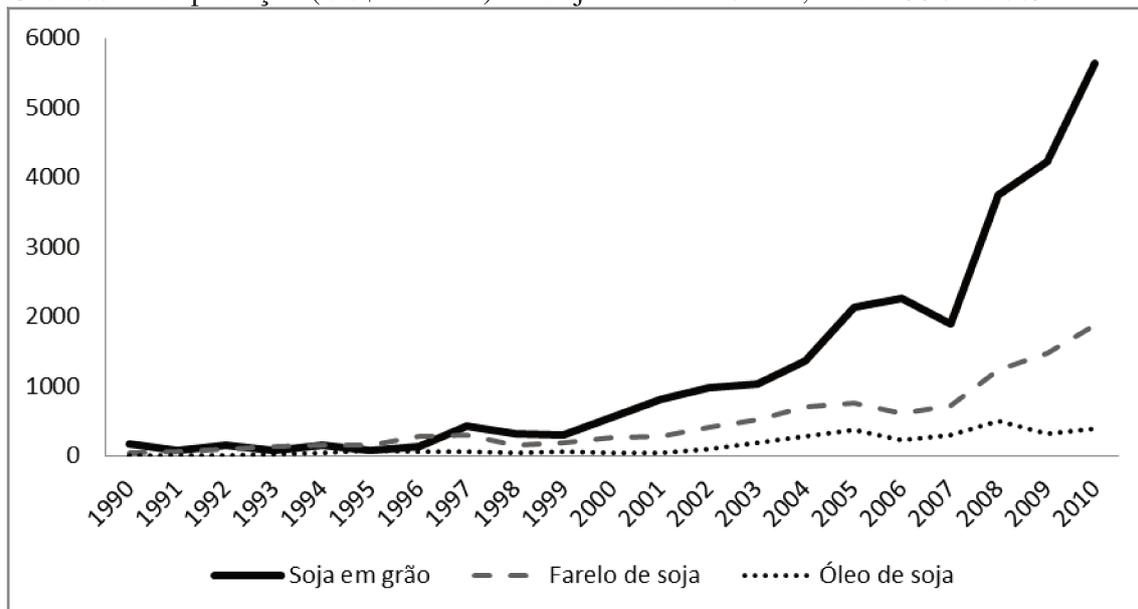
<sup>49</sup> Figura presente no artigo aceito: CRAICE, C.; CAMARGO, K.; VAZQUEZ, F.; ARAÚJO, A. Novas dinâmicas de Estruturação urbano-regional. 17º ENANPUR, São Paulo, 2017. **XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, São Paulo, maio de 2017.

para manter sua Balança Comercial<sup>50</sup> positiva; tendo em vista que a compra e venda de produtos com outras Unidades da Federação (UF) tornam essa balança negativa (APOLINÁRIO *et al*, 2009).

Segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) (2011), em 2010, 97% das exportações mato-grossenses resultou de atividades agropecuárias e agroindustriais, sendo o complexo da soja responsável por 68% desse valor.

Para visualização do cenário, no Gráfico 7 exibe os dados obtidos através do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (AliceWeb), os quais denotam que apesar dos farelos e óleos estarem ganhando o mercado externo, os grãos *in natura* permanecem enquanto a maior parte do que o Mato Grosso exporta. Em 2010, 71,2% da exportação de soja foram realizadas na forma de grãos, 23,7% em farelos e 4,9% enquanto óleos (SECEX, MIDIC, 2010).

**Gráfico 7:** Exportação (US\$ Bilhões) de Soja no Mato Grosso, entre 1990 e 2009.



Fonte: Sistema ALICEWeb (SECEX/MDIC) 1990 a 2010.

De fato, a expansão da produção de grãos foi essencial para a instalação de complexos agroindustriais no estado. Mazzali (2000) sinaliza que os Complexos Agroindustriais não existiam no Brasil antes da década de 1970. Isso porque os setores industriais voltados à produção para a agricultura ainda não estavam estabelecidos no país, já que eles advêm de uma nova categoria de agregação.

<sup>50</sup> O superávit do Mato Grosso com o mercado exterior é responsável pela reversão do saldo deficitário das transações com os demais estados brasileiros (APOLINÁRIO *et al*, 2009).

Martine (1994) demonstra que o processo de modernização da agricultura brasileira se dá efetivamente a partir da década de 1970. Alegando que os Complexos Agroindustriais só vão se consolidar através da implementação pelo governo federal de uma política de crédito e financiamento direcionada à agroindústria. Assim, o autor reflete que a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e a expansão do sistema agroindustrial foi regulamentada através das políticas de fomento agrícola. As quais foram distribuídas de forma setorial e espacial baseada na Divisão Social do Trabalho (MARTINE, 1994), acentuando-a. Por esse ângulo, primeiro acontece à expansão da agroindústria de grãos, e depois ela é seguida pela indústria de carnes no Centro-Oeste. Uma vez que essa necessita da produção de grãos para a produção de ração visando à alimentação dos rebanhos.

Mazzali (2000) entende a instalação da agroindústria no Centro-Oeste também se relacionou com o processo interno de reorganização das empresas. As grandes empresas de grãos e carne internamente deram ênfase à reestruturação administrativa, o que gerou redução de níveis hierárquicos, melhor organização administrativa das funções diminuindo a necessidade de cargos com funções parecidas, terceirização de atividades como limpeza e transporte (entre outras), associação com empresas de outros países com produtos na mesma linha, associação com pequenos produtores, e com redes *fast-food*. Por isso, a localização também mudou. Devido à facilidade em obter incentivos financeiros e pela proximidade das matérias primas, (re) organizou-se a localização geográfica de unidades industriais, com compra ou aquisição de plantas na região Centro-Oeste (e Nordeste).

Para Mazzali (2000) existem dois movimentos importantes nesse momento em relação à atividade agropecuária e agroindustrial: ao mesmo tempo em que se caminhava para a globalização, havia também a tendência à regionalização das relações econômicas. Elias (2011) entende que alguns desses novos territórios agrícolas são “Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs)”.

### Regiões Produtivas Agrícolas e Crédito Rural

Para Elias (2011, p. 153), as Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) são: “espaços escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nela encontram-se partes dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação de *commodities* agrícolas”.

Como o agronegócio globalizado se realiza a partir da relação entre a ordem global e a local, as RPAs estão conectadas com os centros de poder e consumo do mundo. Na grande parte das ocorrências, as RPAs só abarcam parte dos circuitos espaciais de produção, porque as outras partes desse estão espalhadas não somente em nível nacional, mas também internacional: “as RPAs são lugares funcionais do agronegócio, meras regiões do fazer, com pouquíssima ou nenhuma ingerência efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas” (ELIAS, 2011, p. 157).

E do mesmo modo, a autora também afirma que as RPAs são formadas por municípios que não necessariamente estão localizados próximos, pode ocorrer de eles estarem um do lado do outro, mas geralmente as localidades integrantes estão distantes. O elo entre elas trata-se das trocas de mercadorias, capital e pessoas relacionadas à *commodity*.

Nessas regiões as grandes corporações são as responsáveis pelas características que se formam no espaço rural e no urbano. Como se trata de espaços de fluxos rápidos relacionados às redes agroindustriais, as ordens ou necessidades que vêm de cima na hierarquia produtiva têm predominância sobre as horizontalidades<sup>51</sup>, mesmo que essas também tenham suas influências.

De acordo com Elias (2011), existe, portanto, um controle empresarial do território pelos fluxos de capitais globais. Silva (2013) atesta como esse movimento pode ser observado no Mato Grosso. Para ela, as grandes empresas como Cargill, ADM, Bunge, e o Grupo Amaggi, presentes no estado, influenciam nos orçamentos públicos de várias instâncias, a fim de direcionar o dinheiro público a projetos para acelerar dos fluxos de interesse hegemônico, inferindo no uso corporativo do território.

O trabalho de Wesz Jr (2014), também sinaliza a força das empresas no Mato Grosso. O autor denota que nos últimos anos tem se acentuado a força dos 20 maiores grupos empresariais. Uma vez que na safra de 2004/2005 eles plantaram juntos 9% de toda a área cultivada com a cultura, e na safra 2009/10, os mesmos 20 grupos já controlavam 20% da área colhida com soja no Mato Grosso, o que representa um crescimento anual de 318%<sup>52</sup>.

Contudo, fica cada vez mais difícil definir os nomes-fantasia desses grupos, a área cultivada por eles e até mesmo sua nacionalidade, porque são empresas de capital aberto,

---

<sup>51</sup> Santos (1996) mostra que as verticalidades são os processos que ocorrem em escala mundial (industrialização/desindustrialização, fluxo de capitais e mercadorias, etc) que atendem ao interesse de empresas e que interferem na formação nos níveis locais ou regionais. Horizontalidades também influenciam, mas são os fenômenos sentidos em menor escala espacial (por exemplo as consequência de um movimento social, de políticas municipais, etc). A horizontalidade também é contiguidade, pois integra as relações externas e internas numa única unidade de espaço.

<sup>52</sup> O autor utiliza informações do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA).

controladas por fundos estrangeiros ou por empresários nacionais ligados a outros ramos da economia (WESZ JR, 2014). O autor assinala os grupos mais conhecidos: o Bom Futuro, a Amaggi, a SLC Agrícola, e a Vanguarda Agro.

Wesz Jr (2014) exemplifica através do Grupo Amaggi, que essa iniciou suas atividades no Paraná no ano de 1977, com a produção de sementes e comercialização de safras de soja. A aquisição de terras em Mato Grosso aconteceu durante a década de 1980, com as políticas de colonização da região Centro-Oeste<sup>53</sup>, e isso permitiu o incremento no plantio da soja e a expansão dos negócios. O Grupo investiu na verticalização da cadeia produtiva ao investir além das plantações agrícolas, em produzir sementes, distribuir fertilizantes, esmagar grãos (agroindústrias Amaggi), comercializar seus produtos, e ainda no transporte das mercadorias por meio fluvial<sup>54</sup>.

Para Silva (2013), o controle do espaço por grandes grupos é tão presente e direto que as corporações se relacionam até mesmo com a formação de municípios mato-grossenses. Isto posto, Silva (2013) elabora a concepção de “famílias dos municípios do agronegócio”<sup>55</sup>. A hipótese da autora é que a produção de *commodities*, em particular a soja, gerou centros urbanos que se emanciparam politicamente através da influência de ricas famílias produtoras agropecuárias, expressão concreta da necessidade do poder político<sup>56</sup> para organizar a expansão produtiva. Mas ao criar os municípios mato-grossenses, as empresas colonizadoras privadas transferiram o ônus dos investimentos em equipamentos urbanos ao poder público por meio das emancipações municipais (SILVA, 2013).

A consequência da presença de forças externalizantes realizadas através das grandes empresas compõem lugares particulares, que estão continuamente se renovando tecnologicamente (ELIAS 2011, p. 156). Dessa forma, as RPAs podem ou ser formadas por municípios pequenos e médios localizados na fronteira agrícola, e inseridos mais recentemente ao agronegócio globalizado (como acontece com o Mato Grosso); ou por municípios que participam a mais tempo do circuito superior da economia agrária (como acontece com o Sul e Sudeste do país).

---

<sup>53</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>54</sup> Em 2013 o Grupo Amaggi também comprou terras na Argentina para plantar soja, e no ano seguinte começou a comercializar o grão no Paraguai.

<sup>55</sup> Isso se deve ao fato do município no Brasil ser uma esfera do poder Estatal, ou seja, ele regula o território mediante criação de leis e organiza-o através de suas políticas públicas territoriais locais (SILVA, 2013).

<sup>56</sup> Não é de estranhar, então, que a família Maggi faça parte do cenário político (SILVA, 2013). Blairo Maggi, filho do fundador do Grupo, foi governador do estado de Mato Grosso entre 2003 e 2010, sendo, em seguida, eleito senador. Destaca-se ainda que os principais gestores do Grupo Bom Futuro (Eraf Maggi) e do Grupo Amaggi (Blairo Maggi) são primos (SILVA, 2013; WESZ JR, 2014).

Ademais, as Regiões Produtivas Agrícolas possuem diversas similitudes, mas apresentam também particularidades. Haja visto que cada *commodity* possui especificidades, com suas próprias exigências de insumos químicos, serviços, força de trabalho, tecnologia, capital, resultando em arranjos territoriais distintos. De maneira semelhante ao que acontece com o contexto geográfico, cada região possui sua história, e suas características de clima, relevo e vegetação imperando nas características das RPAs.

Para conhecermos como as RPAs se configuram no Mato Grosso, primeiro há de se considerar a proposição de Haesbaert (2005), o qual nos apresenta a heterogeneidade e a fragmentação do termo região. Podemos entender que hoje o conceito de região tem muitas aplicações possíveis. Mas o que prevalece é a ideia de “recorte” que o termo abriga, indicando movimento, e mostrando que o que enfrentamos hoje é a regionalização do espaço atrelada ao tempo.

Nesse sentido, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (art. 25, §3º), a concepção de microrregião designa um agrupamento de municípios limítrofes. Cujas finalidades é integrar a organização espacial, executando até mesmo funções públicas de interesse comum a esses municípios, através de lei complementar estadual. Mas em todo o país, são raros os casos em que as microrregiões possuem essa finalidade. Normalmente o termo é mais utilizado em função do uso que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concede para fins estatísticos, como também em razão das similaridades econômicas e sociais entre os municípios de uma microrregião:

As Microrregiões Geográficas são conjuntos de municípios contíguos e “(...) foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares (...). A organização do espaço microrregional foi identificada, também, pela vida de relações ao nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, constituindo-se pela produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais” (IBGE, 1990, p. 8).

A partir da definição do IBGE e de estudos como o de Carmo e Lombardi (2012), tem-se a percepção de que algumas microrregiões mato-grossenses, como é o caso de Alto Teles Pires nesse artigo, possuem municípios que se aliam na produção integrada de uma determinada cadeia produtiva, mantendo forte relação econômica.

Tendo como base a definição do IBGE e o artigo de Carmo e Lombardi (2012), vamos utilizar às microrregiões, enquanto um recorte do território, para analisar sua complementariedade produtiva, e analisar se suas características comportam a concepção de “Regiões Produtivas Agrícolas”. Sempre tendo em mente que o “conceito de região deve ser analisado dentro do contexto histórico em que foi emitido e da realidade em que então se situava” (BEZZI, 2004, p. 242).

Logo, prosseguindo com o estudo, expõe-se que o Mato Grosso atualmente possui 141 municípios, agrupados em 22 microrregiões<sup>57</sup>, definidas pelo IBGE. Nota-se que a distribuição do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>58</sup> estadual está concentrada nos municípios de Cuiabá (responsável por 22,16% do produto estadual), Rondonópolis (8,53%), Várzea Grande (6,91% do PIB), Sinop (3,96%), Sorriso (3,24%), Primavera do Leste (2,69%), Tangará da Serra (2,59%), e Lucas do Rio Verde (2,42%). Lembrando que Sorriso e Lucas do Rio Verde fazem parte da mesma microrregião (Alto Teles Pires). Considerando os municípios com PIB acima de R\$0,5 bilhão, tem-se apenas 20 municípios, que controlam 68,23% do PIB do estado. Os 121 restantes participam com 31,76%.

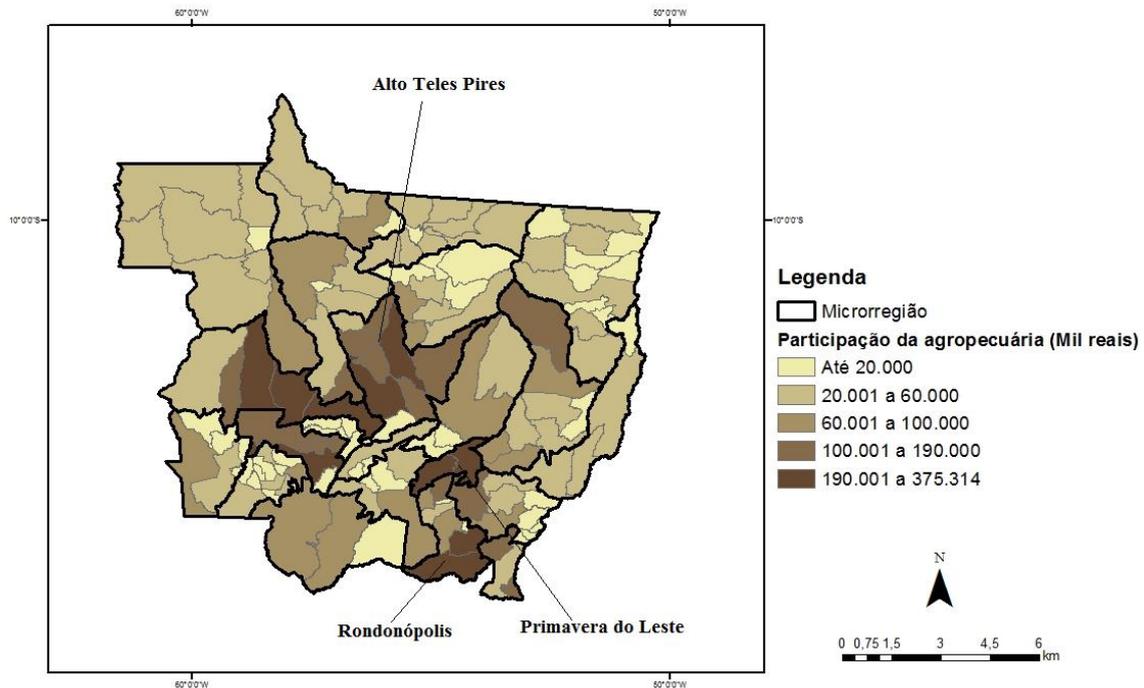
Para visualização dos municípios mato-grossenses segundo a participação do setor agropecuário no total do PIB municipal segue a Figura 2. O mapa da figura também demonstra a divisão do estado segundo suas microrregiões.

---

<sup>57</sup> Mapa da localização das microrregiões no Apêndice.

<sup>58</sup> Produto Interno Bruto dos Municípios, IBGE. Referência 2010.

**Figura 2:** Participação (Mil Reais) do setor agropecuário no PIB dos municípios mato-grossenses, em 2010.



**Fonte:** IBGE, Malhas Digitais 2010. Pesquisa Agrícola Municipal 2010. Referência 2010. Elaborado pela autora.

Observa-se que as áreas com maior valor adicionado da agropecuária no PIB praticamente se confunde com os limites territoriais de algumas microrregiões. Percebe-se que no Mato Grosso devido a sua forma de ocupação demográfica, e as políticas implantadas para a transformação produtiva, formou-se microrregiões que podem ser entendidas como “Regiões Produtivas Agrícolas”<sup>59</sup>. No caso são três destacadas na Figura: Alto Teles Pires, Rondonópolis e Primavera do Leste.

Essas três microrregiões possuem todos os municípios muito envolvidos com o agronegócio, apresentando altos resultados de valor adicionado da agropecuária no PIB. Mas porque Parecis e Tangará da Serra, por exemplo, que possuem valores da agropecuária próximos a esses, não são consideradas como RPAs?

Das vinte e duas microrregiões do Mato Grosso, ao menos sete chamam nossa atenção na Figura 2, é o caso de Alto Teles Pires, Primavera do Leste, Rondonópolis, Parecis, Sinop, Canarana, e Tangará da Serra.

Mas existem diferenciais entre as RPAs e as outras. Expõe-se que as microrregiões de Alto Teles Pires, Primavera do Leste e Rondonópolis já se consolidaram enquanto regiões

<sup>59</sup> Existem RPAs formadas por municípios que não estão próximos fisicamente, inclusive que se sentem desenraizados da sua própria região (ELIAS, 2011).

agropecuárias, possuindo os municípios com maior tradição e destaque em relação ao agronegócio empresarial de grande escala, mesmo sendo municípios jovens. Esses respondem por uma significativa parcela da produção de soja, algodão, milho, cana-de-açúcar, arroz, aves e suínos.

Alto Teles Pires é formada por nove municípios: Ipiranga do Norte, Itanhangá, Lucas do Rio Verde, Nobres, Nova Mutum, Nova Ubiratão, Santa Rita do Trivelato, Sorriso, e Tapurah. Apenas o município de Nobres teve ocupação anterior à década de 1960, já os demais tiveram sua formação ligada aos projetos de colonização da década de 1960 e 1970, e todos conquistaram sua emancipação apenas na década de 1980. Todavia, Itanhangá e Ipiranga do Norte só se tornaram municípios em 2005, desmembrados de Tapurah.

No campo produtivo, os nove municípios tiveram na produção de grãos (arroz, milho, e soja) e na criação de animais (bovinos, especialmente suínos e aves) suas principais atividades. O grande complexo agroindustrial de processamento de carne implantado na década de 2000 no eixo da BR-163 dinamizou a economia especialmente de Lucas do Rio Verde e Sorriso (APOLINÁRIO *et al*, 2009).

A microrregião de Rondonópolis é formada por oito municípios: Dom Aquino, Itiquira, Jaciara, Juscimeira, Pedra Preta, Rondonópolis, São José do Povo, e São Pedro da Cipa. A distribuição espacial das agroindústrias de soja no estado está concentrada, sobretudo, em Cuiabá, capital do Mato Grosso, e na microrregião de Rondonópolis, a qual corresponde por mais de um terço da capacidade total de esmagamento. No município sede estão presentes ADM e Bunge, além da Noble, que está em implantação. Rondonópolis é considerada o polo agroindustrial do estado, dado o grande número de empresas de diferentes setores envolvidos com a soja.

Todos os municípios foram fundados na década de 1950, com emancipação na década de 1970. O município de Rondonópolis foi fundado em 1910, mas o povoamento da região teve início, de fato, a partir de 1940, quando, com as políticas da Marcha para o Oeste, começou a se estruturar a fronteira agrícola. O qual se consolidou com a implantação das colônias, entre 1947 e 1960, coincidindo com a chegada dos pecuaristas (SANTOS, 2009).

Dentre as três RPAs, Primavera do Leste é a menor e a mais recente, formada apenas pelo município de Primavera do Leste e Campo Verde. O município de Primavera do Leste tem apenas 30 anos, e Campo Verde 28. Na economia, os municípios são destaque na produção agropecuária (principalmente plantando soja, milho, feijão, e algodão, e na criação de animais investem em gado nelore, e frango de corte). Primavera do Leste também faz extração de minérios, sobretudo, o ouro. A agroindústria esmagadora e refinadora de soja

Cargill se instalou em 2008 no município, dinamizando a região. A empresa Granja Mantiqueira também tem grande importância na economia da microrregião (APOLINÁRIO et al, 2009).

Assim, desde a fundação de seus municípios a economia dessas microrregiões estava pautada no agronegócio, e recentemente intensificaram essa produção através da introdução de complexos agroindustriais ou a intensificação da produção de uma *commodity*. E se essa atividade for retirada da microrregião, ela perde todo seu dinamismo, uma vez que o mesmo é intrínseco à atividade.

Ao contrário dessas, as outras microrregiões que também tiveram destaque na Figura 2 (como Tangará da Serra e Sinop), ou estão em fase de consolidação de uma produção agropecuária/agroindustrial ou diversificam seu foco produtivo, não sendo tão dependente econômica, social e politicamente do agronegócio, quando as RPAs o são.

Tangará da Serra e Sinop, por exemplo, são microrregiões que, apesar de serem importantes produtoras dos setores agropecuário e agroindustrial, é o seu comércio que se destaca, a tornando referência para outras microrregiões. O terceiro setor de ambas as microrregiões é considerado como os mais estruturados no interior de Mato Grosso (APOLINÁRIO et al, 2009).

A microrregião de Tangará da Serra é composta por cinco municípios: Barra do Bugres, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, e Tangará da Serra. Seus municípios são referência na produção de grãos, no cultivo da cana-de-açúcar e na produção de seus derivados industrializados. Como também na oferta de serviços e comércio. O município de Tangará da Serra, emancipado na década de 1970, é conhecido por ser pólo na área educacional, de forma que muitas pessoas migram todos os anos para ele em busca de educação universitária (APOLINÁRIO et al, 2009).

A microrregião de Sinop possui nove municípios: Cláudia, Feliz Natal, Itaúba, Marcelândia, Santa Carmem, Sinop, União do Sul, Vera, e Nova Santa Helena. Essa microrregião se destaca no setor agropecuário, sobretudo, na produção de grãos, e vem se desenvolvendo também na produção animal e na ovinocultura. Mas sua principal atividade econômica é a prestação de serviços. Dessa forma, o município de Sinop é conhecido como a “Capital do Nortão”, pois se tornou referência no setor de comércio e serviços. Quando

buscamos seus municípios de influência na pesquisa de 2014 do IBGE, sobre “Regiões de Influência das Cidades”<sup>60</sup>, vemos que Alto Teles Pires está na região de influência de Sinop.

Portanto, até o atual momento, apenas Alto Teles Pires, Rondonópolis e Primavera do Leste possuem as características necessárias para serem enquadradas enquanto “Regiões Produtivas Agrícolas” do Mato Grosso.

Dentre essas características está o fato de receber grandes somas de investimento na agropecuária e na agroindústria, o que possibilita as localidades a reestruturar o setor agropecuário, e adquirir espaço privilegiado no circuito produtivo de sua atividade agropecuária ou agroindustrial (ELIAS, 2011). E nesse sentido, no Capítulo 1 demonstramos que a integração econômica do Mato Grosso com o resto do país estava atrelada às políticas públicas e aos investimentos que previam a sua transformação num importante produtor de *commodities* agrícolas. E que uma das formas de estímulo econômico utilizada desde a década de 1960 é o Crédito Rural. Assim, vamos entender a seguir como tem sido distribuído esse importante investimento nos municípios e microrregiões do Mato Grosso.

O Sistema de Crédito Rural (SNCR) consiste em uma política agrícola que prevê o fornecimento de recursos necessários ao suprimento de capital ao produtor rural, para que este possa cultivar culturas, criar rebanhos, etc. Segundo Antão e Campanholo (2011), trata-se de um instrumento essencial da política agrícola para o desenvolvimento econômico de produtores rurais, grande parte das vezes mais dos empresários rurais do que dos pequenos produtores. Contudo, cumpre sua função que é o desenvolvimento da economia nacional.

O crédito rural, que constitui um mecanismo que estimula o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural. Favorece o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários. Possibilita o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados ou classificados como pequenos e médios e incentiva a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011, p. 11).

O Crédito Rural foi criado pelo Banco do Brasil em 1937 sob o título de Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial (Crai)<sup>61</sup>. Desde então, sofreu inúmeras transformações em

<sup>60</sup> Disponível em: IBGE, [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_div\\_int.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm). Acesso em: 13 de janeiro de 2017.

<sup>61</sup> Em 1966 é definido como “o suprimento de recursos financeiros a produtores rurais, ou as suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados no referido regulamento, desse

decorrência da imposição de políticas agrícolas realizadas por cada governante. Uma vez que o governo federal pode adotar sua política monetária, com nova taxa de juros “de mercado”, e com diferentes disposições para o financiamento privado da produção (BELIK, 2015). O destino do crédito pode se modificar, assim, é possível destinar mais investimento a uma região do que a outra, ou a um produto do que a outro.

Belik (2015) constata que desde a sua unificação por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, até os anos 1980, o Crédito Rural permitiu que a produção do primeiro setor avançasse, mesmo causando desequilíbrios pelo crescente nível de subsídio concedido. Com a crise fiscal dos anos 1980, e o processo de redemocratização do fim da década, o programa diminuiu o montante de recursos disponibilizado. Mesmo assim, a produção brasileira continuou em ascensão, superando estimativas.

Durante todo esse período o câmbio se apresentou desfavorável, mas a agropecuária se expandiu rapidamente para o mercado externo. Da mesma forma, apesar da elevação e enorme volatilidade dos preços internacionais, não houve nenhuma crise de desabastecimento e os preços internos se mantiveram relativamente estáveis (BELIK, 2015, p. 10).

A partir dos anos 2000, o volume de crédito rural voltou a subir e, em 2010 chegou próximo de 50% do PIB agropecuário -, o mesmo nível observado na década de 1970 (BELIK, 2015, p. 21). Todavia, sublinha-se aqui que existe certa concentração dos recursos nos contratos de maior valor. Apesar de uma significativa participação dos contratos de menores valores no número total de operações, cerca de 40% dos valores emprestados estão canalizados em contratos superiores a R\$ 300 mil. No Mato Grosso essa situação está diretamente relacionada à questão da concentração de renda e de terra<sup>62</sup>.

Mas o que nos faz utilizar o SNCR como indicador e não outros recursos como os disponibilizados pelo BNDES, por exemplo? Porque quando consideramos os produtos agrícolas financiados pelo Crédito Rural, podemos observar o aumento da participação da soja no total de recursos (primeiro isso aconteceu entre os anos 2000 e 2004 e depois no intervalo mais recente entre 2007 e 2010)<sup>63</sup>. De fato, junto do milho, a soja recebe em torno de 50% de todo o crédito destinado às lavouras no país. Mesmo que a soja ainda receba financiamentos

---

modo entende-se que o crédito é o suprimento de um recurso presumivelmente bem aplicável e legalmente possível o seu adimplemento” (ANTÃO; CAMPANHOLO, 2011, p. 03).

<sup>62</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>63</sup> Lembrando que proposto anteriormente em 2010, 97% das exportações mato-grossenses foram de atividades agropecuárias e agroindustriais, sendo o complexo da soja o responsável por 68% desse valor (APROSOJA, 2011).

do setor privado, este não é regulado pelo SNCR (tais como empréstimos internacionais). Especificamente no Mato Grosso, a soja recebe sozinha mais de 60% dos recursos do SNCR para as lavouras.

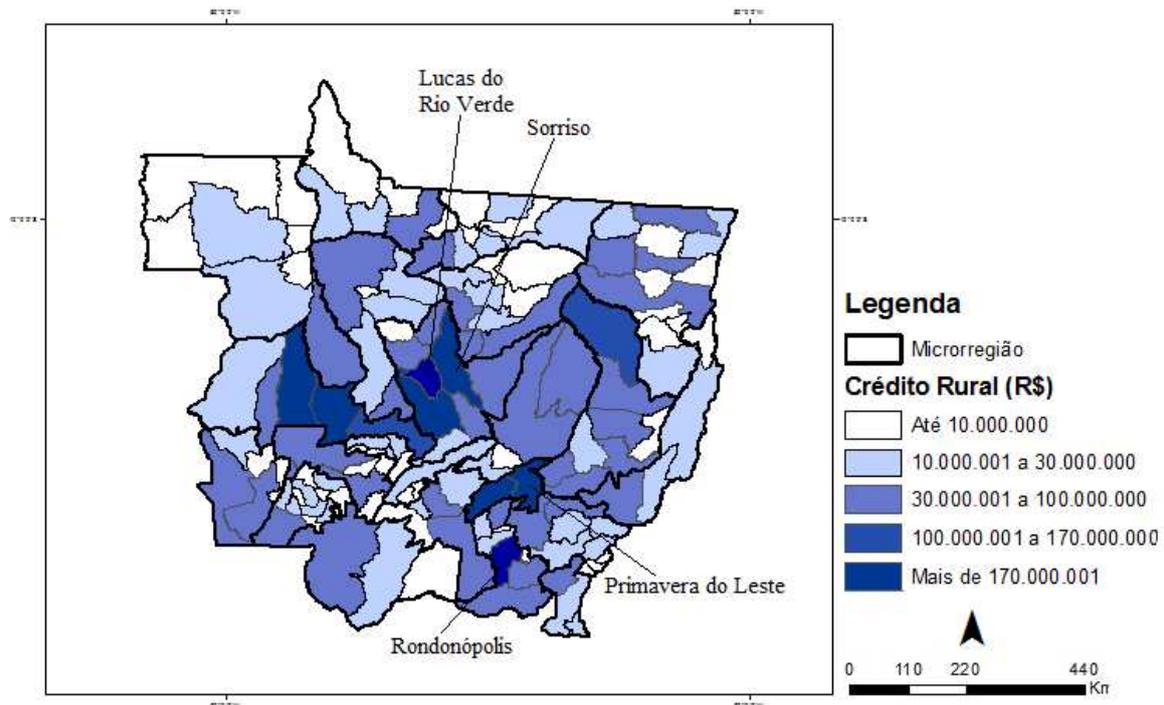
Assim, na Figura 3 se visualiza que alguns municípios que se destacaram na Figura 2 também tem posição privilegiada na Figura 3, o que anuncia a disposição espacial do quanto foi destinado de crédito rural, segundo dados do Banco Central do Brasil.

Entre os municípios que apresentaram os maiores valores de participação agropecuária e os municípios que receberam as maiores somas de investimento através do Sistema Nacional de Crédito Rural<sup>64</sup> em 2010 estão Lucas do Rio Verde, Sorriso, Primavera do Leste, e Rondonópolis, Nova Mutum, Campo Novos dos Parecis, Campos de Júlio e Querência. As microrregiões que chamam atenção na Figura 2 são as mesmas visualizadas na Figura 3.

---

<sup>64</sup> Segundo Belik (2015, p. 21), tecnicamente o crédito rural não poderia ser comparado com o PIB setorial, pois este último é a representação do valor adicionado e o crédito se refere aos gastos com insumos intermediários na produção: “Considerando que na agricultura a parcela do consumo intermediário é muito maior que o valor adicionado (Bollinger, 2006) a relação crédito/valor adicionado estaria subestimando a importância dos instrumentos financeiros para a alavancagem da produção. Em outras palavras, o volume de crédito rural necessário para movimentar a agricultura teria de ser elevado em relação ao PIB para que este possa ser apenas adequado em relação aos gastos com consumo intermediário”. Por isso, aqui não se estabelece uma relação direta, são impressões sobre a ocorrência de cada categoria seguindo as proposições usadas pelo próprio autor.

**Figura 3:** Quantia (R\$) recebida de Crédito Rural<sup>65</sup>, segundo município do Mato Grosso, em 2010.



**Fonte:** IBGE, Malhas Digitais 2010. Banco Central do Brasil, estatísticas crédito rural 2010. Elaborado pela autora.

Segundo Elias (2011, p. 162) é possível identificar vários municípios em diferentes partes do país cuja existência, crescimento econômico e aumento da urbanização se devem diretamente a consecução do agronegócio globalizado. Normalmente essas cidades se encontram inseridas em RPAs. No Mato Grosso, a autora propõe que as “cidades do agronegócio” são Sorriso, Lucas do Rio Verde, Rondonópolis e Primavera do Leste (destacados na Figura 3). Municípios localizados em Regiões Produtivas Agrícolas: Alto Teles Pires, Rondonópolis e Primavera do Leste, respectivamente:

Não basta, porém, a cidade estar inserida em uma RPA para poder ser classificada como uma cidade do agronegócio. A meu ver, o que a caracterizaria e a distinguiria de outro espaço urbano seria justamente uma hegemonia das funções inerentes às redes agroindustriais sobre as demais funções urbanas (ELIAS, 2013, p. 10).

Esses municípios parecem possuir as melhores condições em termos de conectividade, capacidade de inovação, infraestrutura urbana, força de trabalho, entre outras características, que se configuram como vantagens de aglomeração para os investimentos do capital agrícola, os levando a serem as “cidades do agronegócio” das Regiões Produtivas Agrícolas do Mato

<sup>65</sup> Soma recebida em custeio, investimento e comercialização.

Grosso. Para a autora, a “cidade do agronegócio” é uma nova tipologia de cidade, uma vez que se trata de município em regiões agrárias que vem enriquecendo, e que instauram uma dinâmica econômica que gera novas riquezas.

A cidade do agronegócio está inserida em Regiões Produtivas Agrícolas na confluência do agrário moderno com espaços urbanos não metropolitanos, e configura um lugar central na RPA, parte integrante das redes agroindustriais, reflexo, meio e condição para o funcionamento dessas (ELIAS, 2011, p. 162).

Sobre “as cidades do agronegócio” do Mato Grosso fica claro que elas foram denominadas dessa forma a partir dos apontamentos da própria autora do conceito, Denise Elias, e da quantidade de Crédito Rural destinada aos municípios em 2010. Retornaremos a analisar esses municípios no próximo tópico do segundo capítulo.

Pois acerca do Crédito Rural ainda cabe informar através da Figura 4 que, nos últimos anos (de 2005<sup>66</sup> a 2010) os maiores aumentos no montante do Crédito Rural recebido foram destinados aos municípios em microrregiões que não fazem parte das citadas acima. Ou seja, as quais não estão entre aquelas que mais recebem financiamento em 2010. E, portanto, que não são as RPAs.

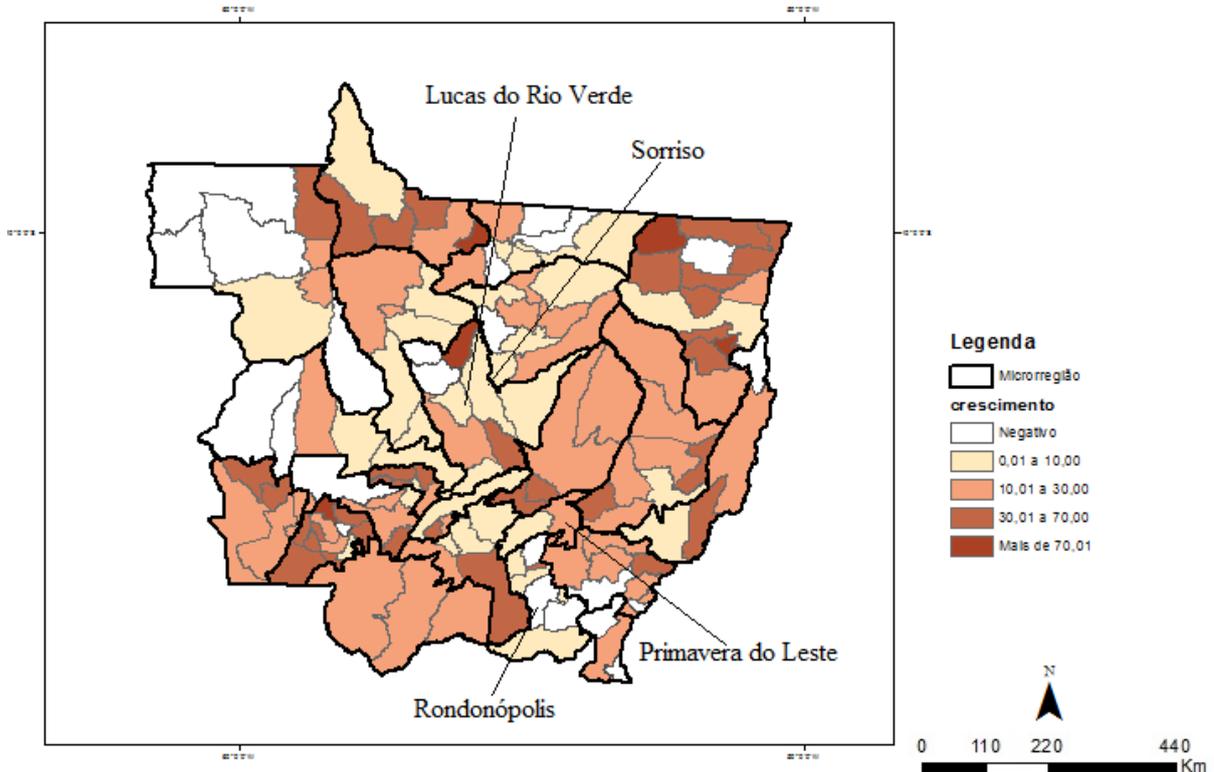
Alto Guaporé, Alto Pantanal, Norte Araguaia (especialmente o município de Santa Cruz do Xingú) e Alta Floresta (particularmente Carlinda) são as microrregiões que tem experimentado aumento nos valores recebidos de crédito rural, entre 2005 e 2010<sup>67</sup>.

---

<sup>66</sup> O site do Banco Central do Brasil apresenta os dados de 1999 a 2010, porém nesses anos alguns municípios ainda não eram atendidos pela política. Para não enviesar os dados foi escolhido o período 2005-2010.

<sup>67</sup> Ipiranga do Norte (emancipado em 2000), localizada em Alto Teles Pires, que é uma das microrregiões que mais recebe crédito rural também apresentou intenso aumento do investimento no período.

**Figura 4:** Taxa geométrica de crescimento anual (%) dos valores aplicados em Crédito Rural nos municípios do Mato Grosso, entre 2005 e 2010.



**Fonte:** IBGE, Malhas Digitais 2010. Banco Central do Brasil, estatísticas crédito rural 2010. Elaborado pela autora.

Esses novos fluxos de investimento estão relacionados com a expansão da soja. Com exceção de Alta Floresta, as outras três microrregiões concentravam grande parte do rebanho bovino estadual, e agora estão aliando essa produção aos grãos. Norte Araguaia e Alto Guaporé continuaram expandindo a produção pecuária, já Alto Pantanal teve grande diminuição da produção bovina. Ressalta-se que Alto Guaporé integrava as microrregiões com os menores Produtos Internos Brutos do estado até que começou a receber investimentos em razão da expansão da soja e do algodão (MARCHESI, 2010).

Alta Floresta já foi alvo de exploração garimpeira, trocando o setor agropecuário - traçado originalmente pelo projeto de colonização da INDECO - pelas atividades ligadas ao garimpo em muito pouco tempo (CUNHA; ALEMEIDA, RAQUEL, 2002). Sofreu forte desestabilização econômica quando essa atividade se esgotou, mas atualmente também tem se tornado uma nova fronteira agrícola no estado de Mato Grosso, a fronteira da soja (MARCHESI, 2010). O que pode se tornar preocupante, especialmente, pelo fato da microrregião estar localizada em áreas pertencentes à Floresta Amazônica.

Segundo Fernández, Neto e Santos (2010), acerca de armazéns de estocagem de grãos em Lucas do Rio Verde e microrregião de Alto Teles Pires, mostra que a má distribuição atual dos armazéns é um dos maiores empecilhos ao crescimento econômico dos municípios da microrregião, pois dificulta o transporte dos produtos agrícolas, e ainda leva à perda de parte do estoque no trajeto pelas rodovias.

Dessa forma, é possível notar que do ponto de vista econômico, o mais efetivo para esses municípios, no momento, é utilizar o investimento na agropecuária para a criação de infraestrutura de logística e armazenagem<sup>68</sup> como um todo. Ou seja, desde melhorar a localização da infraestrutura, passando pelo aumento da capacidade estática da armazenagem - principalmente na construção de armazéns nas propriedades rurais - até construção de ferrovias e hidrovias. E não só nas microrregiões e municípios que já estão consolidados como Regiões Produtivas Agrícolas.

Não obstante, como Becker (2005) bem propõe, é essencial ter em mente que a forma como esse desenvolvimento econômico tem se colocado gera conflito. Pois a expansão da soja e, portanto, do capital agropecuário, não é vista com bons olhos por todos. Um exemplo da situação é a pavimentação da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163): se de um lado, as corporações da soja pressionaram o governo para uma pavimentação rápida que levasse a um rápido escoamento do produto, trazendo lucro ao grande capital, por outro lado, ambientalistas e os produtores familiares gostariam de barrar a pavimentação, uma vez que a produção traz efeitos negativos ao ambiente e saúde humana, e não há formas dos pequenos produtores competirem em pé de igualdade com grandes corporações.

O governo federal entende que a rodovia é uma indutora de desenvolvimento, mas devemos nos perguntar a quem esse desenvolvimento serve e a custo do que ele se configura (BECKER, 2005). No Capítulo 1 entendemos através da teoria do desenvolvimento que existem várias formas de compreender o tema, e no Capítulo 2, é preciso observar como esse desenvolvimento opera na prática.

Segundo Becker (2005) pontua, é imperativo que a forma que o desenvolvimento se desenrolou nas décadas de 1960 a 1980 seja diferente de como é operado hoje. Inclusive, porque ela não pertence apenas ao regional ou nacional, é mundial: “Já há na região resistências à apropriação indiscriminada de seus recursos e atores que lutam pelos seus direitos. Esse é um fato novo porque, até então, as forças exógenas ocupavam a região livremente, embora com sérios conflitos” (BECKER, 2005, p. 85).

---

<sup>68</sup> Até porque no Mato Grosso, a rentabilidade dos produtores rurais é prejudicada pelo baixo preço da soja devido a sua localização geográfica em relação às plataformas exportadoras (Tavares, 2004).

Em suma, denotou-se que existem três “Regiões Produtivas Agrícolas” e quatro “cidades do agronegócio” no Mato Grosso. A produção de soja se apresenta como um produto importante para estabelecimento das mesmas, porque compreende a forma como se desenvolve a expansão do capital agropecuário no estado, sendo um grande chamariz de investimentos. Contudo, o modo como a produção das *commodities* agropecuárias se desenrola no estado pode ser ótimo do ponto de vista do crescimento econômico, possuindo ainda espaço de expansão, mas não deixa de levantar várias questões socioeconômicas, por ser concentrador, predador, e excludente.

## **2.2. Breve caracterização das pequenas e médias “cidades do agronegócio” do Mato Grosso**

Para o estudo das “cidades do agronegócio” do Mato Grosso, a partir das dinâmicas promovidas pelos circuitos espaciais da produção e cooperação do complexo grãos-carne, é necessário entender dois conceitos: as Redes Agroindustriais, e os Circuitos Espaciais de Produção e Cooperação.

Acerca das Redes Agroindustriais, essas compreendem as grandes empresas hegemônicas do agronegócio globalizado, que regem a técnica e a informação e, por isso, regulam a economia de mercado na atividade (ELIAS, 2006). Os elos dessas redes são as “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2011), o nível territorial local onde se dá a gestão agronegócio globalizado. Esses municípios desempenham funções urbanas direcionadas a atender as novas demandas dos atores envolvidos.

Os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (SANTOS, 1996), perpassam todos os locais produtores da *commodity* em questão, municípios integrantes de diversas Regiões Produtivas Agrícolas. Sendo responsáveis por sua contínua especialização produtiva. Estes novos arranjos territoriais produtivos articulam-se com a escala internacional, e se organizam a partir de imposições de mercado.

No Centro-Oeste, a expansão dos grãos, para Zamberlan e Farias (2014), relaciona-se com o fato das culturas tradicionais (arroz, feijão, mandioca) ao não encontrarem apoio de origem governamental foram perdendo espaço em detrimento das culturas de exportação, desencadeando uma mudança no perfil regional. Essa modificação na estrutura produtiva na região provocou também transformações nas relações de trabalho e na configuração do

espaço. Por exemplo, a monocultura gera poucos empregos diretos, pois, as tecnologias empregadas podem ser utilizadas por poucas pessoas em grandes extensões de terras, o que acarretou intenso êxodo rural principalmente no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, inchando alguns núcleos urbanos.

Segundo Macedo (2013), com esse cenário formam-se novas *estruturas* que são mais modernas (no sentido de técnicas) e diversificadas. Com isso, novas *funções* (intra e interurbanas) surgem no processo de acumulação, e estão articuladas em várias escalas espaciais, integradas economicamente às regiões.

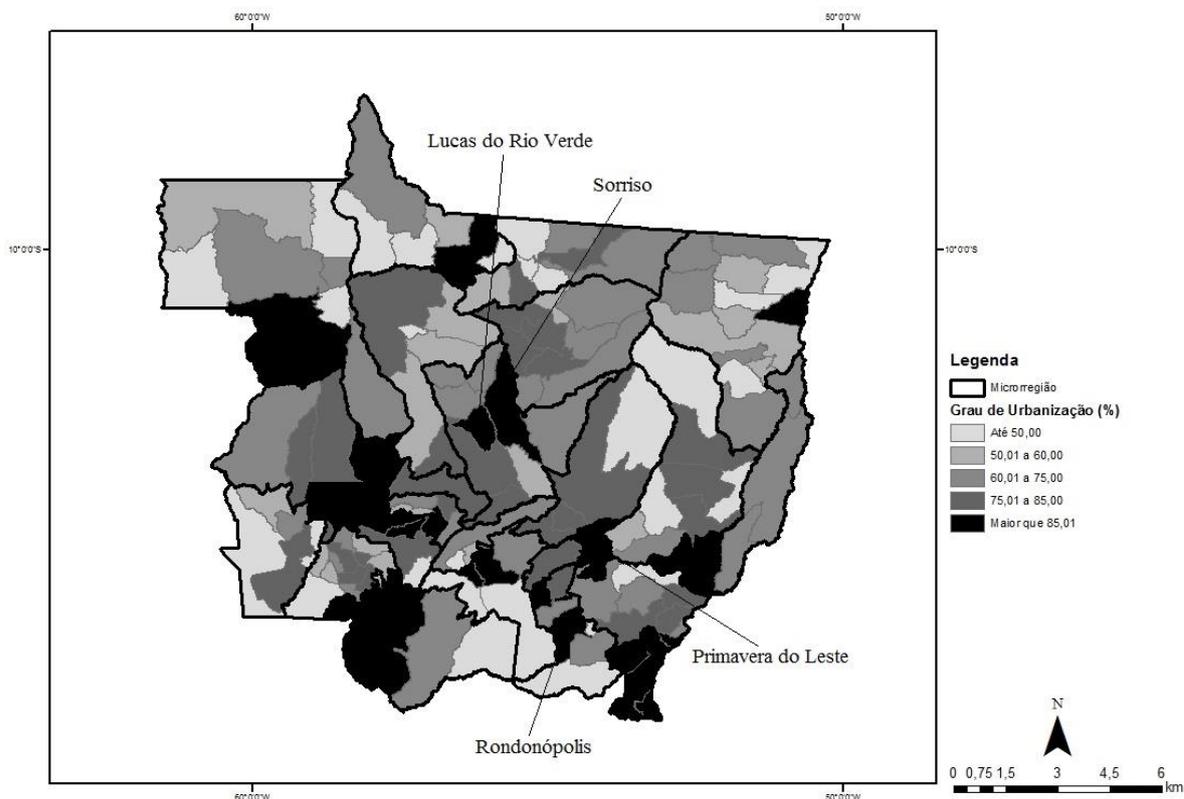
Ou seja, a organização espacial em constante mudança adaptativa (e adaptadora) é resultado e resultante de transformações socioeconômicas cujo epicentro é quase sempre externo aos lugares, muito embora os efeitos sejam sentidos localmente (MACEDO, 2013, p. 05).

Então, a “modernização conservadora” (MATINE; GARCIA, 1987), e a expansão dessas atividades agropecuárias promovem o processo de urbanização e de crescimento de áreas urbanas em municípios que possuem foco nas atividades agrícolas, produzindo vínculos cada vez mais fortes entre o campo e a cidade. De acordo com Elias (2011), esse processo acelerado de urbanização foi desencadeado pelas novas necessidades do consumo produtivo agrícola, que crescem mais rapidamente do que o consumo da população.

A Figura 5 mostra que no Mato Grosso há várias microrregiões e municípios que apresentam Graus de Urbanização elevados, mas ressaltam-se as microrregiões que foram apontadas no tópico anterior como “Regiões Produtivas Agrícolas” (ELIAS, 2011): Alto Teles Pires, Rondonópolis e Primavera do Leste.

Dentre os municípios mais urbanizados - Várzea Grande (98,46%), Cuiabá (98,13%), Rondonópolis (96,19%), Primavera do Leste (94,63%), Arenópolis (94,51%), e Lucas do Rio Verde (93,19%) -, estão três municípios integrantes das RPAs, que também foram apontados no tópico anterior como “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2011).

**Figura 5:** Grau de Urbanização nos municípios do Mato Grosso em 2010.



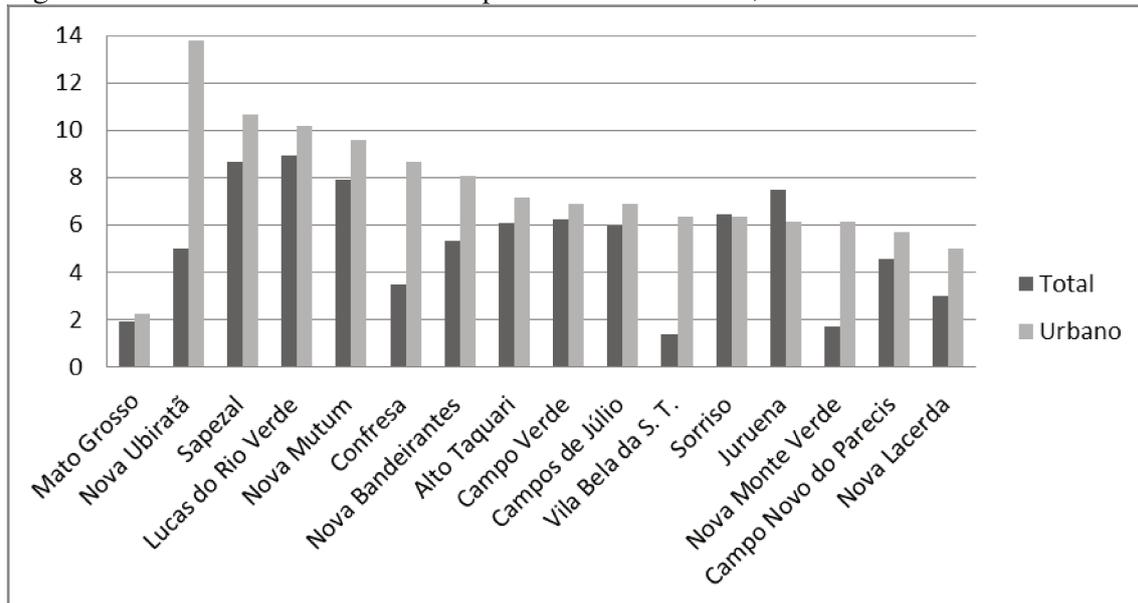
**Fonte:** IBGE, Malhas Digitais 2010. Censo Demográfico 2010.

Dessa forma, das quatro “cidades do agronegócio” do Mato Grosso, a que possui o menor Grau de Urbanização é Sorriso, 87,74% urbanizado.

Também cabe apontar que, como se observa no Gráfico 8, não nos referimos apenas à expansão urbana, mas grande parte desse alto grau de urbanização trata-se de crescimento populacional da área urbana.

Como propõe Elias (2013), o ritmo de aumento demográfico de uma “cidade do agronegócio” tende a superar de longe a média nacional. O gráfico abaixo contém as maiores taxas de crescimento anual da população total e urbana dos municípios mato-grossenses entre 2000 e 2010. Nele enfatizamos Lucas do Rio Verde com um crescimento total de 8,96% a.a. e urbano de 10,15% a.a., e Sorriso com 6,45% e 6,35% a.a., respectivamente.

**Gráfico 8:** Taxa Geométrica de Crescimento Anual da população por lugar de domicílio, segundo as maiores taxas dos municípios do Mato Grosso, entre 2000 e 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Primavera do Leste não está entre os locais que mais cresceu entre 2000 e 2010 (ao apresentar 2,71% a.a. no total e 3,03% a.a. no urbano), porém, apresentou intenso aumento populacional, particularmente urbano, na década anterior. Entre 1991 e 2000, as Taxas Geométricas de Crescimento Anual da População total e urbana para Primavera do Leste foram de 13,72% e 15,80%. Em 2010, o município apresenta uma população total de 52.066, e urbana de 49.271.

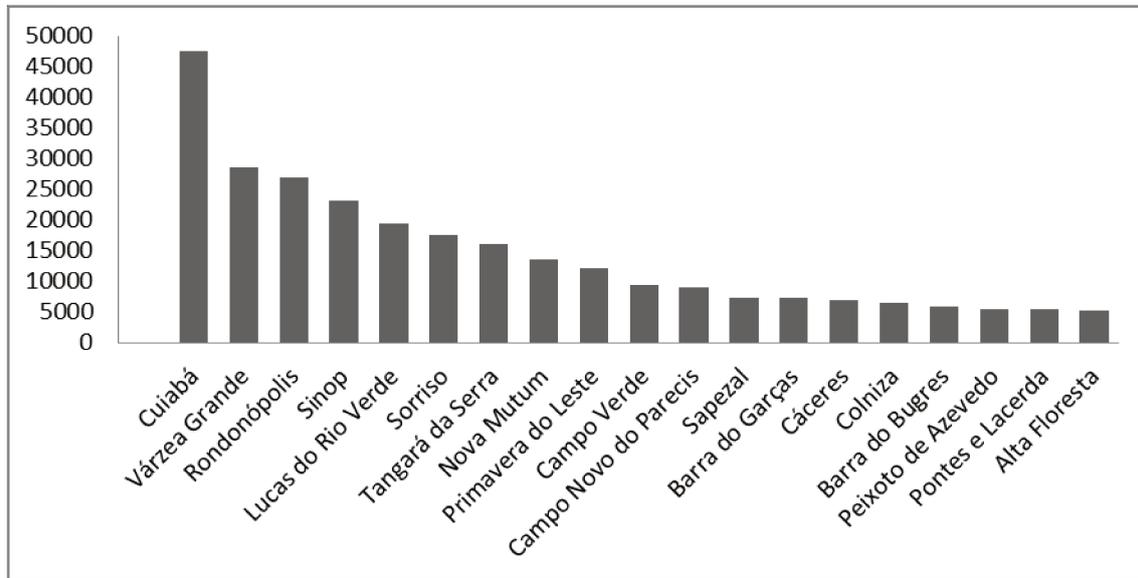
Rondonópolis entre 2000 e 2010, cresceu a uma taxa média anual de 2,67% para a população total, e 2,86% no urbano. Não é um crescimento tão acentuado quanto das outras “cidades do agronegócio”, mas é maior do que a média do seu estado. E ainda, possui a maior população entre as “cidades do agronegócio” do Mato Grosso (195.476 habitantes no total, e 188.028 na área urbana).

Portanto, deve-se sublinhar que as taxas de crescimento da população também estão relacionadas ao tamanho dessa população. Podemos ver no Gráfico 9, que Rondonópolis recebe entradas populacionais num número absoluto volumoso. Através do quesito migração “data-fixa” no Censo Demográfico de 2010, observa-se que as “cidades do agronegócio” estão entre os nove municípios que mais receberam<sup>69</sup> migrantes em 2010. Rondonópolis

<sup>69</sup> Não significa que esses migrantes permaneceram nos municípios, apenas que na data de referência do Censo Demográfico de 2010, essas pessoas disseram não residir nos municípios indicados em 2005, sendo considerados como migrantes.

recebeu 27.004 pessoas, Lucas do Rio Verde 19.458, Sorriso 17.563, e Primavera do Leste 12.115 indivíduos<sup>70</sup>.

**Gráfico 9:** Volume de imigrantes, quesito “data-fixa” nos municípios mato-grossenses, em 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.

Nesses municípios vê-se à imigração de profissionais manuais e intelectuais do agronegócio, porque o núcleo urbano das “cidades do agronegócio” comporta uma diversidade de novas profissões (ELIAS, 2011). O que não significa que todas essas profissões exijam altos níveis educacionais, e sim que surgem no espaço urbano desses municípios novas profissões relacionadas ao agronegócio, e que isso atrai migrantes. Por exemplo, dentre essas profissões estão auxiliares de produção nas agroindústrias, operadores de máquinas nos frigoríficos, vendedores de maquinários agrícolas, limpadores de matadouros, mecânicos de tratores, professores e pesquisadores em engenharia agrícola, desenvolvedores de *softwares* para o agronegócio, entre outros.

Nas cidades do agronegócio, o número de pessoas ocupadas nas diferentes profissões ligadas ao campo moderno se distribui de forma piramidal. Na base concentram-se as ocupações ligadas às atividades com menor conteúdo em informação, como os trabalhadores agrícolas e pecuários e os trabalhadores artesanais das agroindústrias. Um pouco acima da base da pirâmide, mas ainda bastante numerosos, encontram-se os técnicos agrícolas, mecânicos e de transporte. Menos numerosos que os anteriores e próximos do topo da pirâmide encontram-se profissionais com maior qualificação, como agrônomos, engenheiros

<sup>70</sup> O Mato Grosso recebeu 143.954 indivíduos pela migração interestadual, quesito “data-fixa” (IBGE, Censo Demográfico de 2010).

(agrossilvípecuários) e gerentes de produção e administrativos, em empresas agropecuárias e financeiras. No topo da pirâmide encontram-se os profissionais ligados à produção da informação, no caso os “pesquisadores das ciências da agricultura” (FREDERICO, 2011, p. 17).

Dessa forma, esses municípios expandem a quantidade de vínculos ativos no Terceiro Setor, como nos mostra os dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (Gráfico 10). Nota-se o peso do Terceiro Setor nesses municípios nos dois anos indicados, com destaque para as cidades do agronegócio, especialmente Rondonópolis. Os onze municípios possuem ao menos 49% de participação do terceiro setor no total dos vínculos ativos em 2010.

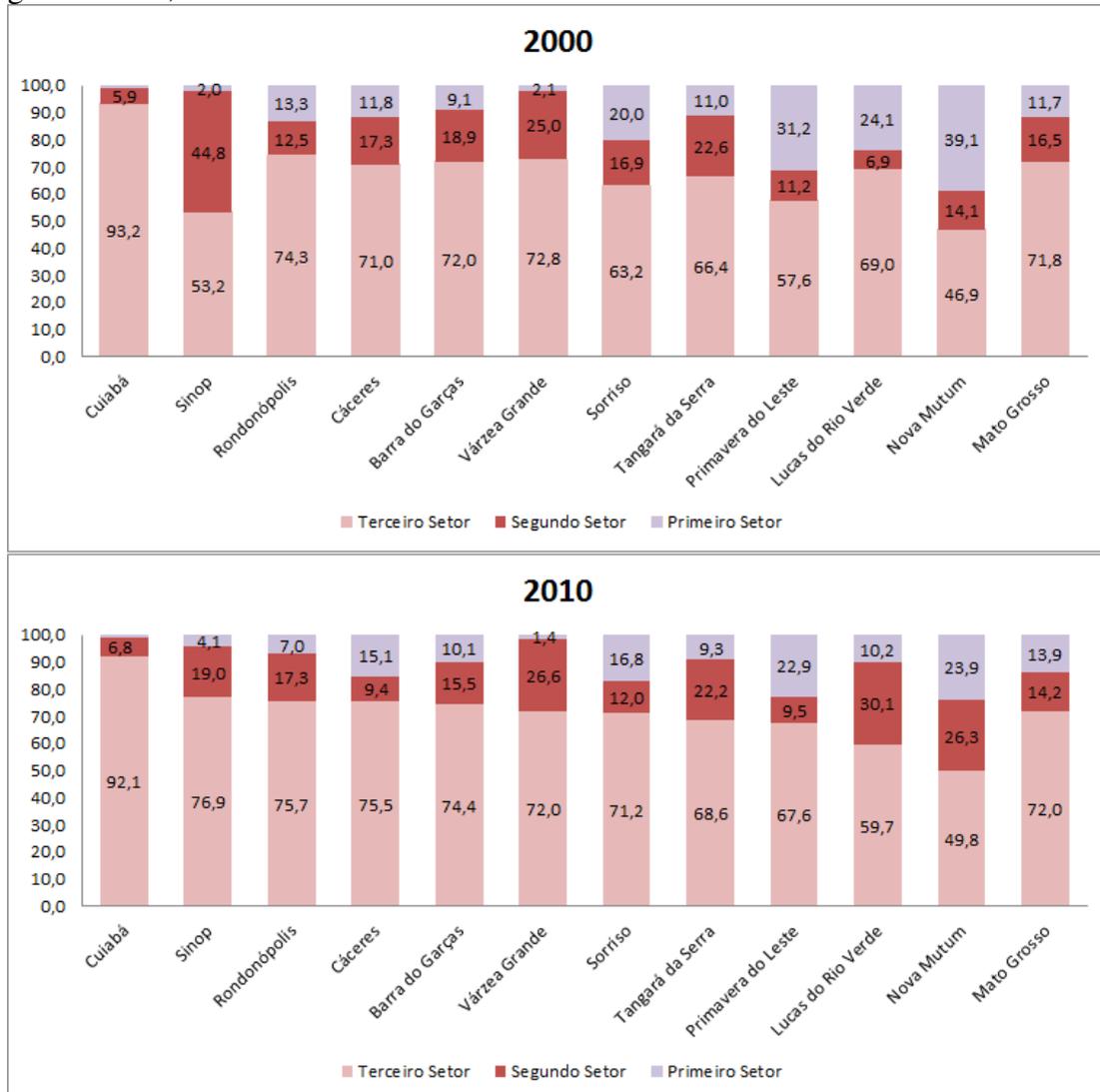
Com exceção de Sinop<sup>71</sup>, no período analisado, o primeiro setor perdeu espaço relativo no total dos municípios, sobretudo, para o terceiro setor. Em Lucas do Rio Verde, o primeiro setor também perdeu espaço relativo, mas não foi só esse, aconteceu o mesmo com o terceiro Setor, uma vez que foi o Segundo Setor o qual apresentou crescimento. O que não é de se estranhar, já que um grande complexo agroindustrial começou a funcionar no município no período.

De qualquer forma é inegável que nas “cidades do agronegócio”, estabelece-se à organização de um terciário mais dinâmico. Afinal, é na cidade onde acontece a regulação e a gestão das transformações que ocorrem no campo moderno (ELIAS e PEQUENO, 2007). Em Lucas do Rio Verde mesmo, o espaço do Terceiro Setor é maior do que a soma dos outros dois.

---

<sup>71</sup> Referência estadual no Terceiro Setor.

**Gráfico 10:** Quantidade de vínculos ativos por setor da economia, segundo municípios matogrossenses<sup>72</sup>, em 2000 e 2010.



**Fonte:** Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2010.

Os fluxos financeiros estão entre as atividades mais importantes por serem fundamentais a uma produção globalizada. A significativa parcela da produção de *commodities*, em particular a soja, destinada à exportação exige a aquisição de vultosos créditos para investimento, custeio e comercialização. Por isso, um dos indicadores possíveis de utilização para compreender como isso se desenvolve nas “cidades do agronegócio” é a concentração de grande número de agências bancárias -, o que demonstra a possibilidade da realização do nexos financeiro da produção.

Dessa forma, o número e a especificidade dos bancos existentes em cada município também servem para entender à centralidade exercida pela cidade no contexto regional. A

<sup>72</sup> Escolhidos os municípios que apresentaram maior proporção relativa do Terceiro Setor no total dos vínculos ativos em 2010.

Figura 6 demonstra o protagonismo de Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Sinop, Tangará da Serra e Várzea Grande na quantidade de agências bancárias que os municípios abrigam. Uma vez que Cuiabá é a capital do estado e a maior cidade dentre essas, a quantidade de bancos nela não tem o mesmo significado nessa análise do que conferimos para os outros municípios. O mesmo vale para Sinop, cidade conhecida como a “Capital do Nortão” do Mato Grosso, sendo referência no que concerne aos aspectos médico-hospitalares, educacionais, industriais, comerciais, e recreativos de sua região.

Lembrando que Sorriso e Primavera do Leste também estão entre os municípios com o maior número de agências bancárias. Conquanto, ressalta-se a quantidade de bancos em Lucas do Rio Verde especialmente, porque esse possui uma população menor do que de Várzea Grande, Rondonópolis, Primavera do Leste e Sorriso, mas possui mais agências do que esses municípios. Trata-se de bancos públicos e privados, no caso de Lucas do Rio Verde são as seguintes agências bancárias: Banco do Brasil S.A.; Caixa Econômica Federal; Banco Rabobank<sup>73</sup> S.A.; HSBC Bank S.A., Banco Multiplus; Banco da Amazônia S.A.; Itaú Unibanco S.A.; Banco Bradesco S.A.; Banco Santander S.A (IPEA, s/d<sup>74</sup>).

**Figura 6:** Quantidade de agências bancárias, segundo município, em 2010.

<b>Agências Bancárias</b>	
<b>Localidade</b>	<b>Quantidade</b>
Cuiabá	17
Lucas do Rio Verde	8
Rondonópolis	8
Sinop	7
Tangará da Serra	7
Varzea Grande	7
Barra das Garças	6
Cáceres	6
Sorriso	6
Alta Floresta	5
Primavera do Leste	5
Campo Verde	4
Colíder	4
Jaciara	4
Mato Grosso	206

**Fonte:** IPEA, Instituto Pesquisas Econômicas Aplicadas 2010.

<sup>73</sup> Banco global com foco no agronegócio. Site: [www.rabobank.com.br](http://www.rabobank.com.br).

<sup>74</sup> Site IPEA: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

Não podemos deixar de considerar que o crescimento econômico, resultante de um campo moderno, eleva os índices socioeconômicos médios desses municípios do agronegócio, mas isso também pode mascarar problemas socioeconômicos como a desigualdade social. Dessa forma, ao atrair profissionais qualificados e grandes produtores agrícolas, indicadores de bem estar social, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das cidades do agronegócio tornam-se elevados, quando comparados aos índices de municípios de outros estados. Mas não necessariamente essa situação é vivenciada nesses moldes pelos residentes dos municípios.

No que se refere ao Índice de Gini baseado Renda Domiciliar *per capita*, esse indicador também mostra que as “cidades do agronegócio” têm experimentado diminuição nos resultados do indicador entre 1991 e 2010. Sendo que nos três períodos analisados os números para os municípios são inferiores a média apresentada pelo estado. Lucas do Rio Verde apresentou o menor valor entre as localidades em 2010, que também foi o menor valor do período (0,479) (Tabela 9).

**Tabela 9:** Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*<sup>75</sup>, segundo município, em 1991, 2000 e 2010.

<b>Índice de Gini</b>			
<b>Localidade</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Lucas do Rio Verde</b>	0,623	0,540	0,479
<b>Primavera do Leste</b>	0,616	0,561	0,544
<b>Rondonópolis</b>	0,588	0,598	0,532
<b>Sorriso</b>	0,594	0,625	0,556
<b>Mato Grosso</b>	0,601	0,628	0,565

**Fonte:** IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010. DATASUS, Informações de Saúde.

Outra forma que poderia ser utilizada para pensar a desigualdade no espaço urbano pode ser usado o déficit habitacional<sup>76</sup>. A análise do déficit é similar com a qual Elias e Pequeno (2007) propõem como observação dos parâmetros da desigualdade nas “cidades do agronegócio”.

<sup>75</sup> Considerou-se como renda domiciliar per capita a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores.

<sup>76</sup> Déficit Habitacional é um indicador que analisa o total de famílias em condições de moradia consideradas inadequadas, tais como favelas, coabitação familiar (casos em que mais de uma família mora na mesma casa), adensamento excessivo (quando mais de três pessoas dividem o mesmo quarto ou o ônus excessivo de aluguel), ou quando uma família compromete mais de 30% de sua renda com aluguel (Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 12/02/16).

No Mato Grosso, como calcularam Neto, Furtado e Krause (2013) a partir do Censo Demográfico de 2010, o déficit habitacional estadual era de 110.259 (11,8%). E o estado vem apresentando uma tendência de crescimento<sup>77</sup> no indicador nos últimos anos, pois em 2007<sup>78</sup> o déficit era de 65.306 (7,2%), em 2008 subiu para 68.475 (7,4%), e em 2009 chegou a 101.678 domicílios (10,6% do total de residências) (NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013).

Na Tabela 10 constata-se que as “cidades do agronegócio” do Mato Grosso também possuem proporções preocupantes de déficit de habitações, uma vez que o menor indicador é o de Rondonópolis com 11,33% do total de domicílios do município. O que pode se relacionar ao fato de Rondonópolis ser um município maior, em termos populacional, e mais antigo.

Essa questão chama atenção porque demonstra que os núcleos urbanos pequenos e médios das “cidades do agronegócio” do Mato Grosso também vêm apresentando problemas observados em grandes cidades. Na verdade, um déficit em torno de 16% é superior ao apresentado por São Paulo, cujo indicador está em torno de 11,5%; ou mesmo pela capital mato-grossense, Cuiabá, que vivencia um déficit habitacional de 12%. Lógico que em termos absolutos, nessas grandes cidades falta mais moradia do que nos municípios em questão.

---

<sup>77</sup> Houve diminuição em 2011, para 69.138 (6,9%), mas em 2012 voltou a aumentar o déficit de residências 78.763 (7,7%) (NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013).

<sup>78</sup> Para esses três anos os autores utilizaram como base de dados as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs).

**Tabela 10:** Déficit Habitacional, por “cidades do agronegócio”<sup>79</sup> no país, em 2010.

Município	Déficit Habitacional							Número Total de domicílios	Proporção domicílios com déficit (%)
	Déficit	Precárias	Coabitação	Excedente/a densamento de aluguel	Improvizado/Rústico	Conviventes			
Lucas do Rio Verde (MT)	2.147	311	686	1.325	311	708	13.845	15,51	
Primavera do Leste (MT)	2.643	161	1.216	1.374	161	1.216	15.949	16,57	
Rondonópolis (MT)	7.122	1.080	3.660	2.601	1.080	3.667	62.863	11,33	
Sorriso (MT)	3.284	661	1.019	1.766	661	1.019	20.032	16,39	
Luís Eduardo Magalhães (BA)	3.774	77	2.128	1.981	77	2.167	18.073	20,88	
Balsas (MA)	3.844	1.590	1.304	1.237	1.590	1.304	21.410	17,96	
Limoeiro do Norte (CE)	1.456	378	668	445	378	668	17.234	8,45	
Rio Verde (GO)	7.992	1.348	3.239	3.789	1.348	3.254	56.021	14,27	
Muzambinho (MG)	340	0	161	179	0	161	6.670	5,10	
Matão (SP)	2.298	37	1.176	1.165	37	1.176	23.803	9,65	

Fonte: In. NETO; FURTADO; KRAUSE, 2013. Dados IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quando comparamos as cidades do agronegócio do Mato Grosso com algumas “cidades do agronegócio” de outros estados na Tabela 10, ainda faz perceber que existem vários cenários a nossa frente. Por exemplo, Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA) apresentam déficits habitacionais mais elevados do que os observados nos municípios do Mato Grosso; enquanto Rio Verde (GO) apresenta um déficit parecido com o do nosso objeto de pesquisa; e Muzambinho (MG), Matão (SP), e Limoeiro do Norte (CE), têm indicadores inferiores.

É possível pesar que o êxodo rural acelerou o crescimento populacional nos núcleos urbanos, e aumentou a desigualdade de acesso às infraestruturas urbanas, que acaba sendo criada de forma desconexa e atrasada, pois a população cresce e a quantidade de domicílios particulares não acompanha o ritmo. Mas a Tabela 11, mostra que a situação pode ter outras nuances, pois não teve uma “cidade do agronegócio”, dentre as indicadas, que, entre 2000 e 2010, teve crescimento da população superior ao crescimento do número de domicílios.

Dessa forma, amparada pela tabela a seguir, afirma-se que o déficit se relaciona, principalmente, com a histórica desigualdade social amparada pela especulação imobiliária acentuada, que corrobora para a consecução de uma situação na qual cresce o número de

<sup>79</sup> Luís Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Limoeiro do Norte, (CE), e Rio Verde (GO) são indicados por Elias (2011) como “cidades do agronegócio”. Pereira (2015) insere Matão (SP) na mesma tipologia, assim como o faz Guida (2014) com Muzambinho (MG). Dessa forma, há como se comparar “cidades do agronegócio” baseadas em diferentes commodities (como soja, cana e laranja), e de diversas partes do país.

domicílios mais do que a população, mas essas residências não são próprias e sim para aluguel. E, por isso, o déficit habitacional nas “cidades do agronegócio” é grande.

**Tabela 11:** Condição de ocupação dos domicílios em 2010, crescimento da quantidade de domicílios e da população residente, entre 2000 e 2010, por “cidade do agronegócio”.

	Condição de Ocupação do Domicílio					Crescimento dos domicílios (%)	Crescimento da população
	Total	Próprio	Alugado	Cedido	Outra condição		
Lucas do Rio Verde (MT)	13.769	45,36	45,17	9,22	0,24	10,27	8,96
Primavera do Leste (MT)	15.771	52,70	38,37	8,86	0,06	4,23	2,71
Rondonópolis (MT)	61.398	68,74	22,90	8,09	0,27	4,03	2,67
Sorriso (MT)	19.887	55,39	34,04	10,41	0,16	7,71	6,45
Balsas (MA)	21.277	71,06	20,43	8,12	0,39	4,93	3,34
Limoeiro do Norte (CE)	17.143	75,17	17,02	7,20	0,60	3,15	1,26
Luís Eduardo Magalhães	17.769	53,01	39,62	7,24	0,14	166,15	200,53
Muzambinho (MG)	6.560	72,32	16,33	11,02	0,34	1,26	-0,08
Matão (SP)	23.708	69,72	20,74	9,28	0,27	2,04	0,68
Rio Verde (GO)	55.487	57,27	31,72	10,66	0,35	5,34	4,23

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Ora, cada município se encontra em uma Unidade da Federação, dentro de um cenário de urbanização, e de um processo histórico de introdução no agronegócio globalizado, e com a produção baseada em um tipo de *commodity* diferente. De todos os municípios destacados acima, o que mais tem similaridades com os municípios mato-grossenses é Rio Verde (GO), que também está inserido nos circuitos espaciais de produção do complexo grãos-carne, e se localiza no Centro-Oeste.

Dentre os municípios mais diferentes do contexto do nosso objeto de estudo, estão as “cidades do agronegócio” do Nordeste. Pequeno e Elias (2014) analisam as “cidades do agronegócio” de frutas tropicais do Ceará, e mostram como essas passam a reproduzir os mesmos problemas urbanos das cidades maiores do Centro-Sul do país:

Com ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) nas áreas habitadas pela população de menor renda; surgimento de áreas de ocupação em situação de risco ambiental; favelização nos espaços destinados a usos institucionais e áreas verdes; disseminação de vazios urbanos promovendo a especulação imobiliária; loteamentos periféricos clandestinos desprovidos de infraestrutura; congestionamento nas áreas centrais por movimentação de carga e descarga, dentre outros (PEQUENO, ELIAS, 2014, p. 17).

Para exemplificar a situação da infraestrutura social dos municípios, expõe-se a Tabela 12, que exhibe os indicadores de assistência à saúde do SUS para cada localidade. Os dados mostram melhores resultados para as “cidades do agronegócio” do Mato Grosso. Apesar de

Limoeiro do Norte (CE) e Rio Verde possuem maior quantidade de leitos do SUS por mil habitantes (3,0 e 2,9, respectivamente), no geral, seus indicadores são intermediários. E os piores são de Muzambinho (MG), Balsas (MA), e Matão (SP), respectivamente.

**Tabela 12:** Indicadores da situação de assistência do SUS em 2009, por “cidade do agronegócio”.

<b>Indicadores de assistência à saúde</b>				
	<b>Leitos SUS por 1000 habitantes</b>	<b>Despesa total com saúde por habitante (R\$)</b>	<b>Despesa com recursos próprios por habitante</b>	<b>Transferências SUS por habitante</b>
<b>Lucas do Rio Verde (MT)</b>	1,30	457,91	300,74	162,52
<b>Primavera do Leste (MT)</b>	1,00	424,62	299,60	146,51
<b>Rondonópolis (MT)</b>	1,90	437,05	200,29	212,71
<b>Sorriso (MT)</b>	1,90	344,32	215,46	106,31
<b>Balsas (MA)</b>	1,40	314,55	279,73	72,94
<b>Limoeiro do Norte (CE)</b>	3,00	256,89	84,19	168,12
<b>Luís Eduardo Magalhães (BA)</b>	0,40	314,55	279,73	72,94
<b>Muzambinho (MG)*</b>	1,70	157,95	127,10	29,43
<b>Matão (SP)</b>	1,10	246,81	189,40	47,06
<b>Rio Verde (GO)</b>	2,90	296,87	167,23	120,26

**Fonte:** Ministério da Saúde, Secretaria Executiva do MS. Cadernos de Informação de Saúde, 2009.

\* Dados de 2008.

Com isso, pode-se estabelecer que as transformações observadas nas “cidades do agronegócio” do Mato Grosso guardam similaridades com as características atribuídas ao conceito por Denise Elias, organizado, sobretudo, em razão das “cidades do agronegócio” do Nordeste do país. Essas proximidades estão relacionadas às características que fazem um município ser inserido na tipologia de “cidade do agronegócio” (crescimento populacional acima da média do estado, alto grau de urbanização, setor terciário desenvolvido para sanar as demandas do agronegócio, etc.).

Mas as “cidades do agronegócio” mato-grossenses só podem ser entendidas pelas características desenvolvidas no contexto de tempo e espaço que se encontram. Os programas de colonização demográfica, as políticas públicas empregadas visando à transformação produtiva, os circuitos produtivos relacionados ao complexo grãos-carne, e os fluxos migratórios que tomam forma ao longo do tempo, são algumas das questões que conferem especificidades a essas “cidades do agronegócio”.

Não é que as “cidades do agronegócio” do Mato Grosso não possuam questões urbanas a serem trabalhadas, pois elas possuem. E esse aspecto será debatido no Capítulo 3,

através do caso de Lucas do Rio Verde. Mas os indicadores de infraestrutura social desses municípios, na média, são bons, de forma que os bairros dos núcleos urbanos são servidos por creches e postos de saúde, por exemplo. Isso porque essas localidades foram fundados/emancipados no momento de transformação produtiva do Mato Grosso. Então, elas já nasceram inseridas no agronegócio, e puderam ir organizando o núcleo urbano dentro dessa lógica que se globalizava. Ou seja, não houve um momento da história em que os municípios resolveram se reorganizar e investir economicamente em algo diferente.

Mais uma vez, não se tratam de municípios perfeitos. Longe disso. São locais cheios de lotes vazios para especulação imobiliária, e com caro custo de vida. Mas seus principais problemas estão menos relacionados à falta de infraestrutura social, do que com as próprias incongruências inerentes ao modo de produção e de desenvolvimento do agronegócio no país.

### **Considerações Finais**

No Capítulo 2 pretendeu-se demonstrar que do desenvolvimento via modernização agropecuária empregado no Mato Grosso decorreram municípios adaptados aos ditames da globalização. Cada vez mais as grandes corporações do agronegócio dominam a produção local, controlando-as social e politicamente, ao custo, muitas vezes, da saúde e bem-estar das populações.

Incluída em tal cenário, a soja tem sido categoria importante para o estabelecimento de “Regiões Produtivas Agrícolas” (ELIAS, 2011) no Mato Grosso, porque é uma forma de expansão do capital agropecuário e chamariz de investimentos (aqui exemplificados pelo Crédito Rural). Além de ter protagonismo no mercado externo, e de possibilitar a associação da cadeia de grãos com a de carne, diversificando e aprofundando a especialização produtiva local.

Dessa forma, as microrregiões de Alto Teles Pires, Rondonópolis e Primavera do Leste foram identificadas como as RPAs do Mato Grosso, pela complementariedade produtiva de seus municípios, que estão ancorados nos circuitos espaciais de produção e cooperação (SANTOS, 1996) do complexo grãos-carne. Cabe ressaltar que Lucas do Rio Verde, Rondonópolis, Primavera do Leste e Sorriso se apresentam como “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2013).

As “cidades do agronegócio” do Mato Grosso - apesar de possuírem características similares às “cidades do agronegócio” do Nordeste, as quais serviram de inspiração e análise da autora para a construção do conceito -, possuem especificidades relacionadas, sobretudo, à forma de ocupação demográfica do Mato Grosso e às demandas da soja. Nesse sentido, mesmo que os municípios já comecem a demonstrar alguns problemas de infraestrutura social, como déficit habitacional, “as cidades do agronegócio” do complexo grãos-carne do Mato Grosso possuem infraestrutura social, em geral, ampla.

### CAPÍTULO 3. O QUE FAZ DE LUCAS DO RIO VERDE UMA “CIDADE DO AGRONEGÓCIO”?

“Nossa cidade é uma cidade de migrantes. Se não migramos nós, migraram os nossos antepassados. Migrante é o que tem coração para partir. Não teme o novo e o desconhecido. Sua busca chama-se esperança. Sua conquista certa é a saudade” (BIASOTTO, 2006, p. 32).



#### Introdução

O estudo pormenorizado das características socioeconômicas e demográficas experimentadas pelos municípios mato-grossenses que mais receberam investimentos nos setores agropecuário e agroindustrial pode ser realizado através da análise do município de Lucas do Rio Verde (MT).

Os indicadores econômicos favoráveis e uma intensa dinâmica demográfica no município em questão evidenciam constantes fluxos de capitais e de pessoas, resultantes da moderna produção agropecuária aliada ao seu processamento agroindustrial. Mas é nisso que se resume uma “cidade do agronegócio”?

Segundo Elias e Pequeno (2007), para analisarmos o fenômeno das cidades sincronizadas ao campo moderno, é necessário se considerar três eixos temáticos: o primeiro refere-se às novas relações cidade-campo, baseadas especialmente na funcionalidade dos núcleos urbanos às demandas do campo moderno; o segundo está relacionado ao mercado de trabalho agropecuário nas cidades e com a dinâmica populacional; e o terceiro eixo trata-se do estabelecimento ou intensificação das desigualdades socioespaciais que ocorrem com a

modernização excludente do campo e das cidades. Ainda segundo a autora, esses eixos se inter-relacionam e são ao mesmo tempo causa e consequência um do outro.

É através da aplicação de tais características propostas por Denise Elias e Renato Pequeno, e das perspectivas do desenvolvimento regional, que organizamos o Capítulo 3 da presente dissertação. Para tanto, utiliza-se dados secundários disponibilizados por órgãos federais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; junto dos dados primários obtidos através do projeto de financiamento CNPq “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: *“follow-up”* do caso de Lucas do Rio Verde (MT)” (Processo nº 479551/2013-8). Através deste foi possível realizar entrevistas abertas com diferentes atores sociais do município e da gestão pública<sup>80</sup>, observação em campo, e obtenção de material junto à prefeitura. Além da aplicação de questionários sociodemográficos<sup>81</sup> nos domicílios previamente visitados em 2013 e 2015. Tratou-se de 500 domicílios (re)entrevistados pelo método do tipo *“follow-up”*.

### **3.1. Perspectiva local das políticas de integração e colonização do Centro-Oeste: a fundação de Lucas do Rio Verde**

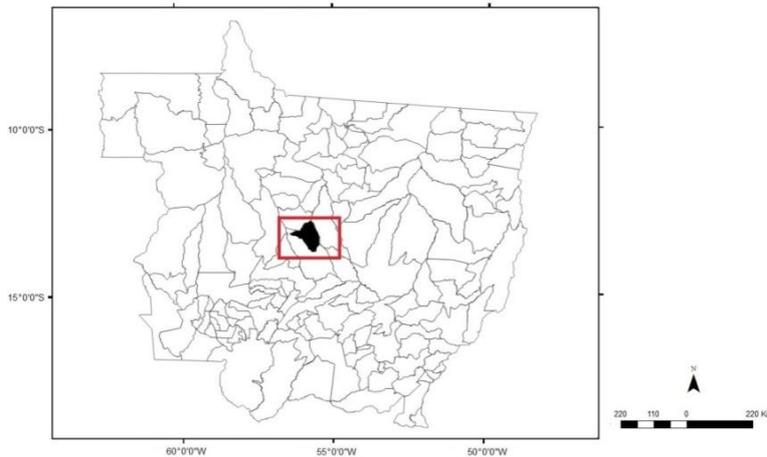
Para conhecermos o município de Lucas do Rio Verde, sinaliza-se que ele está localizado a 355 km de Cuiabá, no médio norte do estado de Mato Grosso (Figura 7), às margens da BR 163.

---

<sup>80</sup> Entrevistou-se o vice-prefeito em gestão em 2015; a Secretária da Agricultura do município; o Coordenador de projetos da Secretaria de Habitação; o Diretor do SAAE de Lucas do Rio Verde; e a editora e proprietária do Jornal Impresso Folha Verde; e trabalhadores da BRF (três engenheiros ambientais, e duas operadoras de máquinas).

<sup>81</sup> Questionário no Anexo.

**Figura 7:** Localização de Lucas do Rio Verde no estado do Mato Grosso.



**Fonte:** IBGE, Malhas Digitais 2010. Elaborado pela autora.

A partir da década de 1970, na área de influência da BR163<sup>82</sup> foram implantados os Projetos de Assentamento Conjunto (PACs), que assentaram 5.113 famílias, com os incentivos nacionais à integração e ao avanço da fronteira na região. Os empreendimentos, públicos e privados, constituíram significativo avanço para a ciência e a tecnologia regional, e também impactaram na construção de atrativos de ordem econômica e política na escala local, regional, nacional e mundial (BERNARDES, 2011).

Bernardes (2011) destaca que a construção da BR163 favoreceu não apenas o fluxo de migrantes para a região, como também de grandes empresas contempladas com projetos agropecuários, sendo realizados investimentos em infraestrutura e pesquisa para facilitar a ação do capital.

Em especial a história da ocupação da área da Gleba Rio Verde, que tem início no ano 1976, no contexto desafiador que é produzir soja no Cerrado (ZART, 1998). E nesse sentido, de acordo com Zart (1998), as políticas que incentivavam a ocupação do Cerrado associavam a cor dourada das plantações de soja ao mineral ouro. Segundo esse ideário, o investimento em soja significava uma riqueza rápida e fácil nessa região. Uma forma chamativa de o governo oriundo do Golpe de 1964 impelir a modernização do campo brasileiro e manter o processo de ocupação das regiões menos produtivas (ZART, 1998). Segundo Bernardes (2011), por esse motivo, os agricultores do Sul do país já partiram para o Centro-Oeste pensando em plantar soja.

O PAC Lucas do Rio Verde foi o maior projeto do Mato Grosso em termos de superfície, com cerca de 220.000 hectares, estabelecido em um território onde já existiam posseiros em mais de 65.000 hectares. Fato atípico já que os PACs normalmente são

<sup>82</sup> BR que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

estabelecidos em áreas consideradas como “vazias”<sup>83</sup>. O projeto previa a venda de lotes de 200 hectares, cuja metade deveria ser mantida em reserva florestal. Os lotes deveriam ser pagos pelo colono em um prazo de 20 anos, ocupando, aproximadamente, 197 mil hectares de cerrados e fitofisionomias de domínio amazônico (DLUZNIEWSKI, 2006).

A primeira ação para a construção da gleba urbana foi à instalação do 9º BEC (Nono Batalhão de Engenharia e Construção), encarregado de liderar a construção da BR 163, produto do PIN - Programa de Integração Nacional (ZART, 1998). A Figura 8 traz a foto obtida com a Secretaria da Comunicação de Lucas do Rio Verde em pesquisa de campo em 2015. Ela delinea o momento em que o acampamento do 9º Batalhão foi montado no local onde hoje fica o centro urbano de Lucas.

**Figura 8:** Hasteamento da bandeira no acampamento do 9º BEC.



**Fonte:** Foto disponibilizada pela Secretaria da Comunicação de Lucas do Rio Verde. CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: *follow-up*” do caso de Lucas do Rio Verde.

Como assinalado, antes do INCRA realizar o loteamento de terras<sup>84</sup> já havia migrantes se aventuraram pelo local, fazendo lavouras, plantando arroz e soja (ZART, 1998). Em 1979 os posseiros já formavam 26 famílias. De acordo com Rocha (2008), essas famílias se tratavam de descendentes de imigrantes europeus que se fixaram nos núcleos coloniais na região sul do país e trabalhavam com agricultura e com criação de animais de pequeno porte para subsistência; e através do trabalho familiar adquiriram um pequeno patrimônio. O numeroso núcleo familiar e a modernização da agricultura dificultavam a reprodução social, viabilizando que parte da família migrasse para o Mato Grosso.

<sup>83</sup> O status de vazio desconsiderava as populações indígenas. Ver Capítulo 1.

<sup>84</sup> Tomar posse de uma área devoluta ou pertencente ao Estado é um processo ilegal, segundo o sistema jurídico do país (ZART, 1998). Mas é bom lembrar que essa prática é alimentada pelo próprio sistema legal, pois é permitido ao posseiro regularizar a posse e tornar-se proprietário legal da terra, como aconteceu no município estudado (ZART, 1998).

A autora ainda coloca tais posseiros na categoria “posseiros-empresários” em contraste aos “posseiros-camponeses” (que não possuíam capital para investir em modernização). Pois afirma que aqueles eram pequenos proprietários que estavam em transição para serem capitalistas. Os posseiros que não enfrentaram o INCRA na justiça pelo direito àquelas terras, e sim fizeram um acordo com a instituição, conseguiram prosperar na região. Inclusive, Rocha (2008) argumenta que existe a construção no imaginário popular luverdense de que os posseiros foram os desbravadores, os pioneiros do município. Mesmo que esses agricultores não se viam como posseiros, e consideravam-se donos legítimos das terras. Eles ainda fugiram da concepção que se tinha na época, de que os posseiros se vinculavam ao atraso, pois não tinham capital para investir em modernização.

Aliás, uma das características marcantes é que os posseiros não se reconhecem como empresários agrícolas, tampouco, como grandes produtores rurais, o que pela extensão de suas terras, pelo alto grau de tecnologia empregado na produção, pela organização do seu empreendimento agrícola é desta forma que usualmente seriam classificados. Ao contrário, se autodenominam como “empresários”, mesmo porque, se sentem e são legitimados pelos seus pares como “pioneiros” do município. Assim, a utilização do conceito de empreendedorismo em Lucas do Rio Verde está, do meu ponto de vista, relacionado com a construção do imaginário social em torno da figura do “pioneiro” (ROCHA, 2008, p. 06).

Um dos primeiros posseiros e desbravadores da região foi o seringalista Francisco Lucas Barros que explorava os seringais dos arredores da Gleba Rio Verde (ZART, 1998). Em homenagem ao pioneiro, os que estavam presentes na escritura da ata de fundação da cidade Lucas do Rio Verde em 05 de Agosto de 1982 (Figura 9), puseram seu nome na cidade. Portanto, o nome do município vem de Lucas, o seringalista, junto de Rio Verde, nome do rio de importância singular para a localidade. Outras datas importantes para a formação de Lucas enquanto município foram: 1985, ano de criação do distrito de Lucas do Rio Verde; e 1986, momento da nomeação e posse do sub-prefeito do Distrito de Lucas do Rio Verde, o qual só foi emancipado em 1988 (PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE, 2007).

**Figura 9:** Foto de cerimônia de fundação do núcleo urbano de Lucas do Rio Verde.



**Fonte:** Foto disponibilizada pela Secretaria da Comunicação de Lucas do Rio Verde. CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: *“follow-up”* do caso de Lucas do Rio Verde.

Desse modo, em 1981 a Gleba Rio Verde se torna um assentamento agrícola para as famílias provenientes do sul do país (Figura 10). Em vista de diminuir às tensões sociais que ocorriam na Encruzilhada Natalino, localizada no município de Ronda Alta (RS), onde havia um acampamento de Sem-Terra reivindicando Reforma Agrária (ZART, 1998). O governo federal declara o município como área para fins de Reforma Agrária, desapropriando grande parte da Gleba para assentar em torno de 900 famílias. O governo também regulariza as terras dos 85 posseiros (ZART, 1998).

Contudo, em harmonia com a proposta de Bernardes (2011), afirma-se aqui que a política de governo que previa a ocupação de territórios no Centro-Oeste não foi suficiente para a grande demanda pela terra existente:

Na prática, os processos de colonização pública e privada não conseguiram acompanhar o volume e a pressão dos fluxos migratórios e sua demanda por terras. Não obstante, deve-se considerar que, no contexto de reestruturação capitalista do Mato Grosso, a colonização, especialmente a privada, constituiu um grande agente transformador do mesmo (BERNARDES, 2011, p. 07).

**Figura 10:** Chegada dos colonos (parceleiros) de Ronda Alta em 1981.



**Fonte:** Foto disponibilizada pela Secretaria da Comunicação de Lucas do Rio Verde. CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: *“follow-up”* do caso de Lucas do Rio Verde.

De fato, ainda se reconhece que o processo de instalar parceleiros não ocorreu sem conflito com os posseiros (ROCHA, 2008). Ressalta-se que não houve por parte do Governo Federal e nem do INCRA apoio efetivo aos posseiros e aos parceleiros, o local não foi contemplado com estrutura pública e nem a promessa de apoio social destinada aos parceleiros vindos de Ronda Alta foi implementada (CARVALHO, 2006).

Para Carvalho (2006), após dois anos de fracassos nas safras, os parceleiros – que sofriam preconceito devido a sua situação social, que não tinham conhecimento tecnológico ou sobre cultivo nas terras do Cerrado, e que também não conseguiram saldar os financiamentos bancários e nem possuíam maquinários para tentar investir em mais um ano – se viram obrigados a vender por preços baixos suas terras para agricultores mais capitalizados ou abandoná-las. Apenas 18 famílias conseguiram persistir em seus lotes. Ocorrendo, portanto, concentração fundiária.

Outro grupo social que se estabeleceu na Gleba Rio Verde no período de sua formação enquanto município foram 50 famílias, vindas de São Paulo e ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra, que criaram uma cooperativa em Lucas. As famílias receberam lotes do INCRA, e se tornaram responsáveis pela área social e assistência técnica aos parceleiros e posseiros. Eles realizaram obras de infraestrutura em educação, saúde e lazer. A cooperativa veio a se chamar Cooperlucas, e fez uma parceria com o Banco do Brasil ajudando e beneficiando as famílias que a ela estavam relacionadas. Também firmou um acordo com a PRODECER, Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o

Desenvolvimento do Cerrado (ROCHA, 2008), sendo responsável pela seleção dos migrantes a serem assentados no projeto Piúva (área incorporada ao PRODECER II<sup>85</sup>).

Segundo Rocha (2008), os novos migrantes seriam aceitos se pudessem investir 20% do necessário com recursos próprios, de forma que o restante seria provido por financiamento, e os produtores também deveriam ter conhecimento ou interesse em investir em tecnologia. À vista disso, o ideário de Reforma Agrária instaurado na política de formação de Lucas do Rio Verde não se consolidou durante os anos seguintes.

Outra questão que não se pode deixar de evidenciar é que a agricultura no município de Lucas do Rio Verde efetivamente nasceu fazendo uso da tecnologia na produção. Ela não se modernizou; nasceu moderna. A Figura 11 mostra a quebra do Cerrado realizada de forma mecanizada em 1981. O que é determinante para a chamativa evolução do agronegócio com atração de grandes corporações do agronegócio e agroindústria para a localidade em pouco tempo.

**Figura 11:** Foto da quebra da vegetação do bioma Cerrado para limpar lotes de terras em 1981.



**Fonte:** Foto disponibilizada pela Secretaria da Comunicação de Lucas do Rio Verde. CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “*follow-up*” do caso de Lucas do Rio Verde.

Não é de estranhar, de fato, que os produtores locais junto da Cooperlucas<sup>86</sup>, e inseridos também na administração pública municipal, avaliaram que o município podia potencializar sua produção com a implantação de empresas agroindustriais (CAMARGO, 2014); o que aconteceu efetivamente durante a década de 2000, após a construção da hidrelétrica em Lucas. Para Silva (2016) a atração de investimentos, empresas, e migrantes para o município está relacionada com o discurso da Prefeitura Municipal. De acordo com a

<sup>85</sup> PRODECER II - o projeto foi iniciado em 1985, abrangeu uma área maior que o primeiro projeto (restrito a Minas Gerais), foram 200 mil hectares de cerrado nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os investimentos japoneses foram de US\$ 350 milhões.

<sup>86</sup> Já não se tratava mais apenas dos paulistas.

autora, a prefeitura escreve e lança artigos em jornais e revistas com um discurso promissor sobre a localidade, o que acaba tendo um bom retorno em pouco tempo.

Caparroz (2010) relata que Lucas do Rio Verde construiu sua própria hidrelétrica com financiamento local e dentro de terras privadas, a Usina Canoa Quebrada, que começou a ser implantada em 2005, mas só entrou em operação no início de 2007. A qual junto da empresa de pesquisas agropecuárias, a Fundação Rio Verde, tornou o município mais autônomo e interessante em relação à obtenção de energia, e desenvolvimento de pesquisas em tecnologia agrícola -, tradicionalmente realizadas por órgãos estaduais e federais.

Dessa forma, em 2008, devido ao aumento da produção nas lavouras da região, a Fiagril (Fornecedor de Insumos Agrícolas)<sup>87</sup> deu primeiros passos da direção da ampliação produtiva em termos agroindustriais (produção de fertilizantes e agroquímicos). Em 2008 também o Grupo Amaggi<sup>88</sup>, que transforma grãos de soja e milho em farelo e óleo, começou a funcionar na cidade, influenciando a mudança do perfil econômico do município e a atração de outras empresas de processamento de soja e produção de fertilizantes, como a Cargill, a ADM, a Bunge, entre outras. No mesmo ano também começou a funcionar o Complexo Agroindustrial BRF, que aliou os complexos de soja e carne no município.

De acordo com Volochko (2013), para que a BRF se instalasse em Lucas do Rio Verde, a empresa comprou, em 2006, todo o plantel de suínos e infraestrutura da Cooperativa Agropecuária e Industrial Luverdense (Cooagril), que vinha desenvolvendo desde 1990 agregando valor à produção de suínos e também da produção de soja e milho (produção de ração). Reuniu outras cooperativas e criou a Intercoop, responsável pela abertura do Frigorífico Excelência em Nova Mutum.

Toda esta infraestrutura já existente foi estrategicamente adquirida pela Sadia, como modo de ao mesmo tempo saltar etapas integralizando o controle da criação de suínos e eliminando a competição no plano da região. Atualmente as atividades da Cooagril estão focadas na fabricação de ração com fórmulas “caso a caso”, segundo dizem com “alta qualidade”, sendo que a ração é produzida e comercializada na cidade de Lucas do Rio Verde, revelando a cidade como centro de comercialização (VOLOCHKO, 2013, p. 18).

Por conseguinte, é possível estabelecer que o processo de ocupação do município de Lucas do Rio Verde ocorreu amparado pelas políticas públicas<sup>89</sup> de âmbito nacional. O que

---

<sup>87</sup> Site Fiagril. Disponível em: [www.fiagril.com.br](http://www.fiagril.com.br). Acesso em: 14/02/2017.

<sup>88</sup> Site Amaggi. Disponível em: [www.amaggi.com.br](http://www.amaggi.com.br). Acesso em: 14/02/2017.

<sup>89</sup> Ver Capítulo 1.

repercutiu posteriormente na integração dessas áreas à economia globalizada e ao capital internacional, através do investimento em *commodities* agrícolas (LACERDA *et al*, 2015). No entanto, o objetivo do desenvolvimento nessas áreas mudou, porque não se trata mais de distribuição de terras, povoamento, e fundação de cidades, e sim de incorporação de novas áreas ao processo produtivo, em uma expansão cada vez maior da exportação de produtos agropecuários processados (LACERDA *et al*, 2015).

Macedo (2013) analisando o município de Rio Verde em Goiás, também pode ser entendido a luz de Lucas Rio Verde no Mato Grosso, ao propor que oferecendo as condições necessárias para a acumulação privada, o setor público promoveu em Rio Verde as condições materiais e financeiras para a realização de um processo de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004 *apud* MACEDO, 2013), legitimando a concentração fundiária, incentivando o caráter especulativo do uso da terra.

Nas terras luverdenses, esse fato veio contribuir para adoção de um modelo econômico baseado no crescimento econômico e não no desenvolvimento como um todo que deveria considerar os aspectos sociais e ambientais (LACERDA *et al*, 2015). Para Silva (1999) isso não é surpresa, pois em poucas regiões do mundo o desenvolvimento agrícola caminhou junto do desenvolvimento do meio rural.

Estabelece-se, dessa forma, que as propriedades para agricultura familiar concedida aos posseiros conforme o PAC Lucas do Rio Verde instituiu não se sustenta mais no município (LACERDA *et al*, 2015). Ou seja, a atual estrutura produtiva da terra está baseada em uma agricultura empresarial baseada na grande propriedade, e na internacionalização da economia (LACERDA *et al*, 20145).

Esse fato pode ser observado na Tabela 13, na qual é verificável que a maior parte dos estabelecimentos de lavoura temporária está nas maiores faixas de tamanho: 100 a 500 ha, 500 a 1000 ha, e 1000 e mais. No que se refere à pecuária e as pastagens plantadas essa concentração é menor, estando em nas categorias até 5 ha e de 5 a 10 ha. Contudo, a pecuária não é maioria dos estabelecimentos, essa posição corresponde à lavoura temporária, que responde a mais de 61% dos 322 estabelecimentos que havia em Lucas do Rio Verde em 2006. Até porque a pecuária intensiva não precisa de tanto espaço quanto a monocultura.

**Tabela 13:** Quantidade (%) de estabelecimentos, por tamanho do estabelecimento, e por grupos de atividade em Lucas do Rio Verde, no ano de 2006.

	Tamanho dos estabelecimentos por grupo de atividade							
	Total n. absoluto	Lavoura temporária	Horticultura e floricultura	Lavoura Permanente	Pecuária	Florestas Plantadas	Florestas Nativas	Aquicultura
Até 0,5	-	-	-	-	-	-	-	-
De 0,5 a menos de 1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1 a menos de 5	40	1,55	3,42	-	6,83	0,31	-	0,31
De 5 a menos de 10	21	-	0,93	-	5,28	-	-	0,31
De 10 a menos de 50	45	2,80	-	0,62	4,35	4,04	2,17	-
De 50 a menos de 100	8	0,93	-	-	1,55	-	-	-
De 100 a menos de 500	80	20,19	0,31	0,31	2,80	1,24	-	-
De 500 a menos de 1000	56	15,22	-	-	1,86	0,31	-	-
Mais de 1000	64	18,63	-	0,31	0,93	-	-	-
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>61,18</b>	<b>4,66</b>	<b>1,24</b>	<b>24,22</b>	<b>5,90</b>	<b>2,17</b>	<b>0,62</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Cabe ainda apontar que a lavoura temporária e a pecuária cobrem juntas mais de 85% do total dos espaços dos estabelecimentos existentes em 2006, deixando para a Floresta plantada apenas 5,9% do total, e para Florestas Nativas um pouco mais de 2%. O que é especialmente problemático quando pensamos que Lucas do Rio Verde é formado por dois biomas importantíssimos: O Cerrado e a Floresta Amazônica. Demonstrando o quão ambientalmente problemático pode se tornar a expansão da Fronteira Agrícola sem uma política de uso e ocupação do solo que contemple também o aspecto ambiental em sua perspectiva de desenvolvimento econômico<sup>90</sup>.

Portanto, ao realizar um balanço das políticas de integração e colonização do Centro-Oeste anos depois de sua realização, nota-se que a distribuição de terras pelo governo federal não repercutiu em favor do pequeno proprietário. Na realidade, aconteceu o contrário, os juros subsidiados e os benefícios previstos na lei possibilitaram a concentração de terras. Desse modo: “o governo desenvolveu uma ação política cujo papel determinante foi à destruição das oportunidades de reprodução da pequena agricultura familiar” (LACERDA *et al*, 2015, p. 14).

Logo, as desigualdades espaciais que Elias e Pequeno (2007) observam nos núcleos urbanos das “cidades do agronegócio”, podem também ser projetadas para as áreas rurais desses municípios, nas quais a modernização excludente do campo opera.

<sup>90</sup> Questão será trabalhada no tópico “Dinâmica populacional: a relação entre migração e trabalho em Lucas do Rio Verde”.

### 3.2. Da soja ao porquinho<sup>91</sup>: aspectos econômicos e o mercado de trabalho numa “cidade do agronegócio” grãos-carne

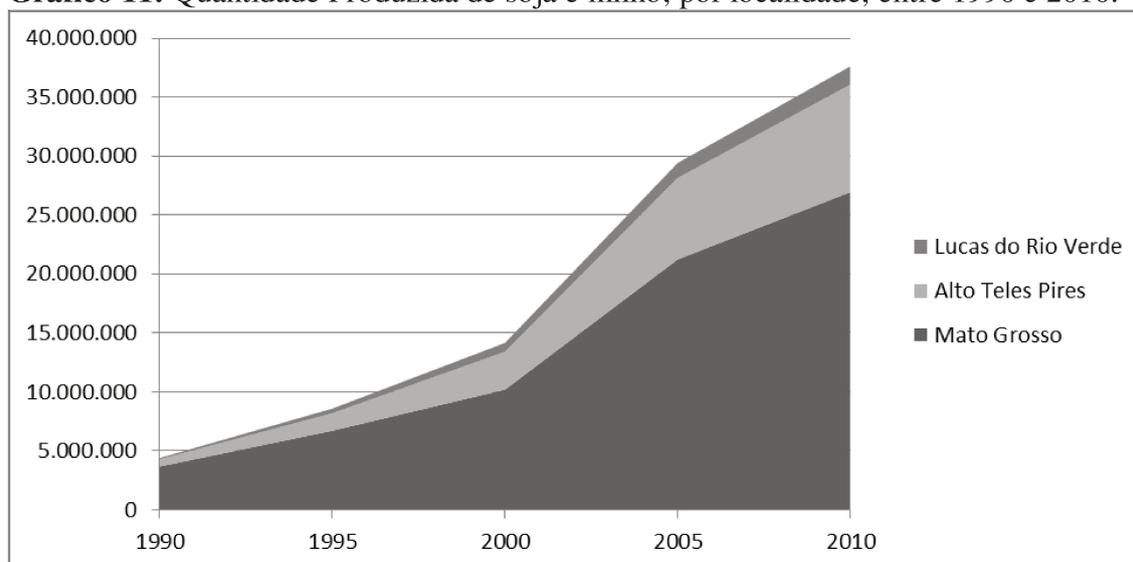
Na última década, especialmente a partir de 2005, Lucas do Rio Verde experimentou mudança na estratégia produtiva local através da implantação da grande planta industrial de processamento de alimentos, a BRF. Segundo Lombardi (2014), esse movimento reorganizou a produção na região, tendo por consequência crescimento da criação de aves e de suínos para abastecimento local, direcionando também a produção de grãos para a alimentação dos animais, fechando a cadeia produtiva.

Na “cidade do agronegócio” o núcleo urbano se especializa e se expande a partir das necessidades do agronegócio e da agroindústria (ELIAS, 2011), de forma que essa atividade se torna hegemônica sobre todas as outras. A soja é o principal produto cultivado em Lucas do Rio Verde, pois além de ser uma *commodity* muito valorizada no mercado externo, é o elo de ligação da cadeia grãos-carne.

Com o Gráfico 11 fica nítido que a quantidade produzida de soja e milho na microrregião de Alto Teles Pires e no município Lucas do Rio Verde acompanham a tendência de aumento do estado do Mato Grosso. Tendo a microrregião e, dentro dessa, o município em questão, grande relevância na produção estadual, uma vez que Lucas é responsável por 5,8% da quantidade produzida de soja e milho do Mato Grosso, e sua microrregião se responsabiliza por 33,8% em 2010.

---

<sup>91</sup> A importância da produção de aves e suínos no município pode ser observada inclusive por ser simbolismo na construção, em 2008, da estátua de um sorridente porco em homenagem aos suinocultores da região, localizado no Trevo do Porco, o “Luquinha”. Disponível em: <http://www.cidade-brasil.com.br/foto-lucas-do-rio-verde.html>. Acesso em: 21/02/2017. Mais recentemente, em 2015, foi inaugurada ainda a estátua da galinha “Preciosa”, localizada no cruzamento do trevo da rodovia MT 449, com a Avenida da Fé. Disponível em: <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/portal/noticia/noticia.php?cod=5063>. Acesso em: 21/02/2017.

**Gráfico 11:** Quantidade Produzida de soja e milho, por localidade, entre 1990 e 2010.

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal 1990, 1995, 2000, 2005, 2010.

Segundo Carmo e Lombardi (2012), embora a exportação dos grãos ainda seja uma das vias de destinação das *commodities*, a transformação destas em matéria-prima para rações de bovinos e suínos tem ganhado espaço. Carmo e Lombardi (2012) ainda expuseram que o crescimento do número de criação de aves e suínos tem sido tão expressivo e importante para a organização dos setores político, social e econômico da microrregião e, especialmente do município, que a fronteira agrícola nessa região pode ser entendida como uma Fronteira Avícola e Suína.

Segundo expõe na Tabela 14, a produção de aves em Lucas do Rio Verde entre 2000 e 2010 apresentou um crescimento de 47,3% a.a., e a de suínos 15,7% a.a. O aumento na microrregião é ainda mais impressionante, de 50,3% a.a. e 21,9% a.a.

**Tabela 14:** Número de cabeças e crescimento dos rebanhos de aves e suínos, por localidade, entre 1990, 2000 e 2010.

Localidades	Efetivo e crescimento dos rebanhos									
	1990	%	2000	%	2010	1990	%	2000	%	2010
	Aves					Suínos				
Lucas do Rio Verde	5.983	28,0	70.863	47,3	3.405.224	2.392	29,1	30.861	15,7	132.801
Alto Teles Pires	251.715	0,5	264.549	50,3	15.534.488	24.274	18,5	131.994	21,9	958.849
Mato Grosso	6.675.189	9,1	15.946.930	9,9	41.021.664	1.034.107	-2,1	834.084	9,7	2.109.979

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal 1990, 2000 e 2010.

O recente impulso da agroindustrialização, e a associação entre os complexos grãos e carne, têm fortalecido a relação entre o crescimento demográfico, a urbanização e a dinâmica cadeia do agronegócio (MAZZALI, 2000).

Nesse sentido, comparando o mercado de trabalho luverdense em 2000 e 2010, antes e depois da grande transformação na dinâmica econômica do município com a instalação e início do funcionamento do complexo agroindustrial da BRF<sup>92</sup> em 2008, temos que a estrutura do mercado de trabalho demonstra algumas significativas transformações. Por exemplo, a População em Idade Ativa (PIA) mais que dobrou em uma década (de 15.075 em 2000 passou para 37.912 em 2010)<sup>93</sup>. A evolução na quantidade de vínculos formais de trabalho impressiona, pois esses tiveram um crescimento anual de 20,6%, passando de 2.255 vínculos para 14.733.

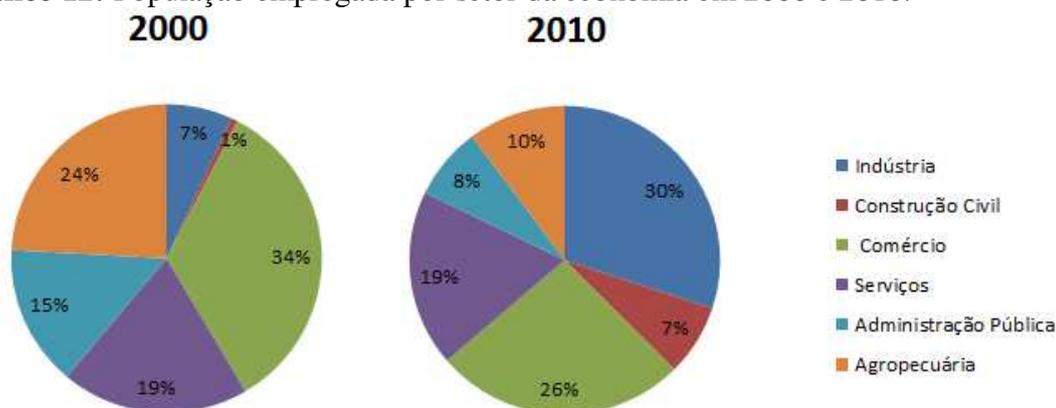
O Gráfico 12 elucida que, apesar de a produção agropecuária ter aumentado significativamente no período, inclusive em número absoluto de empregados formais (passou de 544 vínculos empregatícios para 1.501), a sua proporção no total de vínculos reduziu em relação a 2000 (de 24,1% para 10,2%). O que nos leva entender que além do setor ter investido cada vez mais em tecnologia, os outros setores têm crescido mais do que o agropecuário. Uma vez que o setor industrial passou a ocupar 30,1% do total, quando era apenas 6,9% do mercado de trabalho formal em 2000. Uma situação parecida aconteceu com a construção civil, que passou de 1% para 7,5% dos vínculos empregatício em 2000.

No comércio e serviços houve também um importante crescimento absoluto, pois passaram de 766 vínculos empregatícios formais para 3.853, e 442 para 2.724, aumentos anuais de 17,5% e 19,9%, respectivamente.

---

<sup>92</sup>A BRF é uma das maiores companhias de alimentos do mundo, com mais de 30 marcas em seu portfólio, entre elas, Sadia, Perdigão, Qualy, Paty, Dánica, Bocatti e Confidence.

<sup>93</sup> Cabe apontar que o grau de informalidade caiu pela metade no período analisado, de cerca de 60% em 2010 para 30% em 2000, enquanto no Mato Grosso essa alteração foi expressivamente menor, de cerca de 60% para 50% no mesmo período. Considerou como grau de informalidade os empregados sem carteira, não remunerados, que trabalham por conta própria e para consumo próprio sobre o total de trabalhadores (CRAICE *et al.*, 2015).

**Gráfico 12:** População empregada por setor da economia em 2000 e 2010.

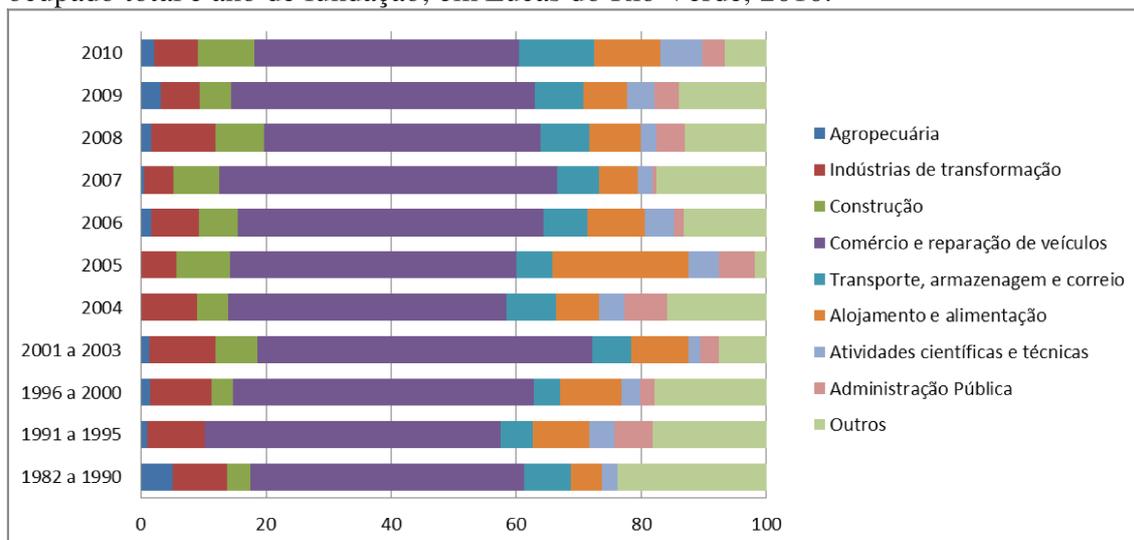
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Segundo a base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, houve em 2010, um total de 1.680 estabelecimentos cadastrados, contabilizando 24.198 vínculos formais de trabalho. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, 22.939 desses trabalhadores (94,7%) residem na área urbana do município, dos quais 14.733 (59,2%) têm carteira assinada, 4.342 (17,9%) trabalham por conta própria, e 617 (2,5%) são empregadores.

Aponta-se também que dos residentes de Lucas, apenas 525 (2,1%) não trabalham no município. A maioria o faz em locais próximos, como Nova Mutum (19,2%), Sorriso (19,0%), e Tapurah (10,4%) (IBGE, Censo Demográfico de 2010).

Através do Gráfico 13, é possível conhecer como se desenvolveu temporalmente a fundação das empresas no município. Desde a fundação do município, nota-se o surgimento de estabelecimento de todos os setores da economia, mesmo que esses fossem pequenos, contando com menos de 10 funcionários. Mas o setor que mais cresceu, em todos os anos, é o comércio. É visível também a diminuição da categoria outros, e a importância que a construção, o transporte, e o alojamento e alimentação têm ganhado nos anos mais recentes.

**Gráfico 13:** Empresas, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), faixas de pessoal ocupado total e ano de fundação, em Lucas do Rio Verde, 2010.



**Fonte:** Ministério do Trabalho, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 1982 a 2010.

Na Tabela 15 apresenta-se, através dos dados da RAIS, a quantidade de vínculos ativos em dezembro de 2010, em Lucas do Rio Verde. Percebe-se que há maior proporção relativa de homens em todos os setores, com exceção da administração pública<sup>94</sup>. Os setores que possuem as maiores proporções relativas de homens é a construção, os serviços de utilidade pública, e a agropecuária. Destaca-se aqui que essa situação de maior quantidade numérica de homens não foge do contexto estadual<sup>95</sup>. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, o Mato Grosso é o estado que possui, proporcionalmente, a maior quantidade de homens por mulher do Brasil (104 homens para cada 100 mulheres).

**Tabela 15:** Vínculos empregatícios ativos em dezembro de 2010, segundo setor da economia (classificação IBGE) e sexo do(a) trabalhador(a), em Lucas do Rio Verde.

	Trabalhadores(as) por setor				Total
	Homens	%	Mulheres	%	
<b>Extrativa</b>	1	100,0	0	0,0	1
<b>Indústria de Transformação</b>	2.890	65,2	1.542	34,8	4.432
<b>Serviços Industriais de Utilidade Pública</b>	113	86,9	17	13,1	130
<b>Construção</b>	1.043	94,8	57	5,2	1.100
<b>Comércio</b>	2.364	61,4	1.489	38,6	3.853
<b>Serviços</b>	1.390	53,6	1.204	46,4	2.594
<b>Administração</b>	357	31,8	766	68,2	1.123
<b>Agropecuária</b>	1.179	78,5	322	21,5	1.501
<b>Total</b>	9.336	63,4	5.397	36,6	14.733

**Fonte:** MINISTÉRIO DO TRABALHO, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2010.

<sup>94</sup> Ver tópico 3.2.

<sup>95</sup> Ver Capítulo 1.

Ainda acerca da caracterização do mercado de trabalho em Lucas do Rio Verde, a pesquisa de campo realizada em julho de 2015 no município traz alguns *insights*. Através dessa foi possível revisitar os 500 domicílios entrevistados em 2009 e em 2013<sup>96</sup>, propondo acompanhamento da dinâmica demográfica e das mudanças na estrutura urbana do município, principalmente no que se referia ao mapeamento da permanência dos moradores nos mesmos domicílios, ou o estabelecimento de novo arranjo doméstico. Ao total obtemos 338 entrevistas<sup>97</sup>.

Classificamos<sup>98</sup> a população entrevistada em campo e seu envolvimento com a cadeia produtiva grãos-carne, diferenciando aqueles envolvidos na cadeia produtiva grãos-carne dos não-envolvidos, para discutir os efeitos que a transformação da produção agropecuária acarretou no questão empregatícia e urbana municipal.

Considerou-se, portanto, as empresas de atuação de cada trabalhador, buscando atuações estritamente voltadas para a produção do agronegócio, e estabelecemos três categorias:

1) atividades diretamente envolvidas com a “agropecuária”, como limpador de matadouro, tratorista, administrador de fazenda, entre outros;

2) atividades que envolvem a “indústria do agronegócio”, com a população que trabalha contratada nas agroindústrias, tem operador de máquina, gerente de seção, acionista, técnico em mecânica, fiscal sanitário, etc.;

3) trabalhos relacionados aos “serviços do agronegócio”, nos quais encontramos vendedor de trator, corretora de grãos, faxineira da empresa de defensivos químicos, vigia da clínica veterinária, motorista da transportadora, pesquisadora da empresa de sementes, secretária da loja de peças de maquinários agrícolas, educador físico que oferece ginástica laboral em processadora de grãos, auxiliar de cozinha na terceirizada que presta serviço para a BRF, coletor de resíduos, etc.

A partir disso foi possível certificar que no município existe uma infinidade de atividades envolvidas com o agronegócio. Mais especificamente, das 909 pessoas maiores de

---

<sup>96</sup> A pesquisa não é representativa da população de Lucas do Rio Verde em 2015 ou 2010. Trata-se do acompanhamento da pesquisa de 2009, que é representativa da população e da organização espacial do município em 2007. Como o município é dinâmico, muitas mudanças aconteceram espacialmente e demograficamente desde então -, as quais buscamos mapear de forma qualitativa. Questionários e mais informações sobre a pesquisa no Anexo.

<sup>97</sup> Para mais informações ver Craice, Camargo e Furtado (2016).

<sup>98</sup> Carmo *et al.* Relatório do projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “*follow-up*” do caso de Lucas do Rio Verde (MT)” - (CNPq, Processo nº 479551/2013-8).

14 anos<sup>99</sup> captadas nas entrevistas, que estavam exercendo atividade remunerada no período da pesquisa, 28 estavam empregados na categoria “agropecuária” (3,1% do total entrevistado), 23 na categoria “indústria do agronegócio” (2,5% do total entrevistado), e 81 em “serviços do agronegócio” (8,9% do total entrevistado).

Especialmente considerando que a amostra se localizava próxima à área central do núcleo urbano, é possível inferir quantitativa e qualitativamente que o dinamismo econômico e social incentivado pela agroindustrialização da produção é observado no município, enquanto a diversificação dos novos empregos e, conseqüentemente, através da expansão do mercado de trabalho formal<sup>100</sup> com as novas atividades que integram a cadeia produtiva carne-grãos em Lucas do Rio Verde.

Apona-se ainda que essa característica, encontrada através da pesquisa de campo em Lucas do Rio Verde, demonstra empiricamente a expansão das atividades terciárias apontadas por Denise Elias na concepção do conceito de “cidade do agronegócio”.

Mas não são apenas avanços, um aspecto importante para avaliar o que se considera como desenvolvimento econômico no município é o viés social, que muitas vezes é deixado de lado em detrimento do econômico. Sendo necessário ressaltar questões que foram expostas através dos meios de comunicação sobre o trabalho no município. Uma delas, segundo o jornal eletrônico Repórter Brasil<sup>101</sup> de 2009, trata-se de um casal que denunciava o complexo da BRF por péssima condição de trabalho. Segundo o artigo, como operador de produção os trabalhadores ganhavam R\$800,00 fazendo horas extras. Contudo, com os descontos para o aluguel da casa no loteamento da BRF, por exemplo, o valor líquido do salário não alcançava R\$80,00 reais. A senhora alegava inflamações nas juntas dos braços e das pernas pela repetição das atividades.

De fato, as atividades empregadas em frigoríficos cobram destreza e rapidez manual para realizar os cortes nos animais nas linhas de produção. É grande a quantidade de movimentos repetitivos realizados pelos trabalhadores, os quais resultam muitas vezes em Lesões Por Esforço Repetitivo (LER), que também são conhecidas como Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), as LER/DORT (HECK, 2013).

---

<sup>99</sup> Idade a partir da qual é permitida legalmente a entrada no mercado de trabalho através do programa federal “jovem aprendiz”.

<sup>100</sup> Não tivemos a possibilidade de expandir o estudo para uma análise do mercado informal, mas essa parece ser uma agenda de pesquisa que se abre para novos estudos.

<sup>101</sup> Matéria eletrônica disponível no endereço: <http://reporterbrasil.org.br/2009/10/ex-funcionarios-da-sadia-acusam-empresa-de-proposta-enganosa-na-paraiba/>. Acessada em: 10/12/2016.

No setor de evisceração de frangos são necessárias 60 ações por minuto na atividade de retirada e separação de vísceras (coração e fígado); entre 70 e 90 ações por minuto na retirada de vísceras de dentro da carcaça; entre 90 e 120 ações por minuto na pendura de frangos; 80 ações por minuto com o braço direito e 70 com o esquerdo para embalar/selar frangos inteiros. No setor de suínos, a atividade de retirar carne de cabeça, impõem 60 ações por minuto com o braço direito, e para desossar a paleta são 80 ações por minuto com o braço direito e 50 ações com o esquerdo. No setor de industrializados, a atividade de grampear saco de salsicha com a máquina pressiona que sejam efetuados 95 movimentos por minuto com a mão direita e 70 com a esquerda, e ensacar salsicha com máquina pede um total de 42 ações por minuto (HECK, 2013).

Tais demandas ultrapassam o limite do corpo humano, pois estudos comprovam que entre 25 a 33 movimentos repetitivos por minuto é o máximo de movimentos permitidos para que não se tenha por consequência transtornos aos tendões (HECK, 2013). Portanto, o esperado dos empregados dos frigoríficos compreende até três vezes mais ações repetitivas do que os padrões limítrofes estipulados nos estudos. Dessa forma, a realização de mais ações do que o corpo humano pode suportar, a falta de pausas para recuperação de fadiga, a ausência de um ambiente de trabalho com interações humanas, e as altas temperaturas, observadas em frigoríficos brasileiros, são quase sinônimo de adoecimento físico e mental.

Nesse sentido, a BRF de Lucas do Rio Verde está entre as quatro unidades da empresa multadas<sup>102</sup> em 2012, tendo que pagar o valor de R\$ 6 milhões por danos morais e coletivos, pela não concessão de pausas ergonômicas, e de pausas regulares para descanso térmico aos trabalhadores, segundo o jornal eletrônico Mutum Notícias.

Outro caso<sup>103</sup> que chamou atenção, esse foi relatado pelo Jornal Extra Globo, que aconteceu em pleno ano de 2009, e relatou 18 trabalhadores encontrados pela polícia vivendo em regime de escravidão. Durante uma fiscalização, os agentes encontraram um acampamento em que os trabalhadores não tinham carteira assinada e estavam há quase dois meses sem receber pagamento. Eles foram contratados para derrubar a floresta e limpar a área de uma nova fazenda em Lucas do Rio Verde por apenas R\$ 25 por dia, mas não chegaram a receber qualquer quantia.

Canuto (2004) mostra como a modernização do campo pode ser socialmente predadora. Para o autor, é inerente a forma como o agronegócio se desenvolve no nosso país,

<sup>102</sup> Matéria eletrônica disponível no endereço: <http://www.mutumnoticias.com.br/agronews/brf-e-multada-em-r-6-milhoes>. Acessada em: 10/12/2016.

<sup>103</sup> Matéria eletrônica disponível no endereço: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/governo-liberta-18-pessoas-sob-trabalho-escravo-em-mt-187319.html> em 2009. Acessada em: 10/12/2016.

que ele promova a maior concentração de terra e da renda, gere desemprego, empregue mão-de-obra escrava, traga conflitos, alimente a grilagem de terras, seja responsável pelo aumento do desmatamento da Amazônia e do Cerrado, além de trazer efeitos perversos sobre a saúde humana.

O autor complementa apontando que o avanço tecnológico não tem representado mudança substancial na estrutura agrária brasileira, e nem nas relações de produção e de trabalho no campo. Pelo contrário, a maior concentração de terra pode ter por consequência relações de trabalho ainda mais precárias (CANUTO, 2004).

O próprio Blairo Maggi, quando era governador do Mato Grosso, foi contra a fiscalização mais rígida empregada no estado, pois as várias denúncias de trabalho escravo poderiam prejudicar as exportações de produtos agropecuários (CANUTO, 2004). Buscando reverter o cenário que não era interessante para os negócios dos grandes produtores, foi criado no estado o “Projeto Mato Grosso Legal”, que previa a legalização socioambiental das propriedades rurais, como demonstra Ferreira (2010). Esse projeto foi aprimorado em nível local, dando origem ao projeto Lucas do Rio Verde Legal (FERREIRA, 2010).

O projeto em Lucas advém de uma associação entre a prefeitura municipal, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), a BRF, Fiagril, Syngenta, o Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde, a Fundação Rio Verde, o Ministério Público, além da ONG *The Nature Conservancy* (CAPARROZ, 2010; FERREIRA, 2010). Primeiro foi realizado o diagnóstico dos passivos ambientais e trabalhistas das propriedades, depois foi colocado em prática a regularização das propriedades no que se refere à preservação das Áreas de Proteção Permanentes (APPs)<sup>104</sup>, utilização adequada de defensivos, e formalização legal do trabalho rural (CAPARROZ, 2010; FERREIRA, 2010).

É essencial ressaltar que no município já não havia mais muitas áreas restantes de APPs, como mostra Caparroz (2010). Ainda aponta-se que questões como essas só puderam ser contornadas devido às mudanças operadas no Código Florestal operada no ano de 2012<sup>105</sup>. Contudo, mesmo operando através de flexibilizações, por estar dentro das novas leis brasileiras, o projeto concedeu ao município o aspecto de produtor sustentável.

Assim, apesar da expansão produtiva e de uma intensa dinâmica demográfica, fica latente a existência de questões negativas no âmbito socioambiental, que apesar de serem

---

<sup>104</sup> Caparroz (2010) demonstra que a legislação ambiental permite formas flexibilização para à preservação de áreas protegidas.

<sup>105</sup> Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Ver PAPP, 2012.

enfrentadas, nem sempre são plenamente solucionadas por essa “cidade do agronegócio”. É importante explicitar essas questões porque Lucas do Rio Verde tem se tornado cada vez mais um modelo de desenvolvimento econômico agropecuário que se propaga como capaz de enfrentar as externalidades ocasionadas pela agroindustrialização. Podendo ser usado como modelo a outros municípios mato-grossenses com o mesmo tipo de atividade.

### 3.3. Aspectos urbanos em uma “cidade do agronegócio”

Um dos traços mais característicos das cidades brasileiras está relacionado com seu desenvolvimento urbano conturbado, que se diferencia do que Lefebvre (2001) chamou de direito à vida urbana<sup>106</sup>. De acordo com Lefebvre (1991), a cidade vem se transformando em razão dos processos globais, que ocorrem junto de mudanças no modo de produção, nas relações campo-cidade, nas relações de classe e de propriedade privada. Nesse sentido, é importante entender a urbanização como uma dinâmica socioespacial comandada por determinações mais amplas da economia de mercado, que estão enraizadas em padrões produtivos e de consumo, controlados pela Divisão Social do Trabalho.

Todavia, num primeiro momento é difícil imaginar que estamos discutindo urbanização num município cuja intensidade da produção agropecuária denota que 73% de sua área total está ocupada por lavouras de soja e milho<sup>107</sup> (IBGE, Censo Agropecuário 2006). Por isso, é concebível que se pense que, em razão de suas atividades produtivas, Lucas do Rio Verde se enquadra numa caracterização puramente rural. Entretanto, os indicadores urbanos do município nos concederão outra visão sobre o tema.

Nesse sentido, Silva (1999) diz que o rural hoje pode ser entendido como um *continuum* do urbano, ao ter se urbanizado em razão da agroindústria. E da mesma forma, as cidades não podem mais ser identificadas apenas pela atividade industrial, porque muitas delas servem de espaço para o desenvolvimento da agropecuária. Arruda (2011) complementa esse pensamento dizendo que: “o rural faz parte de uma significativa extensão da dinâmica urbana com sua produção e cultivos voltados para atender a lógica do mercado globalizado,

---

<sup>106</sup> O direito à cidade foi definido no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado por lei posterior chamada de “Estatuto da Cidade”. A qual compreende uma garantia que todo brasileiro tem de usufruir da estrutura e dos espaços públicos de sua cidade, com igualdade de utilização. O conceito francês traz a importância de um ambiente urbano digno para todos os seus moradores e da necessidade de se dividir todos os benefícios e problemas do ambiente urbano de forma igual.

<sup>107</sup> Durante o ano pode haver rotatividade com arroz ou algodão.

assim como, o urbano faz parte e significa a extensão da dinâmica rural” (ARRUDA, 2011, p. 91).

Nesse sentido, para Arruda (2012), a urbanização que se desenvolve nas “agrocidades” se relaciona a crescente quantidade de agricultores residentes nos núcleos urbanos, ao poder de atração dos empregos, ao êxodo da população agrícola devido à mecanização da produção, mas também porque ao urbano compete um modo de vida atrelado ao desenvolvimento das novas tecnologias, especialmente as tecnologias comunicacionais (internet, tv a cabo, etc.), e isso o torna extremamente atrativo.

Santos (2000) chamou de “cidade do campo” os municípios no quais se vê a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais associam-se às crescentes demandas de novos produtos e serviços especializados. Elias (2013), a partir dos ensinamentos do autor, afirma que as “cidades do agronegócio” são frações do espaço total das redes agroindustriais globalizadas. Ao estarem cada vez mais abertas às influências exógenas, que impõem sobre esses espaços arranjos organizacionais, e que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Como objeto e sujeito da economia globalizada, é um espaço que nada mais tem de autônomo ou independente do restante do mundo, com o qual interage permanentemente para a renovação tecnológica, para a complementação da produção e, lógico, para a acumulação ampliada do capital do agronegócio (ELIAS, 2013). Dessa forma, torna-se importante reconhecer a existência de especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano nesses municípios.

A partir dessa discussão, quando olhamos para os indicadores de urbanização de Lucas do Rio Verde, nota-se que o município apresentou acelerada urbanização desde sua fundação. Uma vez que seu Grau de Urbanização passou de 67,7% em 1991, para 83,6% em 2000, sendo considerado em 2010 como 93,2% urbanizado -, mais urbanizado do que a média da microrregião de Alto Teles Pires (83,5%) e do estado do Mato Grosso (81,8%).

Assim, a modernização conservadora da agricultura, observada no país, tem uma capacidade tão ampla de (re) criar as relações, que ela incide também no que se considera como urbano. Lucas do Rio Verde, mesmo inserido no agronegócio, é um município (agro) industrial e, como tal, é bastante urbanizado.

Ao organizar o urbano de forma funcional ao espaço agrícola, não é difícil, portanto, encontrarmos em Lucas do Rio Verde imagens que mesclam o urbano e o rural. Por exemplo, existem várias placas sinalizando nomes de fazendas nos bairros urbanos, porque essas são

administradas por empresas familiares localizadas na cidade. Ou mesmo a imagem exposta pela Figura 12: silos de armazenamento de grãos na importante e comprida Avenida Amazonas, a qual compõe a área urbana do município.

**Figura 12:** Silos de armazenamento de grãos na avenida Amazonas.



Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO, Galeria de imagens<sup>108</sup>.

O Grau de Urbanização de 93,2% em Lucas do Rio Verde é amparado por indicadores urbanos que se comparam aos das melhores cidades do Sul e Sudeste do país (quando não são ainda melhores), em questão de qualidade e universalidade da infraestrutura pública. No que se refere ao destino do lixo apresentado na Tabela 16, Lucas tem mais de 92,7% da população total atendida por serviço de coleta de lixo. Se considerarmos apenas os domicílios situados no urbano, esse número sobe para 98,1%. Os resultados da condição total e da urbana, referentes ao contexto de Lucas, são maiores do que os resultados para sua microrregião, Alto Teles Pires (83,7% e 95,8%, respectivamente), e para o estado (78,8% e 92,8%).

---

<sup>108</sup> Folha 25/12/2016. Garoto anda de bicicleta pela Avenida Amazonas, em Lucas do Rio Verde. Ao fundo silos de armazenamento de grãos. Disponível em: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/7777-lucas-do-rio-verde>. Acessado: 26/12/2016.

**Tabela 16:** Destino do lixo, segundo localidade, por situação do domicílio, em 2010.

Destino do Lixo						
Total						
Destino do Lixo/Localidade	Lucas do Rio Verde	%	Alto Teles Pires	%	Mato Grosso	%
<b>Coletado</b>	12.912	93,8	49.097	86,5	756.245	82,6
<b>Coletado por serviço de limpeza</b>	12.765	92,7	47.493	83,7	721.008	78,8
<b>Coletado em caçamba de serviço de limpeza</b>	147	1,1	1.604	2,8	35.237	3,9
<b>Queimado (na propriedade)</b>	342	2,5	3.935	6,9	113.486	12,4
<b>Enterrado (na propriedade)</b>	267	1,9	2.743	4,8	26.515	2,9
<b>Jogado em terreno baldio ou logradouro</b>	2	0,0	166	0,3	8.496	0,9
<b>Jogado em rio, lago ou mar</b>	2	0,0	5	0,0	205	0,0
<b>Total</b>	13.769	100	56.764	100	915.089	100
Urbano						
Destino do Lixo/Localidade	Lucas do Rio Verde	%	Alto Teles Pires	%	Mato Grosso	%
<b>Coletado</b>	12.779	98,9	46.933	98,3	732.125	97,0
<b>Coletado por serviço de limpeza</b>	12.671	98,1	45.736	95,8	700.885	92,8
<b>Coletado em caçamba de serviço de limpeza</b>	108	0,8	1.197	2,5	31.240	4,1
<b>Queimado (na propriedade)</b>	81	0,6	499	1,0	15.383	2,0
<b>Enterrado (na propriedade)</b>	53	0,4	184	0,4	2.490	0,3
<b>Jogado em terreno baldio ou logradouro</b>	0	0,0	24	0,1	2.700	0,4
<b>Jogado em rio, lago ou mar</b>	2	0,0	2	0,0	126	0,0
<b>Total</b>	12.921	100	47.726	100,0	755.026	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A forma de abastecimento de água segue o mesmo princípio, mais de 91% da população total possui abastecimento por rede geral, e mais 97% da população urbana. No urbano, raros os casos de abastecimento que não seja por rede geral ou poço na propriedade. Na realidade são apenas 5 casos dos 12.921 (Tabela 17).

**Tabela 17:** Forma de abastecimento de água, por localidade, e situação do domicílio em 2010.

Forma de abastecimento de água						
Total						
	Lucas do Rio Verde	%	Alto Teles Pires	%	Mato Grosso	%
<b>Rede geral</b>	12.567	91,3	47.407	83,5	682.805	74,6
<b>Poço ou nascente na propriedade</b>	1.148	8,3	8.179	14,4	191.321	20,9
<b>Poço ou nascente fora da propriedade</b>	37	0,3	601	1,1	24.206	2,6
<b>Carro-pipa ou água da chuva</b>	2	0,0	15	0,0	2.307	0,3
<b>Rio, açude, lago ou igarapé</b>	12	0,1	493	0,9	9.735	1,1
<b>Outra</b>	3	0,0	69	0,1	4.715	0,5
<b>Total</b>	13.769	100	56.764	100	915.089	100
Urbano						
	Lucas do Rio Verde	%	Alto Teles Pires	%	Mato Grosso	%
<b>Rede geral</b>	12.561	97,2	45.837	96,0	663.139	87,8
<b>Poço ou nascente na propriedade</b>	340	2,6	1.583	3,3	79.456	10,5
<b>Poço ou nascente fora da propriedade</b>	15	0,1	253	0,5	8.091	1,1
<b>Carro-pipa ou água da chuva</b>	2	0,0	3	0,0	1.695	0,2
<b>Rio, açude, lago ou igarapé</b>	2	0,0	19	0,0	540	0,1
<b>Outra</b>	1	0,0	31	0,1	2.105	0,3
<b>Total</b>	12.921	100	47.726	100	755.026	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Já o esgotamento sanitário não espelha as situações anteriores. O estado do Mato Grosso, como se pode comprovar através da Tabela 18, não possui um sistema amplo e universal de esgotamento sanitário. Pois o resultado para a categoria “total” contempla apenas 19,4% da população, e para a categoria “urbana” um pouco mais: apenas 23,4% dos domicílios. Essa situação se relaciona à ocupação no estado do Mato Grosso que aconteceu de forma caótica e desassistida no referente à infraestrutura sanitária.

Em Lucas do Rio Verde mesmo que no urbano apenas 23,3% da população seja atendida pelo sistema de esgoto em 2010, não significa que vemos esgoto a céu aberto ou em condições precárias. Trata-se de fossas sépticas bem acompanhadas. Inclusive, em pesquisa de campo realizada em julho de 2015 no município, o atual coordenador do SAAE assinalou que até o fim de 2017 se completará a universalização do atendimento do esgotamento sanitário, uma vez que as obras tiveram início em 2015. Em julho daquele ano o saneamento atendia o Centro e parte do bairro Menino Deus.

**Tabela 18:** Tipo de esgotamento sanitário, por localidade, e situação do domicílio, em 2010.

<b>Tipo de Esgotamento Sanitário</b>						
<b>Total</b>						
	<b>Lucas do Rio Verde</b>	<b>%</b>	<b>Alto Teles Pires</b>	<b>%</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>%</b>
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	3.006	21,8	3.576	6,3	177.689	19,4
<b>Fossa séptica</b>	3.518	25,6	10.048	17,7	151.101	16,5
<b>Fossa rudimentar</b>	7.222	52,5	42.782	75,4	556.313	60,8
<b>Vala</b>	2	0,0	50	0,1	6.010	0,7
<b>Rio, lago ou mar</b>	1	0,0	8	0,0	4.611	0,5
<b>Outro tipo</b>	8	0,1	143	0,3	6.763	0,7
<b>Não tinham</b>	12	0,1	157	0,3	12.602	1,4
<b>Total</b>	13.769	100	56.764	100	915.089	100
<b>Urbano</b>						
	<b>Lucas do Rio Verde</b>	<b>%</b>	<b>Alto Teles Pires</b>	<b>%</b>	<b>Mato Grosso</b>	<b>%</b>
<b>Rede geral de esgoto ou pluvial</b>	3.006	23,3	3.553	7,4	176.444	23,4
<b>Fossa séptica</b>	3.429	26,5	9.645	20,2	137.139	18,2
<b>Fossa rudimentar</b>	6.469	50,1	34.396	72,1	429.179	56,8
<b>Vala</b>	2	0,0	18	0,0	2.812	0,4
<b>Rio, lago ou mar</b>	1	0,0	2	0,0	4.335	0,6
<b>Outro tipo</b>	4	0,0	40	0,1	2.471	0,3
<b>Não tinham</b>	10	0,1	72	0,2	2.646	0,4
<b>Total</b>	12.921	100	47.726	100	755.026	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Poderia ser apontado que um complicador na elaboração de políticas para a universalização do atendimento de infraestrutura urbana é o acentuado crescimento populacional no município, que também repercute em aumento do número de domicílios no núcleo urbano. Contudo, por exemplo, os novos loteamentos só podem ser liberados pela

prefeitura ao possuir esgotamento sanitário, estando, portanto, assistidos quanto a esse tipo de infraestrutura, enquanto os bairros mais antigos, construídos antes do aumento populacional intenso (2000-2010), não possuem saneamento. Dessa forma, o crescimento populacional, mesmo em torno de 10%, não parece ser o responsável pelos problemas infraestruturais.

No Capítulo 2 foi exposto que o município apresentava déficit habitacional em torno de 15% do total de domicílios. Mas que não se denotava um problema de falta de residências em Lucas do Rio Verde, porque a questão não era o crescimento do número de domicílios muito aquém ao crescimento populacional, e sim que a destinação de grande parte das moradias era para aluguel (45% dos domicílios), repercutindo nesse alto déficit.

Na pesquisa de campo que realizamos em Lucas em 2015, na qual (re) entrevistamos 500 domicílios, foi possível observar que 49% das famílias que residiam nos domicílios entrevistados em 2015 não eram as mesmas de 2009, 3,2% dos domicílios estavam desocupados ou vazios, e 14,7% tinham outro uso (tornaram-se ruínas, espaço público, comércio). Ou seja, evidencia-se ainda uma grande rotatividade nas casas, quase 70% dos moradores das residências em 2009 não moram mais na mesma casa seis anos depois.

Essa situação se relaciona com a acentuada proporção de domicílios de aluguel, como também serve de indicador para a existência de um alto custo de vida na cidade. O qual consiste numa reclamação de 12,7% dos entrevistados na pesquisa de campo, que apontaram o custo de vida como principal problema de Lucas do Rio Verde (CAMARGO; CRAICE; FURTADO, 2016).

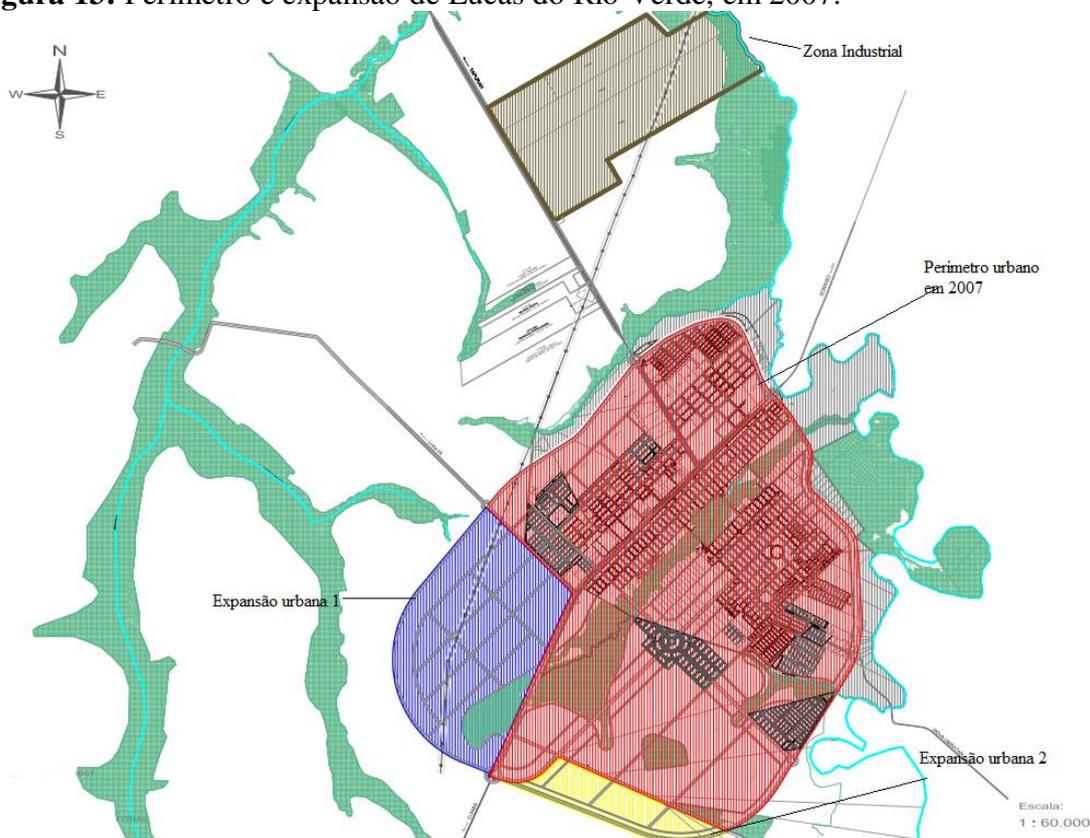
Maricato (2015) chama atenção nesse sentido para o espraiamento urbano, que acontece nas cidades brasileiras em vista do aumento ou da manutenção de um alto preço do aluguel, que expulsa a população da cidade, fazendo-as ir para locais nos arredores dos núcleos urbanos, onde o preço da terra é menor, expandindo-o. Porém, o espraiamento urbano acontece de forma controlada pela prefeitura em Lucas. Ou seja, o poder público local só libera um novo loteamento se esse possuir asfalto, calçadas, placas de sinalização e com os nomes das ruas, bueiros com grades, etc. Além disso, assim que se mostra possível à organização de um assentamento, nova ocupação, ou algo próximo a isso, os agentes públicos tomam controle da situação, mesmo que tal movimento ocorra através de reorganização coercitiva da população no território.

A expansão de Lucas do Rio Verde não se faz de forma aleatória, carente de planejamento e infraestrutura. Os novos bairros são organizados de tal modo a oferecer serviços básicos, atendimento a saúde e educação a seus novos moradores. A estruturada expansão da cidade, assim como outras iniciativas do poder público municipal no sentido de gerar infraestruturas, organizar a produção e promover a

qualidade de vida no município um diferencial de LRV: expressa preocupação com desenvolvimento sustentável, responsável, e com seus indicadores (D'ANTONA, DAL GALLO, 2012, p. 114-115).

Contudo, sendo a expansão da cidade controlada, a população empobrecida, que dificilmente pode arcar com os altos preços do aluguel ou da compra/construção de imóvel, mantém altos índices de rotatividade nas casas de aluguel. Ao mesmo tempo em que o núcleo urbano do município está cheio de lotes vazios, espaços em que os donos estão esperando ainda uma maior valorização do preço da terra antes de vendê-los.

**Figura 13:** Perímetro e expansão de Lucas do Rio Verde, em 2007.



**Fonte:** PREFEITURA DE LUCAS DO RIO VERDE, Plano Diretor de 2007. Adequação da autora.

Como podemos observar na Figura 13, o município apresenta duas áreas de expansão do núcleo urbano (indicado em azul e em amarelo), consideradas no Plano Diretor de 2007. Fora essas áreas há pouco espaço para o aumento do perímetro em consequência das plantações e das configurações naturais do território (mata nativa/plantada e o Rio Verde).

Tendo em vista essa situação é esperado que as configurações espaciais do núcleo urbano mudem, sobretudo, no que se refere à verticalização do território. O que já vem

acontecendo, uma vez que a Tabela 20 demonstra que Lucas está apresentando cada vez um maior número de apartamentos, o qual possui uma proporção relativa (3,7%) maior do que a apresentada pela microrregião (1,4%), e praticamente a mesma da média para o estado (3,8%). Em 2005 só existia um prédio com 3 andares ou mais em seu núcleo urbano, agora a construção de apartamentos tem sido cada vez mais comum.

Também notamos com a Tabela 19 que a proporção relativa de casas em condomínio tem uma maior diferença entre Lucas e sua microrregião e o estado, com maior proporção relativa no primeiro. Inclusive, destaca-se que nessa configuração entra os bairros referentes ao projeto social federal de moradia “Minha Casa, Minha Vida” e o bairro Tessele Jr<sup>109</sup>. Situação similar foi observada para Matão/SP por Baeninger e Pereira (2016), “cidade do agronegócio” citrícola do estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo, tal categoria “casa em condomínio” também entrará futuramente o primeiro condomínio de luxo que está sendo construído em Lucas do Rio Verde (Figura 14).

**Tabela 19:** Tipo de domicílio, segundo localidade, em 2010.

Tipo/Localidade	Tipo de Domicílio					
	Lucas do Rio Verde	%	Alto Teles Pires	%	Mato Grosso	%
<b>Casa</b>	12.613	91,6	53.430	94,1	853.239	93,2
<b>Casa de vila ou em condomínio</b>	389	2,8	800	1,4	16.075	1,8
<b>Apartamento</b>	508	3,7	1.716	3,0	35.018	3,8
<b>Habitação em casa de cômodos/cortiço</b>	259	1,9	777	1,4	8.125	0,9
<b>Total</b>	13.769		56.764		915.089	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como Maricato (2015) propõe, a cidade e tudo o que está nela é mercadoria; e seus valores são diferenciados levando em consideração seus usos, a quem se destina, a localização e à infraestrutura. Ou seja, a diversidade do uso em diferentes localizações faz com que o espaço seja superado pelos seus atributos criando diversos tipos de “renda” (MARX, 2015). Por isso, para Harvey (1980), a localização de determinada parcela do solo permite uma série de vantagens, segundo suas funções de uso (residencial, comercial, industrial), podendo aumentar ou abaixar os custos.

A Figura 14 estampa uma foto da construção do loteamento fechado de luxo próximo à área da atual prefeitura, chamado de Residencial Reserva da Mata. De acordo com Maricato (2011), a estruturação do urbano obedece à lógica de localização das camadas de mais alta renda. Que prefere estar próxima aos locais com boa acessibilidade a lojas e entretenimento,

<sup>109</sup> Bairro Luiz Carlos Tessele Júnior surgiu a partir de uma parceria entre a BRF, o banco Concórdia e a prefeitura municipal. Abriga as famílias dos trabalhadores migrantes que atuam na fábrica, mediante pagamento de aluguel à BRF. Mais informações ver Camargo (2014).

ocasionando certas desigualdades espaciais. Já que junto da “escolha” de localização da alta renda se deslocam os serviços urbanos, e os comércios. Surgem, então, subcentros especializados em serviços destinados a essas classes.

Em Lucas do Rio Verde, vemos a seguinte situação: a prefeitura se afastou do Centro antigo, abrindo espaço e construindo um segundo local central, nesse local há várias galerias, e lotes vazios servindo à especulação imobiliária. E também é nesse local onde se forma o primeiro condomínio fechado do município.

**Figura 14:** Foto da entrada com o outdoor da construção do Condomínio Reserva da Mata.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde.

Pode-se dividir Lucas do Rio Verde em duas áreas: a primeira compreende o núcleo de fundação da cidade. Engloba o Centro Antigo e os primeiros bairros, como o bairro Pioneiro e Menino Deus. Nessa área é comum ver a identidade sulista por toda parte, como propõe Rocha (2008): é no chimarrão na frente das casas; na configuração do trabalho familiar nos estabelecimentos comerciais e agrícolas; na música típica do sul do país tocando nas rádios; nas placas de carros; nos nomes dos estabelecimentos comerciais (como Restaurante Paraná), e nos nomes das ruas (Rua Pato Branco, Avenida Rio Grande do Sul, etc). Inclusive, nota-se notícias relacionadas ao Sul do país televisionadas, com as propagandas sobre os vestibulares dessa região.

Rocha (2008) também propõe que se localiza nesta área a maior parte dos estabelecimentos comerciais e residências de famílias de classe média e alta que moram na cidade desde o início da colonização. Mesmo as famílias que migraram recentemente e

residem nestes bairros ressaltam em seus discursos o fato de pertencerem a uma rede<sup>110</sup> migratória e social que as ligam com os “pioneiros”.

Nessa área da cidade ainda está localizada a Praça do Migrante, - na qual acontece grande parte dos eventos da cidade -, os pubs e bares de alto padrão, o primeiro Banco do Brasil de Lucas, o primeiro jornal, etc.

Já a “Cidade Nova”, o segundo espaço encontrado é heterogêneo (ROCHA, 2008). Composto por bairros como Rio Verde, Jardim Primavera, Jardim das Palmeiras, Alvorada, Tessele Jr (Figura 15). Ao mesmo tempo em que o espaço engloba a nova área onde se localiza a prefeitura, lugar de alto padrão, também contempla loteamentos da classe menos abastada, como os advindos do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”.

Nesse espaço também notamos signos de culturas e regionalismos diferentes, tanto na música tecnobrega tocando nos estabelecimentos, nas redes nas frentes das casas, nos bares com as pessoas dançando arrasta-pé, etc.

**Figura 15:** Casas no bairro Tessele Jr., Bairro da BRF.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde.

Cabe ainda destacar que grande parte das casas tem aspecto geométrico (Figura 16), com formato arquitetônico parecido: ora com muros espelhados e linhas retas, ora com portas ou portões de madeira e janelas no formato de círculo: “Parece saltar aos olhos do observador a arquitetura moderna e planejada da cidade, desenhada detalhadamente como se fizessem

<sup>110</sup> As migrações podem sintetizar as redes sociais estabelecidas entre as pessoas e instituições, expressas nos caminhos preferenciais desenhados pela estrutura de fluxos (MATOS; BRAGA, 2005).

parte de uma cenografia. Até mesmo os carros que transitam pelas ruas parecem ter saído de uma concessionária naquele exato momento” (ROCHA, 2008, p. 03).

**Figura 16:** Domicílios localizados próximo à área central de Lucas do Rio Verde.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde.

Inclusive as casas recém-construídas nos bairros de classe média, são todas muito parecidas, como se integrassem um imenso condomínio. Na Figura 17 vemos casas em construção na parte nova da cidade, apesar de não serem casas de condomínios fechados ou de projetos sociais, são todas iguais. Rocha (2008) apontou que o que mais diferencia as casas são as cores, porque a similitude nos formatos espanta.

**Figura 17:** Residências em construção em Lucas do Rio Verde.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde.

Nota-se também que as casas que não acompanham o padrão do bairro são demolidas. Em entrevista qualitativa, a moradora da casa vizinha à residência de madeira (Figura 18) nos contou que a prefeitura aplica multas aos domicílios que em 3 anos não transformam sua casa

de madeira em alvenaria e, que, portanto, não entra no padrão estipulado pela prefeitura. Aparentemente há um padrão que deve ser seguido no núcleo urbano, independente do tempo de existência da residência ou das condições socioeconômicas das pessoas.

Volochko (2013, p. 30) nota a mesma questão em seu trabalho: “Com isso, impõe-se um visual e uma estética urbana elitizada - uma representação do espaço, diríamos - que se realiza como estratégia de valorização, e ao impor o tempo para a construção realiza uma espécie de monopólio da especulação imobiliária”.

**Figura 18:** Contraste entre prédio e casa de madeira no Centro de Lucas do Rio Verde.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: “follow-up” de Lucas do Rio Verde.

Destaca-se também que as ruas da cidade são amplas e asfaltadas, facilitando a passagem de grandes caminhões (Figura 19). O núcleo urbano é limpo, mesmo que só vejamos cestos de lixo nas praças. Há sempre trabalhadores da prefeitura aparando as árvores, regando as plantas, pintando as faixas de pedestres e sinalização. Mas quanto mais próximo ao centro novo ou antigo, mais recorrente é a manutenção.

**Figura 19:** Ruas amplas e asfaltadas em Lucas do Rio Verde.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde.

Contudo, o município já começa a dar indícios de dificuldades para conceder aos moradores as instalações necessárias. Um exemplo disso é o caso da ocupação irregular que foi organizada há alguns anos, próxima às margens do Rio Verde (MACÁRIO, 2009, *apud* D’ANTONA; GALLO, 2012). Essa primeira situação foi resolvida, e os moradores foram retirados da área imprópria, que no período de cheia do rio alagava -, segundo afirmou em entrevista, o coordenador de projetos de habitação da Secretaria Municipal de Cidadania e Habitação.

Nesse sentido, realça-se na Figura 20 que para suprir o déficit habitacional que leva a situações como à relatada, a prefeitura junto do governo federal colocou em prática o programa “Minha Casa, Minha Vida” para assistir a população de baixa renda.

Mas os residenciais construídos foram alocados na área periférica do município, afastados do núcleo urbano, com pouca diversidade de consumo. O mesmo acontece para o bairro dos trabalhadores da BRF (Tessele Jr.).

**Figura 20:** Imagem de satélite de Lucas do Rio Verde, localização da nova prefeitura, do bairro Tessele Jr., e dos loteamentos do projeto federal “Minha Casa, Minha Vida”.



**Fonte:** CARMO *et al*, banco de imagens projeto “Urbanização e processo de ocupação do Cerrado: *“follow-up”* de Lucas do Rio Verde.

Novamente Volockhko (2013) traz uma afirmação pertinente que demonstra a situação de Lucas do Rio Verde:

A aparência de desenvolvimento social se mascara num crescimento econômico que se materializa no crescimento urbano dessas cidades, que é orientado e controlado pelo setor imobiliário privado que, juntamente com o poder político, estabelece a segregação urbana dos trabalhadores (do campo e da cidade) como norma. Mas, o que parece fundamental é que essas cidades possuem a potência de uma homogeneidade espacial que pode atuar nos processos de segregação dos moradores migrantes empobrecidos nessas cidades ou em outros espaços (VOLOCHKO, 2013, p. 32).

Mostrando-nos que mesmo com a presença de uma prefeitura atuante, a expansão urbana necessita de um olhar permanente, que principalmente se preocupe em não excluir, para que nenhum morador perca a qualidade de vida ou seu direito à cidade, independente da sua condição social.

Portanto, é inegável que Lucas do Rio Verde é exemplar para demonstrar a interação entre o urbano e o rural nas “cidades do agronegócio”. E que a qualidade da infraestrutura do município demonstra uma prefeitura atuante, que estrutura a expansão populacional e urbana. De forma que Lucas não apresenta favelização, e todos os bairros são atendidos por escolas, postos de saúde, e praças. Cabe apontar que isso é um diferencial em comparação a outras “cidades do agronegócio” do Brasil, até mesmo do Mato Grosso. Uma vez que, nesse aspecto, Lucas do Rio Verde supera Sorriso, Rondonópolis e Primavera do Leste.

A questão que se apresenta é a grande quantidade de domicílios de aluguel, a alta rotatividade nas casas de aluguel, e o caro custo de vida no município. Ademais, a

desigualdade socioespacial no município começa a ser notada também através do afastamento dos bairros da BRF e do projeto “Minha Casa, Minha Vida”, e o status negativo dos migrantes de baixa renda. É importante que a prefeitura ofereça suporte institucional aos residentes, para que não se desenvolva o aprofundamento das desigualdades socioespaciais que Denise Elias e Pequeno (2007) percebem em outras “cidades do agronegócio” do país.

### 3.4. Dinâmica populacional: a relação entre migração e trabalho em Lucas do Rio Verde

Nesse último tópico da dissertação, vamos investigar qual a relação entre as transformações produtivas da década de 2000 e 2010 e a migração no município. Portanto, assinala-se que a chegada da agroindústria em Lucas do Rio Verde implicou em mudanças na dinâmica demográfica do município. Desconsi (2011), tratando do processo de ocupação da microrregião Alto Teles Pires na qual Lucas do Rio Verde está inserido, entende que as trajetórias migratórias relacionadas aos municípios que margeiam a BR-163 estão atreladas às atividades agropecuárias e/ou agroindustriais.

Os dados de População Residente e de Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População (Tabela 20) demonstram que a tendência à urbanização do município não foge à experiência discutida sobre os outros níveis territoriais nos quais esse está inserido, e nem as concepções de Denise Elias sobre uma “cidade do agronegócio”. Nota-se que Lucas do Rio Verde segue o mesmo caminho da região e do Mato Grosso, no que se refere à expansão do que se considera como urbano. Mas no nível local há potencialização do fenômeno, em razão do menor período em que o crescimento da população urbana acontece.

**Tabela 20:** População Residente e Taxa Geométrica Anual de Crescimento da População, segundo condição do domicílio, em 1991, 2000 e 2010.

Localidade	População Residente e Crescimento Anual														
	Total					Urbana					Rural				
	1991	%	2000	%	2010	1991	%	2000	%	2010	1991	%	2000	%	2010
Lucas do Rio Verde	6.693		19.316	8,96	45.556	4.332	15,74	16.145	10,15	42.455	2.361	2,99	3.171	-0,22	3.101
Alto Teles Pires	50.839	8,04	101.937	6,49	191.228	29.822	10,93	75.834	7,74	159.856	21.017	2,19	26.103	1,86	31.372
Mato Grosso	2.027.231	2,38	2.505.245	1,94	3.035.122	1.485.110	3,29	1.988.183	2,25	2.483.055	542.121	-0,47	517.061	0,66	552.067

Fonte: IBGE, Censos Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Na Tabela 21 evidencia-se que Lucas do Rio Verde apresenta um intenso aumento populacional em números absolutos entre 2000 e 2010 (26.240 novos residentes), por mais

que o município demonstre maior incremento populacional em termos percentuais entre 1991 e 2000 (12,5%, mas em termos absolutos são 12.623 moradores). Pode-se inferir que essa situação decorra do fato de que na década de 1990, a economia municipal se baseava na produção de grãos, que não é tão atrativa para a migração (CAMARGO, 2014). A inovação materializada na forma de técnica na produção de grãos é responsável por alterações nas características da força de trabalho, pois a revolução tecnológica cria riqueza, mas não cria emprego (BERNARDES, 2011). Já na década de 2000, a economia está alicerçada na agroindústria, que é altamente demandante de mão de obra, concedendo um impulso migratório mais robusto em termos absolutos (CAMARGO, 2014).

Como exposto no Capítulo 2, esse aumento demográfico se concentra na área urbana do município. Entre 1991 e 2000, o crescimento da população urbana é de 15,7% a.a., e entre 2000 e 2010 é de 10,1% a.a.; em detrimento do contingente rural, que entre 2000 e 2010, demonstra até mesmo decréscimo/crescimento negativo (-0,22%). Silva (1999) explica que os espaços exclusivamente rurais têm predomínio de propriedades privadas, o que não confere condições para crescimento populacional.

Considerando que uma população só muda seu volume através de impactos no crescimento vegetativo (nascimentos e óbitos) ou através da migração (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994), vamos investigar a seguir qual a dimensão da migração na dinâmica de Lucas do Rio Verde.

A teoria que vamos utilizar para refletir sobre o conceito de “Migração” foi construída com base no materialismo histórico<sup>111</sup>, e a percebe enquanto uma relação ou um processo (BRITO, 2009). Ou seja, não entendemos a migração exclusivamente enquanto uma escolha oriunda da racionalidade do indivíduo. Considera-se que existe uma escolha pessoal, mas, sobretudo, há um contexto histórico e socioeconômico que direciona os fluxos.

De acordo com Paul Singer (1980), as migrações são historicamente determinadas segundo o momento de desenvolvimento da industrialização. Portanto, o progresso técnico leva uma racionalidade econômica relacionada à industrialização capitalista, reorganizando conseqüentemente a espacialmente as atividades econômicas, o que torna as migrações internas necessárias.

Logo, os migrantes são uma classe em movimento; e também são fundamentais ao desenvolvimento do capitalismo (SINGER, 1980). No caso brasileiro, Singer (1980) entende que enquanto país em desenvolvimento, os desequilíbrios regionais se intensificam com o

---

<sup>111</sup> O materialismo histórico é uma abordagem metodológica das ciências sociais, que acredita que uma sociedade só pode ser estuda a luz de seu contexto histórico.

próprio processo de industrialização. O autor ainda argumenta que existe uma diferença entre a emigração proveniente de *regiões rurais estagnadas*, e de *regiões rurais nas quais se introduziu relações capitalistas*, através do progresso técnico. Acerca dessas últimas, o desemprego tecnológico gera um excedente de mão de obra que migra para as cidades, aumentando a produtividade e a qualidade de vida dos que ficam. Já a imigração provinda das *regiões estagnadas* tem um efeito depressivo sobre a economia urbana, pois não gera aumento da demanda dos seus produtos. Isso porque, geralmente, os imigrantes são absorvidos pelo setor serviços, principalmente os serviços domésticos, que é inexpressivo para a economia capitalista do ponto de vista da geração de valor (SINGER, 1980).

Mas no que se refere à migração nas cidades que possuem sua economia alicerçada em *commodities* agrícolas, dentro da concepção de Singer não temos a dimensão territorial na construção do entendimento dos fluxos migratórios e dos novos arranjos no espaço social. Até porque essa não era a preocupação no momento em que o autor elabora seus conceitos migratórios. Todavia, é uma questão mais recente, e um dos nossos objetivos da dissertação. O qual consiste em relacionar migração ao trabalho em uma “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2008), que tem no agronegócio globalizado seu centro econômico.

Assim, entendemos que a reconfiguração territorial aliada à modernização da agricultura e à agroindustrialização da produção, repercutiu na organização dos fluxos populacionais no município de Lucas do Rio Verde.

Esse processo de expansão do que é considerado como urbano e de crescimento da população residente na categoria, em suas diferentes fases econômicas, está fortemente atrelado à distribuição espacial das atividades econômicas no país ao longo do tempo (SANTOS, 2000). A cada mudança na sua estrutura produtiva, a morfologia da cidade e dos fluxos migratórios sofre alterações. Contudo, essas mudanças não são consequência apenas da experiência local ou regional, existe um entrelaçamento de dimensões e de centros de poder.

Por isso que, partindo da mesma percepção de Pereira (2015) sobre o setor citrícola no interior paulista, para pensar a migração em Lucas, nota-se que a teoria de Singer responde somente a uma parte da nossa problemática. Existe a necessidade de se pensar além da dimensão local e regional ou da relação campo-cidade, uma vez que a produção e comercialização de *commodities* pressupõem relações urbanas e dimensões nacionais e internacionais.

Assim, a compreensão do espaço urbano em sintonia as transformações no espaço rural, tangencia, por conseguinte, a constituição das Cidades do Agronegócio alicerçadas nos grandes complexos agroindustriais gestados desde os primórdios da

modernização agrícola brasileira, e tanto redimensionam quanto redirecionam os fluxos migratórios envolvidos na nova divisão social do trabalho anunciada a partir das especializações produtivas embasadas na exportação de commodities agrícolas (PEREIRA, 2015, p. 55).

Nesse sentido, complementamos as nossas percepções teóricas sobre migração com as formulações de Baeninger (2012), a qual traz para o estudo dos processos migratórios nos anos 2000 um olhar para fora das fronteiras nacionais. Ou seja, o que é entendido sobre migração interna no Brasil até os anos 1970, com os tipos e características dos movimentos migratórios relacionados a etapas da economia, já não abarca a complexidade da totalidade social do mundo no século 21. Atualmente nota-se a existência de uma defasagem entre os processos econômicos e os migratórios, pois se tem maior complexidade do fenômeno migratório, em especial no que se refere à relação migração e industrialização (BAENINGER, 2012).

Segundo Baeninger (2012), a dinâmica econômica do local/nacional se estabelece como o pano de fundo das migrações, mas não é sua única determinante: “A diversidade de situações migratórias locais, regionais, estaduais recodifica a complexidade do fenômeno, não sendo possível nos pautarmos apenas no dinamismo econômico das áreas” (BAENINGER, 2012, p. 03). A inserção do Brasil no cenário da economia internacional, com destaque para os anos 2000, e reitera-se aqui a importância das *commodities*, aponta como propõe Baeninger (2012), para especificidades nas complementaridades regionais via migração no país. De forma que os movimentos migratórios internos refletem a nova ordem econômica internacional.

A autora ainda continua essa linha de raciocínio dizendo que os rearranjos nas funções urbanas das cidades, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população, tornam-se fundamentais para o fortalecimento de economias regionais que se articulam em diferentes níveis escalares. Outrossim, a nova fase da acumulação capitalista pressupõe também uma intensa mobilidade do capital e da força de trabalho (SASSEN, 1988; BAENINGER, 2012).

Á medida em que as localidades se inserem na lógica global, as migrações tenderão a ser mais “fluidas”, correspondendo à mesma velocidade da mobilidade do capital na contemporaneidade, com a consequente redefinição no papel da migração no desenvolvimento e constituição do mercado de trabalho no país (BAENINGER, 2012, p. 09).

A concepção de Baeninger pode ser observada na situação de Lucas do Rio Verde, através das transformações no perfil, no volume e na origem dos fluxos migratórios entre 1991<sup>112</sup> e 2010, a partir da intensificação dos fluxos de capitais do agronegócio. A metodologia através da qual se considerou o que era migrante na obtenção quantitativa pelos Censos Demográficos foi o quesito migração na “data-fixa”<sup>113</sup>, concernente àquele cidadão que não residia no município cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico.

Através das pirâmides etárias na Figura 21, observa-se que em 1991, a categoria não migrante é composta em maior proporção (em torno de 28%) por crianças menores de 4 anos, que em Lucas nasceram entre 1986 e 1991. Também é possível perceber que a migração tem caráter particularmente familiar em 1991, o mesmo observado por Cunha (2002a), para a microrregião de Alto Teles Pires em 1991.

Sendo distribuída nos grupos quinquenais que compõem a idade economicamente ativa, e com uma significativa presença de crianças e adolescentes (mas com pequena ou inexistente proporção de idosos). Ainda se identifica a existência de uma proporção relativa um pouco maior de homens do que de mulheres -, essa situação se repete nos três períodos.

No que se refere ao Censo Demográfico de 2000, que corresponde à presença ou não das pessoas em 1995 no município, período no qual a economia de Lucas se baseava especialmente na produção de grãos. A pirâmide dos migrantes já ganha um formato mais seletivo, com concentração nos grupos de entrada na idade economicamente ativa: especialmente entre 20-24 e 25-29 anos.

Na pirâmide de residentes já temos uma construção menos piramidal, indicando uma população jovem, mas em processo de envelhecimento. Que possui baixas taxas de natalidade, uma vez que a base da pirâmide é menos larga. Além disso, também vemos uma linha mais contínua entre as idades quinquenais.

Entre 2005 e 2010 - lembrando que a agroindustrialização se firmou no município no período - chama atenção na pirâmide etária dos migrantes a intensificação da seletividade apresentada na idade. Pois se torna pronunciada a maior proporção de migrantes de 20 a 24 e 25 a 29 anos, a ponto de tal configuração interferir na pirâmide etária da população residente.

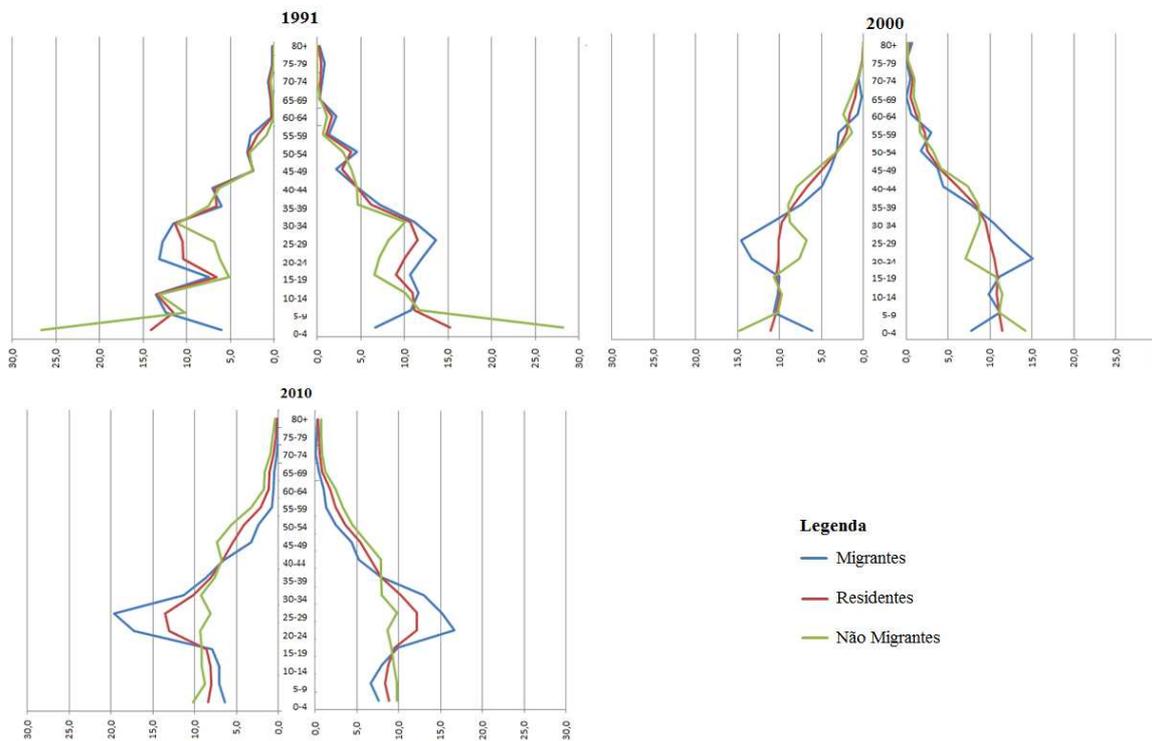
Essa seletividade migratória de 2010 não é novidade. Nota-se que, como Cunha (2006) mostra para o Mato Grosso em 2000, quando a migração típica de “fronteira” vai se esgotando, a distribuição etária dos migrantes já mostrava uma maior seletividade com relação à população “não-migrante”, em especial nas idades entre 20 a 35 anos.

---

<sup>112</sup> Utilizamos os Censos de 1991, 2000, e 2010, uma vez que o município só foi fundado em 1982.

<sup>113</sup> Ver Cunha (2012).

**Figura 21:** Pirâmides etárias de migrantes, não migrantes e residentes em Lucas do Rio Verde, 1991, 2000 e 2010.



**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

Para entendermos o fenômeno da “seletividade migratória” é necessário perceber que os migrantes não são elementos aleatórios em uma população, eles possuem características definidas que são interessantes ao seu lugar de destino (CAMPOS, 2013). É nesse sentido que Lee (1980) elabora o conceito de “seletividade migratória”. De acordo com o autor, os fluxos de migração tendem a ocorrer segundo correntes bem definidas, com destinos específicos. Cada corrente migratória gera uma contracorrente, e os fatores que determinam o deslocamento se alteram com o tempo. Mas quando os “obstáculos intervenientes”<sup>114</sup> são mais difíceis de transpor, as correntes migratórias tendem a ser baixas, e as características dos migrantes são mais seletivas.

Isto é, pelos efeitos de atração ou expulsão migratória, os migrantes possuem características que lhes convém o deslocamento no território. Lee (1980) ainda supõe existir migrantes de alta e de baixa qualidade, indicando a inserção na sociedade de destino. A seleção positiva é realizada por migrantes de “alta qualidade”, e vice-versa. Nesse sentido, é possível entender, a partir de Silva (2012), que a seletividade migratória é socialmente construída, a partir de habilidades e de características psicossociais.

<sup>114</sup> Qualquer obstáculo: grande distância, alto preço da passagem, dificuldade em conseguir o visto de entrada no país de destino, e etc.

As principais variáveis pelas quais a seletividade migratória tradicionalmente se expressa são as duas que nos chamam atenção na Figura 21: a **idade** e o **sexo**.

Em relação ao sexo, observa-se que os estímulos à migração de homens e mulheres são substancialmente diferentes, devido às relações de gênero que afetam praticamente todos os aspectos do processo migratório (RILEY e GARDNER, 1993 *apud* Campos, 2013). Dessa forma, o trabalho na construção civil e na agroindústria, que são os setores que apresentam as maiores taxas de crescimento em Lucas<sup>115</sup>, mostra-se na sociedade brasileira tradicionalmente como algo pertencente mais ao mundo masculino do que feminino. E, por isso, condiciona a existência de uma migração com maior proporção relativa de homens.

Acerca da questão da idade, segundo Renner e Patarra (1980), os jovens de 20 e 30 anos apresentam geralmente taxas de migração mais altas do que qualquer outro grupo etário, por estarem iniciando sua participação no mercado de trabalho, e ainda não terem constituído família, buscando seu lugar no mundo sem muitas amarras.

Complementando o perfil desses imigrantes com destino à Lucas do Rio Verde, nota-se que na categoria escolaridade o observado no município segue a mesma tendência brasileira, de melhoria geral do nível de instrução entre 1991 e 2010. Rios Neto *et al* (2010) demonstram que na educação nacional, de forma geral, entre 1986 e 2008, houve um grande avanço em termos equitativos no acesso ao Ensino Fundamental. O Ensino Médio também apresentou melhoria nos indicadores de ensino, porém em menor magnitude do que aquele. Por sua vez, o Ensino Superior demonstrou apenas um ligeiro avanço nestes indicadores. Então, a melhora da escolaridade é um fenômeno sentido a nível nacional, porém, com especificidades em cada localidade.

Pois enquanto na média brasileira há a concentração no aumento das pessoas que terminam o fundamental, dentre os imigrantes na “data-fixa” de Lucas do Rio Verde, a tendência de melhoria se concentra no médio completo e superior incompleto. O que resulta de uma combinação das condições do local de origem dos imigrantes, com a seletividade migratória deles.

Para Bernardes (2011), a questão da seletividade migratória<sup>116</sup> nos municípios da BR-163 envolve o real aumento da qualificação<sup>117</sup> educacional dos trabalhadores rurais,

---

<sup>115</sup> Ver tópico 3, Capítulo 3.

<sup>116</sup> A autora não põe dentro da concepção de seletividade migratória, mas podemos considerar nesses termos.

<sup>117</sup> O que é chamado de qualificação é nível de escolaridade. Aumento da qualificação significa que o trabalhador ou a trabalhadora teve acesso a mais anos estudo. O que não significa que um trabalhador com baixa escolaridade é desqualificado, até porque isso depende do tipo de vaga de emprego essa pessoa preenche. O trabalhador pode ser bem qualificado em outras categorias.

especialmente do trabalhador rural empregado na atividade da soja. Os quais possuem maior aumento da escolaridade em comparação com os outros trabalhadores agrícolas, principalmente, devido ao quão mecanizada se tornou a atividade.

Mas isso não significa que deixa de existir nas “cidades do agronegócio” da cadeia de grãos, trabalhador com pouca escolaridade no campo ou na cidade, e nem com trabalho precário. Para a autora, normalmente no campo esses trabalhadores com baixa escolaridade são usados em trabalhos temporários (após desmatamento, na colheita e carregamento de caminhões, ensacamento das sementes). E estão migrando constantemente, na medida em que acaba o serviço.

Elias (2013) também argumenta que há melhora da escolaridade dos migrantes. Entretanto, para ela isso tem a ver com o crescimento da migração mais escolarizada em “cidades do agronegócio”, devido à necessidade de uma diversidade de profissionais especializados no agronegócio.

Arruda (2012) corrobora com as proposta de ambas as autoras, as unificando da seguinte forma:

Em um processo dialético e contraditório, o trabalho informal é suplantado porque algumas funções tipicamente rurais são substituídas pelas máquinas gerando o desemprego estrutural, paralelamente ao surgimento de trabalhadores qualificados e formalmente ligados à produção realizando atividades que, originalmente, não são consideradas rurais. A realidade apresentada confirma a lógica contraditória do capital com a redução da força de trabalho (capital vivo) empregado diretamente na produção agrícola, paralelamente à ampliação da demanda por trabalhadores qualificados (trabalho informacional) capazes de atender à lógica do capital tecnológico. O que significa o predomínio do capital constante sobre o capital variável compreendendo mudança na composição orgânica do capital e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da produtividade à custa da exploração intensiva da força de trabalho (ARRUDA, 2012, p. 79).

Focando nos dados municipais, na Tabela 21, nota-se que em Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2000, as transformações no indicador de escolaridade dos imigrantes são mais suaves. Já entre 2000 e 2010, observa-se acentuada queda na proporção de imigrantes acima dos 14 anos<sup>118</sup> “sem instrução” (de 60,4% em 2000 para 29,75% em 2010). Conseqüentemente, evidencia-se aumento das proporções de “ensino fundamental completo e médio completo” (de 18,20% para 24,50%). Assim como e, acima de tudo, aumento nas

---

<sup>118</sup> Sabe-se que a característica pouco influenciável pelo tempo de residência no local de destino é o nível de escolaridade e, mesmo assim, a comparação pode ser influenciada apenas pelos grupos etários adultos, porque sua escolaridade não é mais tão sujeita a alteração (MARTINE, 1980).

categorias “médio completo e superior incompleto” (de 16,70% em 2000 para 36,25% em 2010), e “superior completo” (4,60% para 9,50%).

Portanto, os dados parecem confirmar a percepção das autoras de melhoria do nível de escolaridade dos migrantes. Especialmente no que se refere a um importante aumento nas categorias mais elevadas de ensino.

**Tabela 21:** Porcentual (%) do nível de instrução dos imigrantes de Lucas do Rio Verde, acima de 14 anos<sup>119</sup>, em 1991, 2000 e 2010.

<b>Nível de Instrução</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Sem instrução e fundamental incompleto</b>	62,40	60,40	29,75
<b>Fundamental completo e médio incompleto</b>	18,70	18,20	24,50
<b>Médio Completo e superior incompleto</b>	14,70	16,70	36,25
<b>Superior completo</b>	4,20	4,60	9,50
<b>Total n. absoluto</b>	2.916	5.564	16.817

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

No que se refere à situação conjugal dos imigrantes maiores de 14 anos em Lucas, nota-se que há um crescimento importante também do número de solteiros, que passam de 28,30%, em 1991, para 50,5% em 2000, e 58,90% em 2010. O que, junto da intensificação da seletividade nas idades de 20 a 35 anos, ajuda a reforçar que a migração nesse período (1991 a 2010) perde um pouco da sua característica familiar. Assim, o número de casados<sup>120</sup>, por exemplo, cai de 67,20% em 1991, para 35,95% em 2010.

**Tabela 22:** Situação Conjugal dos imigrantes em Lucas do Rio Verde de 1991 a 2010.

<b>Estado Civil</b>			
	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Casado(a)</b>	67,20	44,40	35,95
<b>Separado(a)/Divorciado(a)</b>	2,30	3,50	3,90
<b>Viúvo(a)</b>	2,20	1,50	1,30
<b>Solteiro(a)</b>	28,30	50,50	58,90
<b>Total n. absoluto</b>	2.914	5.564	16.815

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

<sup>119</sup> Foi a idade padrão utilizada nesse trabalho para se considerar o início da vida adulta. Nessa tabela específica tentamos através dessa padronização etária diminuir o impacto de quem estava em fase na escola, para evitar interferência nos dados.

<sup>120</sup> Todavia, é necessário pensar que o que pode ter acontecido é um aumento da categoria “amasiado (a)” entre os migrantes, uma categoria que também aumentou no país como todo.

A Tabela 23 também corrobora para essa percepção, pois observamos o aumento da migração “individual” no município no período analisado, ao mesmo tempo em que há diminuição da composição familiar de “casal com filhos”.

Por outro lado, há aumento da proporção de “casal sem filhos” e de “família estendida”. Assim, como a familiar “casal com filhos” se mantém como a maior proporção relativa dentre os arranjos familiares nos domicílios migrantes de Lucas do Rio Verde em 2010.

Isso mostra que tem aumentado à diversidade de arranjos familiares no domicílio no período indicado, que é o mesmo movimento do fenômeno no estado do Mato Grosso, exposto no Capítulo 1. Todavia, ainda há um grande peso percentual da composição familiar formada por núcleo reprodutivo.

**Tabela 23: Composição familiar dos imigrantes “data-fixa”, em Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2010.**

<b>Composição Familiar (%)</b>			
<b>Tipo de Família</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Individual</b>	10,00	7,70	15,20
<b>Casal sem filho(s)</b>	12,20	14,00	14,60
<b>Casal com filho(s)</b>	60,10	58,30	46,30
<b>Responsável com filho(s)</b>	4,00	7,10	5,00
<b>Estendida</b>	8,00	8,70	14,40
<b>Outro</b>	5,70	4,20	4,50
<b>Total n. absoluto</b>	1.050	2.274	6.599

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Acerca da Unidade da Federação de origem<sup>121</sup> do imigrante com destino a Lucas do Rio Verde, constata-se que no período analisado há uma diversificação dos fluxos. Da mesma forma como no Capítulo 1, se observou para a média do estado (Tabela 24). Uma vez que em 1991, os imigrantes saem especialmente de estados no Sul e Sudeste do país (em 1991, Paraná obtinha 15,5% dos fluxos, e em 2000, 17,7%); e em 2010, Lucas recebe imigrantes de praticamente todas as UFs. De forma que, nesse Censo, Maranhão e Pernambuco são responsáveis pelas maiores proporções dos fluxos, 10,5% e 6,6%, respectivamente.

<sup>121</sup> Trata-se de migração na “data-fixa” não necessariamente o migrante nasceu nessa UF, ela é lugar de onde o indivíduo saiu com destino a Lucas do Rio Verde.

Tabela 24: Imigrantes na “data-fixa”, segundo UF, em 1991, 2000 e 2010.

<b>Migração Interestadual</b>						
	<b>1991</b>		<b>2000</b>		<b>2010</b>	
	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>	<b>Absoluto</b>	<b>%</b>
<b>Rondônia</b>	33	0,60	105	1,51	41	0,21
<b>Acre</b>	30	0,53	-	-	62	0,32
<b>Amazonas</b>	-	0,00	10	0,14	9	0,05
<b>Roraima</b>	-	-	-	-	25	0,13
<b>Pará</b>	8	0,14	133	1,91	349	1,80
<b>Amapá</b>	-	-	-	-	13	0,07
<b>Tocantins</b>	-	-	32	0,46	34	0,18
<b>Maranhão</b>	-	-	90	1,29	2.034	10,53
<b>Piauí</b>	-	-	-	-	508	2,63
<b>Rio Grande do Norte</b>	-	-	9	0,13	-	-
<b>Ceará</b>	-	-	-	-	122	0,63
<b>Paraíba</b>	-	-	10	0,14	428	2,22
<b>Pernambuco</b>	57	1,02	33	0,48	1.281	6,63
<b>Alagoas</b>	-	-	11	0,16	10	0,05
<b>Sergipe</b>	-	-	26	0,38	-	-
<b>Bahia</b>	-	-	35	0,51	71	0,37
<b>Minas Gerais</b>	66	1,19	10	0,14	59	0,31
<b>Espírito Santo</b>	-	-	-	-	93	0,48
<b>Rio de Janeiro</b>	8	0,15	22	0,31	41	0,21
<b>São Paulo</b>	43	0,78	157	2,26	363	1,88
<b>Paraná</b>	864	15,55	1.238	17,79	1.107	5,73
<b>Santa Catarina</b>	125	2,25	440	6,32	571	2,95
<b>Rio Grande do Sul</b>	432	7,77	815	11,71	578	2,99
<b>Mato Grosso do Sul</b>	251	4,52	188	2,71	604	3,13
<b>Mato Grosso</b>	3.569	64,25	3.340	47,99	10.490	54,30
<b>Goiás</b>	69	1,24	88	1,27	88	0,46
<b>Distrito Federal</b>	-	-	-	-	27	0,14
<b>Ignorado</b>	-	-	154	2,21	310	1,61
<b>Total</b>	5.554	100,00	6.961	100,00	19.319	100,00

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Todavia, é possível afirmar que a maior proporção de migrantes para Lucas do Rio Verde provém de dentro do estado do Mato Grosso. Destacamos que dentre os imigrantes expostos como provindos do Mato Grosso, temos os migrantes de retorno, que em 1991, eram 43% dos indivíduos (2.932 pessoas), e em 2010 cai para 27,5% (2.891 pessoas). São números absolutos próximos, no entanto, com o crescimento do volume de imigrantes com destino ao município, perdem espaço em proporção.

Na Tabela 25 nota-se que Sorriso, outra “cidade do agronegócio possui” posição privilegiada no lugar de origem dos migrantes intramunicipais de Lucas, nos três períodos. A presença de Cuiabá nos 10 municípios com maior proporção dentre os imigrantes do estado nas três décadas evidencia uma categoria importante do pensamento de Elias (2011): a migração descendente (de uma cidade maior para uma cidade menor). A qual, segundo a autora, trariam profissionais qualificados e especializados em diversas atividades do agronegócio.

**Tabela 25: Migração “data-fixa”, segundo os 10 maiores fluxos dentre os municípios mato-grossenses, entre 1991 e 2010.**

Migração intraestadual					
1991		2000		2010	
Município	%	Município	%	Município	%
Sorriso	19,90	Sorriso	12,76	Cuiabá	7,51
Rosário Oeste	14,49	Nobres	7,48	Sinop	5,61
Cuiabá	13,34	Alta Floresta	6,92	Sorriso	5,35
Diamantino	10,44	Cuiabá	6,45	Nova Mutum	3,60
Tapurah	7,03	Diamantino	5,96	Alta Floresta	3,34
Nobres	6,14	Rosário Oeste	5,48	Peixoto de Azevedo	2,96
Terra Nova do Norte	4,49	Terra Nova do Norte	4,70	Colíder	2,54
Nova Brasilândia	3,89	Tapurah	3,88	Diamantino	2,49
Nova Mutum	1,98	Apiacas	3,64	Nobres	2,28
Cáceres	1,90	Sinop	3,21	Campo Novo do Parecis	1,95
<b>Total</b>	<b>3.569</b>	<b>Total</b>	<b>3.340</b>	<b>Total</b>	<b>10.490</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Para a compreensão do perfil da migração é importante também buscar a forma de inserção ocupacional do migrante na área de destino: “a partir dessa dimensão ficam mais visíveis e concretas as relações existentes entre os processos que estruturam o espaço do Centro-Oeste e os movimentos migratórios” (CUNHA, 2002a, p. 39).

Portanto, conforme há a expansão da agroindústria no município, cresce o número de cargos no segundo setor, aumentando conseqüentemente a quantidade de não migrantes e migrantes empregados no mesmo. Todavia, o crescimento dessa proporção foi mais proeminente para migrantes do que para não migrantes (Tabela 26).

O terceiro setor é o que mais emprega na cidade. Sendo esperada a maior proporção de empregos formais no terciário para migrantes e não migrantes nos três Censos, como mostra acima. Já no que se refere ao primeiro setor, apesar do crescimento em números absolutos da

quantidade de cargos, há uma diminuição importante, em termos proporcionais, de migrantes e não-migrantes trabalhando nessas atividades.

**Tabela 26:** Migrantes e não migrantes segundo setor da economia em Lucas do Rio Verde, entre 1991 e 2010.

<b>Migrantes e Não Migrantes por Setor da Economia</b>				
<b>Setores</b>	<b>1991</b>			
	<b>Migrante</b>		<b>Não migrante</b>	
<b>Primário</b>	603	32,45	985	35,89
<b>Secundário</b>	212	11,38	287	10,44
<b>Terciário</b>	1.022	54,96	1.490	54,29
<b>Setor não especificado</b>	22	1,21	58	2,10
<b>Total</b>	1.859	100	2.745	100
<b>Setores</b>	<b>2000</b>			
	<b>Migrante</b>		<b>Não migrante</b>	
<b>Primário</b>	597	29,26	1.817	19,71
<b>Secundário</b>	167	8,19	321	3,48
<b>Terciário</b>	1.200	58,79	6.725	72,94
<b>Setor não especificado</b>	49	2,42	356	3,87
<b>Total</b>	2.041	100	9.220	100
<b>Setores</b>	<b>2010</b>			
	<b>Migrante</b>		<b>Não migrante</b>	
<b>Primário</b>	911	8,41	3.116	12,69
<b>Secundário</b>	2.966	27,39	4.419	18,00
<b>Terciário</b>	6.441	59,48	15.541	63,30
<b>Setor não especificado</b>	508	4,69	1.500	6,11
<b>Total</b>	10.829	100	24.551	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000 e 2010.

Desse modo, com a transformação da economia e da inserção do migrante no município, fica mais fácil entender as mudanças nas composições dos estados de origem nos fluxos que encontramos nos três últimos censos.

Mas antes de decorrermos sobre isso, é importante frisar, como propõe Brito (2009), que a migração ou à mobilidade populacional não é um processo neutro. Pelo contrário, abarca a complexidade da própria sociedade em que acontece. Não podendo ser compreendida independentemente dela. Por isso, a transformação nessas proporções dos fluxos está relacionada a fenômenos socioeconômicos que envolvem a região de destino, a região de origem, e ainda outros locais que são de grande importância econômica para o país.

Nesse sentido, a descentralização industrial que ocorreu no Brasil, a partir de 1980, levou à transferência de muitas indústrias do Sudeste (concentradas principalmente em São Paulo) para outros estados, como o Mato Grosso e Goiás (MAZZALI, 2000). Assim, esses estados apresentam níveis atraentes de crescimento econômico e, com isso, elevaram seu poder de atração de migrantes - com destaque para os nordestinos.

E mais, com o aumento da urbanização nos estados como o Mato Grosso, estabelecem-se maior proporção de fluxos urbano-urbano, inclusive de estados do Sudeste para o Mato Grosso (BAENINGER; MATOS, 2016).

Também vemos intensificação dos fluxos migratórios de retorno, como, por exemplo, do Mato Grosso para os estados do Sul. Portanto, pode-se apontar que com a consolidação da fronteira agrícola, diminuem os fluxos de sulistas para o Mato Grosso. Uma vez que tais fluxos estavam relacionados ao ganho de terra e auxílio governamental para a instalação desses migrantes como proprietários rurais, buscando aliviar as tensões sociais envolvendo a terra no local de origem (GUIMARÃES; LEME, 2002).

O que significa que o fluxo “Sul do país para o Mato Grosso” se esgotou, e não há mais migração de sulistas para Lucas do Rio Verde. Pois os volumes de sulistas que chegam ao município continuam expressivos no Censo Demográfico de 2010<sup>122</sup>. Além disso, em pesquisa de campo no município, notou-se a criação de uma rede migratória<sup>123</sup>, que torna possível a vinda de sulistas, especialmente, paranaenses, para trabalhar nas agroindústrias do município (principalmente em cargos que exigem maior nível educacional).

Essa rede migratória também possibilita à ida para o Sul de filhos de sulistas estabelecidos em Lucas, para cursar o ensino superior. Inclusive, é comum ao ligarmos a televisão no município, nos depararmos com propagandas de universidades do Sul do país.

Outro ponto a ser debatido, como Matos e Baeninger (2016) apontam, é que nos anos mais recentes, a migração intrarregional e intraestadual se acentuaram, em contraposição a deslocamentos mais longos. E com isso, podemos notar que há fluxos migratórios mais volumosos de paranaenses e gaúchos indo para Santa Catarina, do que para o Centro-Oeste.

Obviamente tal situação se relaciona ao fato de Santa Catarina ter se tornado um estado mais atrativo, possuindo um dos mais altos saldos migratórios no ano de 2010, superior a 172 mil pessoas (IBGE, Censo Demográfico 2010). Nesse sentido, a UF tem menos 12 cidades que crescem mais do que a média brasileira (IBGE, Censos Demográficos de 2000 e

---

<sup>122</sup> Tabela 24.

<sup>123</sup> A rede migratória é um tipo específico de rede social baseada em relações de indivíduos, famílias e organizações, envolvidas direta ou indiretamente com o processo migratório. Ou seja, são redes sociais adaptadas à migração. (CAMPOS, 2015).

2010). E que estão no entorno de cidades com economias já consolidadas, como é o caso de Itajaí, Joinville e Florianópolis; além da proximidade com rodovias e portos, que são as principais formas de escoamento da produção brasileira.

E o mesmo movimento pode ser observado entre Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Especialmente desses três últimos migrando para o primeiro, que tem um dos maiores saldos migratórios do país em 2010 (222 mil pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2010).

Assim, a Figura 22 denota a relação entre ocupação e migração. A migração foi organizada de três formas: segundo UF de nascimento, UF de nascimento do migrante na “data-fixa”<sup>124</sup>, e migrante na “data-fixa”. A questão da ocupação busca compreender a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal que a pessoa tinha na semana de referência.

Comparando migrantes por UF de nascimento e migração na “data-fixa” por UF de nascimento, tem-se que na categoria “empregado com carteira assinada” há maior proporção de sulistas, junto de uma relevante participação dos nordestinos. Os sulistas também se destacam dentre os “empregadores” (64% são donos de estabelecimentos alimentícios e 39% são paranaenses), “funcionários públicos” e “conta própria”. Também é interessante mostrar o espaço dos nordestinos na categoria “empregados sem carteira assinada”.

Ressalta-se que a maior proporção de sulistas em praticamente todas as categorias, com exceção de “militar, policial e bombeiro”. Isso demonstra tanto a consistência dos primeiros fluxos migratórios compostos por sulistas e a importância da fronteira agrícola para o município, quanto à manutenção ainda hoje das redes migratórias. É por isso que o estado de nascimento dos migrantes na “data-fixa” continuam expondo volumes populacionais de destaque para os sulistas.

No que se refere ao estado de origem do indivíduo cinco anos antes da data de referência do Censo, dos migrantes que estavam empregados na indústria de transformação, 27,4% são maranhenses, 33,7% são pernambucanos<sup>125</sup>; de forma que 81,7% são nordestinos (IBGE, Censo Demográfico 2010). No trabalho relacionado à agropecuária os nordestinos também são maioria: dentre a produção de aves 30,5% são, de nascimento, baianos ou pernambucanos. Dentre os migrantes que não possuem carteira assinada, a maioria é de maranhenses (7,0%).

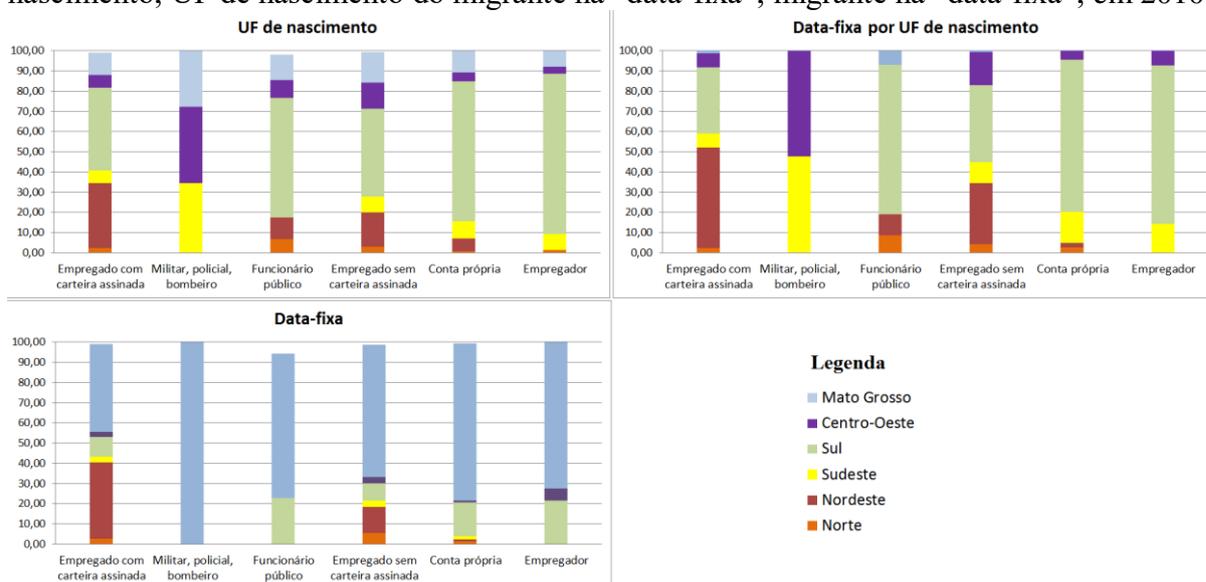
---

<sup>124</sup> Escolheu-se essa categoria no lugar de última UF de residência, enquanto posição intermediária entre UF de nascimento e UF cinco anos antes da data de referência do censo, mas ainda possuindo o tempo do deslocamento.

<sup>125</sup> Dentre os migrantes “data-fixa”, maiores de 14 anos, com carteira assinada.

Agora, ao atentar para o terceiro gráfico da figura, nota-se que a maior parte dos migrantes na “data-fixa” residia no Mato Grosso. Todavia, continua tendo um espaço importante para aqueles que se deslocaram do Nordeste e do Sul. Dentre os nordestinos estão principalmente àqueles inseridos nas categorias “com carteira assinada” e “sem carteira assinada”; dentre os sulistas são “funcionários públicos”, “por conta própria”, e “empregador”.

**Figura 22:** Relação entre ocupação e migração em Lucas do Rio Verde, segundo UF de nascimento, UF de nascimento do migrante na “data-fixa”, migrante na “data-fixa”, em 2010.



**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Portanto, a partir dessas informações, afirma-se a existência em Lucas do Rio Verde uma potencial relação entre a Unidade da Federação de origem do migrante, sobretudo, enquanto local de nascimento do mesmo, e a ocupação em que o migrante se insere no município. Corroborando com Cunha (2002a), que já demonstrava Cunha a relação entre as transformações econômicas advindas do agronegócio e o estabelecimento de fluxos migratórios nas microrregiões mato-grossenses. Em Lucas do Rio Verde, podemos entender que a agroindustrialização é o cerne das transformações observadas na década de 2000-2010.

Nesse sentido, é possível apontar que a pesquisa de campo nos mostrou, por exemplo, que a BRF entrava em contato com o Sistema Nacional de Empregos (SINE) de municípios do norte (especialmente no Pará) e nordeste do país (destaque para Maranhão e Pernambuco), para organizar a vinda de residentes dessas áreas a fim de trabalhar na planta localizada em Lucas do Rio Verde. O que pode explicar o aumento e até mesmo o surgimento de alguns fluxos migratórios de pessoas vindas do Nordeste, tendo por consequência o crescimento da

proporção de nordestinos<sup>126</sup> na ocupação de operadores de máquinas na indústria de transformação, por exemplo.

Da mesma forma, Lucas do Rio Verde foi fundada pela ocupação sulista, o que impera que a criação de muitos hotéis, restaurantes, corretora de grãos, postos de gasolina, etc., e na organização da gestão pública por esses primeiros fluxos.

Além disso, a transferência ou expansão das agroindústrias sulistas para Lucas também influencia a vinda de seus profissionais de maior nível de escolaridade (engenheiros, administradores, agrônomos, dentre outros) que trabalhavam nas plantas da região Sul. Tanto que, dentre todos os migrantes por local de nascimento na “data-fixa”, apenas 8,3% tinham ensino superior. E quando buscamos conhecer o local de nascimento desses, 75% era de um dos três estados da região Sul do país. Apenas 2,5% desses vinham de estados do Norte ou Nordeste, mais especificamente Tocantins e Maranhão.

Baeninger e Pereira (2016), trabalhando com o município de Matão/SP - o entendendo também enquanto uma “cidade do agronegócio” do setor citrícola paulista, nos moldes do conceito de Denise Elias -, expuseram que esse tipo de configuração das ocupações é produto da própria consecução de uma “cidade do agronegócio”, na qual há a convivência da elite agrária com os trabalhadores rurais migrantes. Segundo as autoras, a divisão entre o trabalho físico dos empregados agrícolas e dos operadores de máquinas e o trabalho intelectual, reforçou-se ao longo das últimas décadas. Mostrando que esse não é um processo isolado, sentido apenas em Lucas do Rio Verde.

Na realidade, é esperado que algumas questões que aparecem em Lucas do Rio Verde possam ser percebidas também em outras “cidades do agronegócio”, como demonstrado no Capítulo 2. Independente de especificidades relacionadas à *commodity* - muito mecanizada, e a partir da qual se possibilitou a associação com a cadeia de grãos -, e relacionadas ao município - fundado a partir de um núcleo de colonização na década de 1980 -, quando o agronegócio passa a desempenhar papel essencial numa localidade, observa-se crescimento da população e da economia urbana, e redefinição das lógicas territoriais decorrentes da comercialização de bens (materiais e imateriais) e serviços referente a tal atividade (ELIAS, 2013).

---

<sup>126</sup> A pesquisa de campo de 2015 mostrou que a população entrevistada (19,9%) relaciona os migrantes nordestinos com o aumento da insegurança no município. O que completa a proposta de Volochko (2013) de que esses fluxos migratórios são estigmatizados em Lucas do Rio Verde e Nova Mutum, sendo apenas tolerados enquanto “prestadores de serviço”. Todavia, uma análise mais pormenorizada da situação não compete aos objetivos desse trabalho, abrindo agenda de pesquisa.

Ora, essas consequências seriam observadas em qualquer cidade brasileira que experimentasse a introdução ou intensificação de uma atividade econômica. O que difere quando essa atividade se relaciona ao agronegócio ou à agroindústria, é a importância da atividade para a economia nacional, seu destaque na economia internacional, e as relações que se estabelecem entre o espaço urbano e o espaço rural.

Ou seja, nos municípios que se tornam “cidades do agronegócio”, a cidade se adapta com novas atividades ligadas ao mundo agrário, ao passo que as atividades urbanas relacionadas ao agronegócio extrapolam os limites da cidade (ARRUDA, 2012; ELIAS, 2013). Portanto, como observamos em Lucas do Rio Verde, as características do núcleo urbano, os aspectos das atividades econômicas, e a dinâmica migratória, adaptam-se a essa nova realidade.

### **Considerações Finais**

O município de Lucas do Rio Verde está inserido na perspectiva de expansão da fronteira que aconteceu durante as décadas de 1970 e início dos anos 1980. O tipo de desenvolvimento empregado naquela época privilegiou as formas tradicionais de atividade agrícola, especialmente enquanto expansão da soja. Hoje em dia isso ainda acontece, no entanto, ganha novos formatos em razão da globalização da produção. Logo, novas estratégias são tomadas visando à manutenção e expansão da atividade.

Uma dessas estratégias foi intensificar a especialização produtiva, agroindustrializando a produção. Por consequência, a agroindústria se tornou essencial para o município, que se tornou uma “cidade do agronegócio” do complexo grãos-carne. Para tanto, se fez necessário oferecer um terciário que pudesse sanar todas as necessidades da população e do modo de produção. Todo esse movimento também incidiu sobre os fluxos migratórios.

Nesse sentido, reconhece-se que enquanto algumas características da migração permanecem em 2000-2010 em Lucas do Rio Verde, como a maior proporção relativa de homens jovens na casa dos 20 anos; outros traços mudam, como o aumento da proporção de migrantes solteiros, a melhora da escolaridade do migrante, e a composição das proporções da Unidade da Federação de origem dos fluxos migratórios. Sobre esse último, ainda se aponta que potencialmente o local de origem do migrante se relaciona com as ocupações que se expandem.

Melhor dizendo, esse componente demográfico se apresentou no estado do Mato Grosso e, mais especificamente em Lucas do Rio Verde, entre 2000 e 2010, como um fenômeno que possui características recorrentes dos processos sociais historicamente percebidos, ao mesmo tempo em que assume novos atributos a partir das transformações produtivas evidenciadas.

Se por um lado, a expansão do agronegócio e a introdução da agroindústria no município trouxeram crescimento econômico e dinamismo demográfico. Por outro lado, Lucas do Rio Verde, apesar de seus esforços, não escapa de preocupações socioambientais inerentes a essas atividades, relacionadas à contaminação ambiental, trabalhos precários, e alto custo de vida.

## CONCLUSÕES

A percepção de que a região Centro-Oeste vivia uma situação de inexpressividade demográfica e econômica envolvida por chamativas riquezas naturais, levou ao interesse em ocupá-la e integrá-la ao restante do país. O que foi realizado com investimento nacional, especialmente via projetos de colonização. Em vista disso, cabe afirmar que um dos elementos ressaltados no presente trabalho foi o papel do Estado. Uma vez que ele foi, e continua sendo atuante na elaboração de políticas públicas, e na distribuição de incentivos públicos e privados. Mesmo que no agronegócio as empresas e os capitais globais tenham demasiada influência, o Estado também configura elemento definidor do atual contexto brasileiro.

Assim, aponta-se que a expansão do capital através da fronteira agrícola concedeu nova fluidez para os investimentos produtivos de uma maneira geral. Tornando as Unidades da Federação da região Centro-Oeste atrativas também ao grande empresário do agronegócio. O que incorporou o Mato Grosso aos circuitos produtivos globalizados enquanto produtor agropecuário. Alguns de seus municípios se especializaram nessa atividade com tal intensidade que ela se tornou hegemônica sobre todas as outras, tornando-os “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2011). Trazendo demandas que influenciaram na diminuição da dicotomia campo-cidade, e na expansão do urbano que cresceu para receber não só os migrantes que chegavam atraídos pelo dinamismo econômico, como também devido à expansão de um terciário voltando para atender as necessidades do campo (ELIAS, 2011).

A partir da teoria de Elias (2011, 2013), e da distribuição de Crédito Rural no Mato Grosso em 2010, foram estabelecidas como “cidades do agronegócio” do complexo grãos-carne no Mato Grosso: Lucas do Rio Verde, Sorriso, Rondonópolis e Primavera do Leste. Notou-se que, apesar desses municípios guardarem similaridades em suas dinâmicas socioeconômica e demográfica com outras “cidades do agronegócio” espalhadas pelo país, eles possuem particularidades que só podem ser entendidas no contexto de tempo e espaço em que se encontram. Dessa forma, os programas de colonização demográfica, as políticas públicas empregadas visando à transformação produtiva, os circuitos produtivos relacionados ao complexo grãos-carne, e os fluxos migratórios que tomam forma ao longo do tempo, são algumas das questões que conferem especificidades a “cidades do agronegócio” mato-grossenses.

Assim, entende-se que o conceito de “cidade do agronegócio” se apresentou como mediador para o entendimento das modificações sociodemográficas e econômicas ocorridas nas “cidades do agronegócio” e, sobretudo, em Lucas do Rio Verde. O município consolidou-se como espaço privilegiado do agronegócio brasileiro graças aos processos de expansão da fronteira agrícola no Mato Grosso, bem como, por sua inserção na Divisão Social e Territorial do Trabalho, ancorada por incentivos públicos.

Esse núcleo urbano mato-grossense que foi fundado em meados de 1980, em um Brasil já predominantemente urbano, compõe um município que ao ser criado com a fronteira agrícola moderna surge moderno e relacionado aos circuitos globais de produção da soja. Dado o alinhamento do complexo dos grãos com o da carne via agroindustrialização (MAZZALI, 2000), o município mostrou a consecução de processos econômicos que articulam as escalas do lugar, da região, do país, e ainda dos processos mundiais, trazendo novas implicações socioespaciais e demográficas.

Assim, as mudanças na dinâmica demográfica local se correlacionam, intimamente, aos processos de âmbito estadual. Podemos destacar, particularmente: **a.** O aumento de fluxos migratórios levando a crescimento populacional, especialmente do que se considera como urbano; **b.** As alterações das proporções dos fluxos migratórios em relação ao lugar de origem. Nesse sentido, os fluxos que outrora eram mais volumosos, como os provindos do Sul do país, têm perdido espaço para fluxos do Nordeste (mesmo que ainda continuem expressivos); **c.** Algumas especificidades da migração características do processo de expansão da fronteira agrícola (MARTINE, 1992; CUNHA, 2002a) são mantidas, como a maior proporção relativa de homens e de jovens na casa dos 20 anos. Conquanto, notamos uma diminuição da migração familiar e melhora na escolaridade.

Destaca-se, ainda, uma potencial correlação entre o local de origem e o setor econômico de inserção do migrante. No caso das migrações provindas dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, a pesquisa de campo nos apontou que, majoritariamente, essas se correlacionavam ao processo de expansão de fronteira agrícola no Centro-Oeste brasileiro, nas décadas de 1970 e 1980, com o objetivo de aquisição de terra. Mais recentemente essas migrações estão mediadas pela transferência das agroindústrias sulistas do complexo carne-grãos, assim como, de seus profissionais (engenheiros, administradores, agrônomos, dentre outros) para a região, nas últimas duas décadas (MAZALLI, 2000). Já a migração oriunda dos estados do Nordeste brasileiro, particularmente de Pernambuco e do Maranhão, se relaciona a inserção dessas populações em empregos de alta rotatividade na agroindústria da carne, como a BRF.

Por fim, destacamos implicações socioambientais negativas associadas ao processo de expansão das atividades agroindustriais grãos-carne no território mato-grossense, evidenciadas também no município de Lucas do Rio Verde, como precariedade do trabalho, contaminação do ambiente com consequências na saúde humana, e alto custo de vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR; Leila Auxiliadora; ALMEIDA, Livia Victorio de Carvalho; PIGNATI, Wanderlei Antônio; PIGNATTI, Marta Gislene. População, desmatamento e produção agrícola temporária na área de influência da BR 163 – Mato Grosso. . In. MARANDOLA JR, Eduardo; D'ANTONA, Alvaro de Oliveira; OJIMA, Ricardo (Orgs.). **População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2011.

ALMEIDA, Clarinda da Costa. O marketing das cidades. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 12, p. 9-45, 2004.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Narrativas Agrárias e a Morte do Campesinato. **Ruris**, v. 1, n. 2, setembro de 2007.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. “Índios fronteiriços”: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2013.

ALVES, José Eustaquio Diniz. **A transição Demográfica e a Janela de Oportunidades**. São Paulo: Instituto Fernand Brudel de Economia Mundial. 2008a.

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima; NETO, Vitale Joanoni. Os projetos de colonização no estado de Mato Grosso após 1970. In. SOUZA, Edison Antônio de (org.). **Desenvolvimento Regional: história, economia e meio ambiente**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

ANTÃO, RA de S.; CAMPANHOLO, T. O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social. **Revista da Católica**, v. 3, n. 5, p. 1-12, 2011.

APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu; MOREIRA, Thais de Miranda (Orgs.). Análise do balanço de pagamentos do estado do MT e a importância dos APSs no fluxo de comércio. **NOTA TÉCNICA 4**. Mato Grosso, dezembro de 2009.

ARAÚJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII: povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. In. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 20, n. 1, p. 41-76, 2012.

ARRUDA, Zuleika Alves. As cidades na região de expansão do agronegócio e as novas territorialidades. **Revista Territorium Terram**, v. 1, n. 1, p. 72-94, 2012.

\_\_\_\_\_. Fronteira agrícola mato-grossense: urbanização e mudanças na cobertura da terra nos cenários de mudanças climáticas. In. MARANDOLA JR, Eduardo; D'ANTONA, Alvaro de Oliveira; OJIMA, Ricardo (Orgs.). **População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2011.

AZEVÊDO, F. A. as ligas camponesas. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1982.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes-Brasil, 1980-1996. **Tese de Doutorado**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, p. 77-100, 2012.

\_\_\_\_\_. Rotatividade Migratória no Brasil: entre o local e o global. VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.

BAENINGER, Rosana; Pereira, Giovana. Periferias migrantes: trabalhadores rurais do agronegócio citrícola em São Paulo. 8º Congreso Latinoamericano de Estudios del trabajo, Buenos Aires, 2016. **Anais VIII Congreso Latinoamericano de Estudios del trabajo**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas de La Universidad de Bs. As. 3 a 5 de agosto de 2016.

BARROS, Cristina Isabel Faria. Planejamento estratégico de marketing territorial e perspectivas de desenvolvimento na Região Autónoma da Madeira. **Tese de Doutorado**. Portugal: Universidade de Coimbra, 2011.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1982.

\_\_\_\_\_. Fronteiras amazônicas no início do século XXI. **Seminário mudanças ambientais globais: perspectivas brasileiras**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BELIK, Walter. O financiamento da agropecuária brasileira no período recente. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

BELO, Mariana; PIGNATI, Wanderlei; DORES, Eliana; MOREIRA, Josino; PERES, Frederico. Uso de agrotóxicos na produção de soja do Estado do Mato Grosso: um estudo

preliminar de riscos ocupacionais e ambientais. **RBSO**, v. 37, n. 125, p. 78-88, 2012.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; FILHO, O. de L. F. (Eds.). **Geografias da soja: BR-163-Fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 19, 2015.

BERQUÓ, E. Demographic evolution of the Brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, D. (Org.). **Population change in Brazil: contemporary perspectives**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica, da gênese aos novos paradigmas**. Santa Maria, RS: UFSM, 2004.

BIASOTTO, Wilson. **Edificando nossa cidade educadora**. Dourados: cidade educadora. Dourados, 2006.

BITTAR, Marisa. Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997). **Tese em História**. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

BRANDAO, Carlos Antônio. A busca da utopia do planejamento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 120, p. 17-37, 2012.

\_\_\_\_\_. Escalas de poder, instituições e territórios: estratégias orientadas ao desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v. 11, 2014.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 7, p. 101-115, 2010.

\_\_\_\_\_. Pactos em Territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 145-157, 2008.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. v. 16, 2014.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5-26, jun. 2008.

BRUNO, Ernani Silva. **História do Brasil – Geral e Regional, volume VI: Grande Oeste**. São Paulo: Editora Cultrix, 1967.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGO, Kelly. A Agroindústria e Reorganização do Espaço em Lucas Do Rio Verde (MT). **Monografia**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2016.

CAMARGO, Kelly; CRAICE, Carla; FURTADO, Sofia. Complexo Agroindustrial Grãos-Carne e a Percepção Ambiental de Moradores de Lucas do Rio Verde (MT). 7º Congresso da Asociación Latinoamericana de Población e 20º Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Foz do Iguaçu, 2016. In. **Anais VII Congresso da Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Foz do Iguaçu, 2016.

CAMPOS, Marden Barbosa. Características demográficas e a voluntariedade da migração. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 23, n. 45, 2015.

\_\_\_\_\_. A dimensão espacial das redes migratórias. **Redes**, v. 20, n. 3, p. 14-30, 2015.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista Nera**, n. 5, p. 1-12, 2012.

CAPARROZ, Marcio Batista. Ambiente, Urbanização e Agroindústria: a Especificidade de Lucas do Rio Verde-MT. **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 107-129, 2016.

CARMO, R. L., & LOMBARDI, T. T. Fronteira agrícola e urbanização no estado do Mato Grosso: Aspectos e consequências sociais e ambientais. In: 30º International Congress of the Latin American Studies Association, 2012. **Latin American Studies Association Congress (LASA)**. 2012.

CARMO, Roberto L.; MARQUES, Cesar; MIRANDA, Zoraide. A Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo. **Textos Nepo**, v. 63, 2012.

CARVALHO, Carlos Eduardo Souza de. **Mudanças e conquistas: história oral da vida de mulheres migrantes em Lucas do Rio Verde-MT 1980-2006**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, José Alberto Magno de; SAWYER, Diana Oya; RODRIGUES, Roberto do

Nascimento. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. **Textos Didáticos ABEP**, 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994.

CARVALHO, Eliana Freire Gaspar; MOREIRA, Josino Costa; PERES, Frederico. Uso de agrotóxicos na produção de soja do Estado do Mato Grosso: um estudo preliminar de riscos ocupacionais e ambientais. **RBSO**, v. 37, n. 125, p. 78-88, 2012.

CASTRO, César Nunes. **A agropecuária na região Centro-Oeste: limitações ao desenvolvimento e desafios futuros**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

CAVALCANTI, Isabel Machado; BURNS, Victor Alexander Contarato; ELIAS, Luiz Antonio Rodrigues; MAGALHÃES, Walsey de Assis; LASTRES, Helena Maria Martins. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Centro-Oeste. **Produção BNDES**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.

CERQUEIRA, César Augusto; GIVISIEZ, Gustavo Henrique Naves. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, Eduardo Luiz G.; RIANI, Juliana de Lucena Ruas (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: ABEP, 2004.

COSTA, Marcos Vinícius Veloso da. O processo de construção da nova fronteira do capital na BR 163 mato-grossense. In: BERNARDES, Julia Adão; BUHLER, Eve Anne; COSTA, Marcos Vinícius Veloso da (Org.). **As novas fronteiras do agronegócio: transformações territoriais do Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2016.

CUNHA, Aparecido Soares. Os censos demográficos brasileiros e a evolução dos quesitos de migração, suas potencialidades e suas limitações, 1872-2010. Academia-Edu. 2016.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste Brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2002a.

\_\_\_\_\_. “Migração no Centro-Oeste Brasileiro: as tendências e características do período 1986/96”. In: HOGAN, Daniel Josep; CARMO, Roberto Luiz do; CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2002b.

\_\_\_\_\_. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 20, n. 39, 2012.

CUNHA, José Marcos Pinto; ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro; RAQUEL, Fernanda. Migração e transformações produtivas na fronteira: o caso de Mato Grosso. 13º Encontro da

Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, Ouro Preto. **Anais XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 4 a 8 de novembro de 2002.

D'ANTONA, Alvaro de Oliveira; DAL GALLO, Priscila Marchiori. Urbanização, agronegócio e mudanças climáticas no Centro-Oeste. In. MARANDOLA JR, Eduardo; D'ANTONA, Alvaro de Oliveira; OJIMA, Ricardo (Orgs.). **População, ambiente e desenvolvimento: mudanças climáticas e urbanização no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2011.

DESCONSI, Cristiano. **A marcha dos pequenos proprietários rurais: trajetórias de migrantes do Sul do Brasil para o Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2011.

DLUZNIEWSKI, L. Do Cerrado estéril nasce uma terra de oportunidades. **Expolucas 2006**. G&P. Lucas do Rio Verde: Gráfica Regente, 2006.

DUARTE, Manuel. Para o Oeste. *Jornal do estado do Mato Grosso*. 06 abr. 1941.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agropecuária e novas dinâmicas territoriais: a cidade do campo. 10º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 20 a 26 de março de 2005.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

\_\_\_\_\_. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **ACTA Geográfica**, Edição Especial Geografia Agrária, 2013.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades sócio-espaciais nas cidades do agronegócio. 7º Encontros Nacionais da ANPUR, 2007, Belém. **Anais XII Encontros Nacionais da ANPUR**, v. 12, 21 a 25 de maio de 2007.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. Reestruturação econômica e urbanização no Ceará. VIII Seminário Internacional RII, VI Taller de Editores RIER, Salvador. **Anais XIII Seminário da RED ibero-americana de investigadores sobre globalización y territorio**. 01 a 04 de Setembro de 2014.

ETGES, Virginia Elisabeta; DEGRANDI, José Odim. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, n. 1, p. 085-094, 2013.

FARIAS, Giuliana Mendonça de; ZAMBERLAN, Carlos Otávio. Expansão da fronteira agrícola: impacto das políticas de desenvolvimento regional no centro-oeste brasileiro. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, p. 58-68,

2014.

FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. Porto Alegre: editora, 2007.

FERNÁNDEZ; Gilberto Sisto; NETO, José Souza; LIUDEMAR, de Lara Santos. O modelo de programação linear na localização de novos armazéns na região de Lucas do Rio Verde (MT). In. SOUZA, Edison Antônio de (org.). **Desenvolvimento Regional: história, economia e meio ambiente**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

FERREIRA, Igor. **Parceria para Gestão Ambiental em Propriedades Rurais: O Caso de Lucas do Rio Verde. Dissertação de Mestrado**. Brasília: UNB, 2010.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski; GONÇALVES, José Sidnei. Financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária: análise de dois planos governamentais recentes. **Informações Econômicas, São Paulo**, v. 25, n. 6, p. 31-47, 1995.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2012.

FUENTES, Noé Arón. Elementos da política de desenvolvimento empresarial: o caso da Baixa Califórnia, México<sup>1</sup>, 2. **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: Uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México**, p. 15, 2011.

FURTADO, Celso. **A economia brasileira**. Editora A Noite. 1954.

GOMIDE, Denise C. O materialismo histórico-dialético como enfoque metodológico para a pesquisa sobre políticas educacionais. 10º Seminário de Dezembro: A crise do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira, Campinas, 2014. **X Seminário de Dezembro**. Campinas: FE/UNICAMP, 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). **Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN). O índice de Gini como medida da concentração de renda**. Fortaleza, v. 14, 2006.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A luta pela terra nos sertões de Mato Grosso. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2013.

GUIMARÃES; Eduardo Nunes; LEME, Heladio José de Campos. Caracterização Histórica e Configuração Espacial da Estrutura Produtiva do Centro-Oeste. HOGAN, Daniel Josep;

CARMO, Roberto Luiz do; CUNHA, José Marcos Pinto da; BAENINGER, Rosana (Orgs.). **Migração e ambiente no Centro-Oeste**. Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP: PRONEX, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2005.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HAUPT, A.; KANE, T. T.. Guía rápida de población. In: **Guía rápida de población**. PRB, 2003.

HECK, Fernando Mendonça. Uma Geografia da Degradação do Trabalho: O Adoecimento dos Trabalhadores em Frigoríficos. **Revista Percorso NEMO**. Maringá, v. 5, n. 1, 2013.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.

HIGA, Tereza Cristina Souza. Contextualizando Mato Grosso. In. MORENO, Gislane; HIGA, Tereza Cristina Souza (org). **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

IBGE. **Documentação Censo Demográfico 1991**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas, v.1, 1990.

Jornal Repórter Brasil. Matéria eletrônica disponível no endereço: <http://reporterbrasil.org.br/2009/10/ex-funcionarios-da-sadia-acusam-empresa-de-proposta-enganosa-na-paraiba/>. Acesso em: 10/12/2016.

Jornal Mutum Notícias. Matéria eletrônica disponível no endereço: <http://www.mutumnoticias.com.br/agronews/brf-e-multada-em-r-6-milhoes>. Acesso em: 10/12/2016.

LACERDA, N. P., CHIOVETO, M. O. T., CHIOVETO, A. T., & DALFOVO, W. Globalização produtiva e a reconfiguração territorial no estado de Mato Grosso: o caso de Lucas do Rio Verde. 8º Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional RS, 2015 **VIII Anais-Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 9 a 11 de setembro de 2015.

LEE, Everett S. Uma teoria sobre a migração. In. In: MOURA, H. **Migração interna:**

**textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil SA, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LESTHAEGHE, R. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, p. 211-251, Jun. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LOBATO, A. S., CARVALHO, D. R., SILVA, M. A., BRITO, M. S. A Formação Histórico-Territorial do Mato Grosso, as Transformações e Impactos Decorrentes da Expansão da Soja. **Revista Para Onde!?** Porto Alegre, v. 4, n. 1, 2010.

LOMBARDI, Thais Tartalha do Nascimento. As fronteiras Amazônicas: dinâmicas populacionais pensadas a partir do estudo de estratégias de sobrevivência familiares em três áreas urbanas da Amazônia brasileira. **Tese de Doutorado.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2014.

MACEDO, Fernando Cezar; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional. **revista. gepec**, v. 85903, 2011.

MACEDO, Fernando Cezar. Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 25, n. 1, 2013.

MALUF, Renato S. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n 15, outubro de 2000.

MARCHESE, Marilene. Desigualdades regionais em Mato Grosso. **Trabalho de Monografia.** Minas Gerais: UFMG, 2010.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU**, v. 8, n. 1, 2015.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21-33, 2000.

MARTINE, George. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna: uma visão geral.** Instituto SPN, 1992.

\_\_\_\_\_. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. **Texto para Discussão nº 329.** Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

\_\_\_\_\_. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 23, p. 7-37, 1991.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. In. BAENINGER, Rosana (Org.). **População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, p. 11-24, 2010.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. Impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo: **Caetes**, 1987.

MARTINE, George; TORRES, Haroldo; FREIRE DE MELLO, L. Cultura do consumo e desenvolvimento econômico na era de mudanças climáticas. In. MARTINE, G., OJIMA, R., BARBIERI, A. F., & CARMO, R. L. (Org.). **População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuições para uma agenda brasileira**. Campinas: Abep, 2012.

MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do outro**. São Paulo: Hucitec. 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In. MATOS, R. (Org.). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MATOS, Ralf; BAENINGER, Rosana. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. **Cadernos do LESTE**, v. 1, 2016.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo: UNESP, 2000.

MENEZES, Adriano SB de; CARVALHO, Eveline BS. Dimensões do desenvolvimento: teoria e prática no Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, p. 234-245, 1999.

MINCER, J. Family migration decisions. **Journal of Political Economy**, v. 86, n. 5, p. 749-773, 1978.

MONTAGNHANI, Bruno Astolphi; DE LIMA, Jandir Ferrera. Notas sobre o desenvolvimento do centro-oeste e a economia brasileira. **Revista de Estudos Sociais**, v. 13, n. 26, p. 157-173, 2014.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. O Sertão. Um “outro” geográfico. **Terra Brasilis (Nova Série)**. **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 4-5, 2002.

NAZARETH, J. Manuel. **Introdução à Demografia: teoria e prática**. Editorial Presença. Lisboa, 1996.

NETO, Luiz Bezerra. Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do movimento dos trabalhadores rurais. **Dissertação de Mestrado**. Campinas: FE/UNICAMP, 1999.

NETO, Vicente Correia; FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro. Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012). **Nota Técnica N° 5**. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: nordeste, planejamento e conflitos de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PAPP, Leonardo. **Comentários ao Novo Código Florestal Brasileiro: Lei 12.651/12**. 2012.

PEIXINHO; BERNARDES, SCOPEL, MELO. A reestruturação espacial e a integração entre o local e o global: o exemplo da soja. **Boletim Goiano de Geografia**. v. 23, n 1. 2003.

PEREIRA, Giovana Gonçalves. Entre o partir e o chegar: os trabalhadores rurais migrantes em Matão/SP. **Dissertação de Mestrado**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2015.

PERIPOLLI, Odimar J. A Reforma Agrária de Mercado. In. SOUZA, Edison Antônio de (org.). **Desenvolvimento Regional: história, economia e meio ambiente**. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Diretrizes para uma política econômica brasileira**. São Paulo, Urupês, 1954.

Prefeitura de Lucas do Rio Verde. Plano Diretor de 2007. Mato Grosso, Lucas do Rio Verde. 2009.

Rede Interagencial de Informação para a Saúde (RIPSA). **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2. Ed. Brasília: Organização Pan-Americana da

Saúde, 2008.

RENNER, Cecília H.; PATARRA, Neide L. **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: TA Queiroz, p. 236-260, 1980.

Revista Extra Globo Notícias. Matéria eletrônica disponível no endereço: <http://extra.globo.com/noticias/brasil/governo-liberta-18-pessoas-sob-trabalho-escravo-em-mt-187319.html>. Acesso em: 10/12/2016.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. **Análise da evolução de indicadores educacionais no Brasil: 1981 a 2008**. Belo Horizonte: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

ROCHA, B. “A trama do drama”: A Trama das fronteiras e o Drama dos migrantes nas configurações do desenvolvimento de Lucas do Rio Verde – MT . **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2010.

ROCHA, B. Tecendo os pontos da trama: o aspecto multiterritorial das redes sociais na migração. **IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento**. 2008.

SILVA, José Francisco Graziano. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 1999.

SILVA, Silvana Cristina. Urbanização e criação de novos municípios no front agrícola: faces do uso corporativo do território brasileiro. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 34, p. 3-17, 2013.

SILVA, Gláucia Oliveira. O discurso ideológico nas cidades do centro norte mato-grossense do agronegócio ao longo da BR 163. 18º Encontro Nacional de Geógrafos. A Construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. MA, São Luís, 2016. **Anais XVIII Encontro Nacional de Geógrafos**. São Luís/MA: 24 a 30 de julho de 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Vidas em trânsito: mulheres migrantes dos cocais maranhenses nas cidades canavieiras paulistas. **Revista Tópos**, v. 6, n. 1, p. 50-81, 2012.

SANTOS, M. O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SASSEN, Saskia. Os espaços da economia global. **Globalização, Regionalização e Nacionalismo**. Editora UNESP. São Paulo, 1998.

SAWYER, D. Urbanização da fronteira agrícola no Brasil. **IPPUR**, 1987.

SINGER, P. Migrações Internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In. MOURA, H.A (Org.) **Migração Interna: textos selecionados**. BNB. Fortaleza, 1980.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, p. 235-254, 2001.

TAVARES, Carlos Eduardo Cruz. Fatores críticos à competitividade da soja no Paraná e no Mato Grosso. **Brasília, julho**, 2004.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 909-941, 2015.

VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: **IPARDES**, n.105, p.25-31, jul./dez. 2003.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, 07 de agosto de 2005.

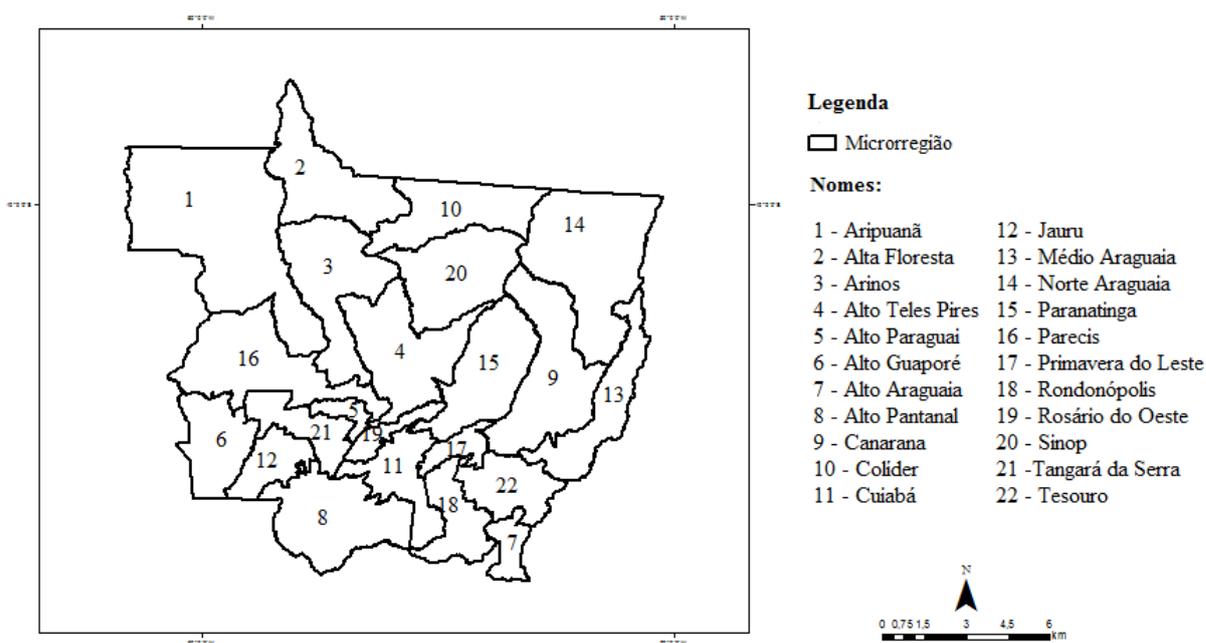
WESZ JUNIOR, V. J. O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil). **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: IFCH/UFRRJ, 2014.

ZART, Laudemir Luiz. Desencanto da nova terra: assentamento no município de Lucas do Rio Verde-MT na década de 80. **Dissertação de Mestrado**. Santa Catarina: CFCH/UFSC 1998.

## APÊNDICE

Para facilitar o entendimento do texto, em particular do Capítulo 2, segue a Figura 22 especificando a localização de cada microrregião do Mato Grosso.

**Figura 23:** Localização das microrregiões mato-grossenses.



**Fonte:** IBGE, Malhas Digitais 2010. Elaboração da autora.

## ANEXO

Como consta no Relatório de Campo desenvolvido em 2015 pelo professor Dr. Roberto do Carmo, responsável pelo projeto “Urbanização e processo de ocupação espacial do Cerrado: “*follow-up*” do caso de Lucas do Rio Verde (MT)”, junto da coordenadora de campo e Mestra em Demografia Carla Craice, com meu auxílio, e da graduanda em Ciências Sociais Sofia Furtado:

A realização da pesquisa de campo no município de Lucas do Rio Verde (MT) teve por objetivo revisitar os 500 domicílios entrevistados e visitados em 2009 e em 2013 a partir do método “*follow-up*”, propondo continuidade do acompanhamento da dinâmica demográfica e das mudanças na estrutura urbana do município, principalmente no que se referia ao mapeamento da permanência dos moradores nos mesmos domicílios, ou o estabelecimento de novo arranjo doméstico.

A definição do lugar de aplicação do *survey* veio de encontro com as preocupações colocadas pela pesquisa que envolvia investigar a relação entre o processo recente de integração da cadeia produtiva em termos populacionais e do espaço urbano. Como a proposta era reentrevistar os domicílios de 2009, a busca pelos lugares para a realização de entrevista teve como diretriz o endereço. Os 500 endereços se enquadram em três casos distintos:

Grupo I - Endereço de 2015 igual a 2009: entrevistamos o mesmo lugar de 2009. Aqui neste grupo estão também endereços que mudaram de função, residências que se tornaram comércio ou prédio para locação. Nestes casos, era captada a mudança de função, não sendo realizada nenhuma entrevista.

Grupo II – Um endereço de 2009 se desdobrou em vários em 2015: este é o caso, por exemplo, no qual uma casa foi destruída e houve a construção de um prédio. Neste caso, buscou-se entrevistar todos os endereços desdobrados daquele entrevistado em 2009.

Grupo III - Agrupamento de vários endereços entrevistados em 2009 em apenas um endereço em 2015: neste grupo estão os endereços em 2015 que incorporaram mais de um endereço entrevistado em 2009. Este poderia ser o caso de um conjunto de kitnets e casas de frente e de fundo entrevistadas em 2009 que foram “agregadas” sob um mesmo endereço. Neste caso era realizada apenas a entrevista em um endereço, sendo que os outros casos eram computados como “em ruínas”.

As diretrizes para a realização das entrevistas no Grupo II se apresentaram inviáveis em alguns momentos do campo pelas dificuldades em se captar se havia ou não uma divisão

de endereços. Não foi encontrado nenhum caso de um endereço que se tornou um prédio como havia sido previsto. Porém foram encontradas situações onde os atuais proprietários ou inquilinos não conseguiam precisar o momento de construção dos outros domicílios naquele endereço. Nestes casos, buscou-se exatamente o endereço registrado, complementado com o nome dos moradores de 2009 para a realização da entrevista, mas não foram entrevistados todos os endereços “fragmentados”.

Cabe salientar a *unidade doméstica* continuou sendo considerada como unidade de análise. A unidade doméstica (“casa”), conforme o Manual Interno organizado durante a pesquisa de 2009, foi entendida como:

[...] trata-se do grupo de pessoas que compartilham seus rendimentos e dividem suas despesas parcial ou integralmente. Normalmente a unidade doméstica é a casa. Para identificar uma unidade doméstica, permita que a entrevistada decida quem é membro de sua unidade doméstica. Se ela tem dúvidas ou é incapaz de decidir quem deve incluir, use a seguinte definição: a unidade doméstica é composta pelo grupo de pessoas que compartilham a moradia, a cozinha, a alimentação. Isso às vezes irá incluir pessoas que vivem numa casa anexa, às vezes poderá incluir pessoas que moram numa casa próxima e às vezes poderá incluir membros da família que estão temporariamente morando fora da casa entrevistada. Em caso de dúvida, inclua a todos como membros da unidade doméstica.

O questionário construído em 2015 foi baseado naquele aplicado em 2009. O questionário aplicado contava com um conjunto de questões que buscou captar informações sobre os moradores, características da unidade doméstica, opiniões sobre questões ambientais e as condições de vida sob qual estes estavam submetidos. Além disso, possuir informações em dois momentos distintos, em 2009 e 2015, permite comparativo temporal mapeando transformações no perfil dessa população e, se de fato, se desenrola uma melhoria nas condições de vida econômica e ambientais.

Deste modo, as questões estavam distribuídas em sete blocos: *follow-up* da Unidade Doméstica de 2009; Migração; Características dos Membros; Características da casa; Percepção Ambiental; Percepção da Aplicação da Entrevista e Status da Aplicação. O bloco *follow-up* da Unidade Doméstica de 2009 buscou captar se permanecia os mesmo moradores e, caso fossem moradores novos, a movimentação dos antigos moradores. O bloco de Migração visou investigar diferentes movimentos territoriais migratórios ou dentro da cidade do(s) indivíduo(s) de referência. O terceiro bloco, Características dos Membros, levantou pontos para traçar um perfil sociodemográfico dos moradores. O bloco Características da casa investigava as condições de vida da unidade doméstica. As questões da Percepção Ambiental

tenham como foco coletar impressões sobre a proximidade de questões ambientais com a realidade das famílias. E, por fim, os dois últimos blocos foram utilizados para controle da qualidade da informação e da aplicação da entrevista. Por ser um questionário extenso, a aplicação levava entre 20 à 35 minutos. Porém acredita-se que esta média de tempo está subestimada, como será exposto posteriormente.

Além disso, algumas questões foram incorporadas em blocos já existentes. Um conjunto de questões sobre características da construção foi inserida na caracterização do endereço inicial, e permite comparar aspectos do endereço de 2009 com 2015. Outras questões sobre mudança de endereço dentro do município trazem uma perspectiva sobre transformação e expansão urbana não captada no questionário anterior.

A pessoa de referência - a “dona da casa” - foi quem prioritariamente respondeu o questionário. Frequentemente a “dona da casa” refere-se à responsável do *household* ou à esposa do responsável de domicílio. Quando não havia a figura da dona, o questionário era respondido pelo “dono da casa”.

A seguir o questionário.



6. Seu marido / o senhor / nasceu em LRV? ..... 1.  Sim 2.  Não  
 ..... 3.  88 4.  99

7. Há quanto tempo ele mora sem interrupção em LRV?  
 .....  anos  meses  desde que nasceu  
 ..... 1.  88 2.  99

Se desde que nasceu → vá para questão 8

7.1. Quando ele chegou a LRV (1 a vez)? ..... / .....  
 ..... 1.  88 2.  99

q8 e qError Fonte de referência não encontrada.: perguntar sobre o movimento mais recente do casal para LRV

8. Qual foi o último município onde a senhora morou antes de vir para LRV?  
 Município/UF/Pais: ..... 1.  Rural 2.  Urbano3.  88 4.  99

Se 88 → vá para questão 9

8a. Quais atividades você praticava nesse lugar?  
 1.  Produção agrícola 2.  Trabalho em indústria 3.  Dono de comércio  
 4.  Trabalho em comércio ou serviços 5.  Autônomo 6.  Outros \_\_\_\_\_

9. Qual foi o último município onde o seu marido / senhor / morou antes de vir para LRV? Município/UF/Pais: ..... 1.  Rural 2.  Urbano3.  88 4.  99

Se 88 → vá para questão 10

9a. Quais atividades você praticava nesse lugar?  
 1.  Produção agrícola 2.  Trabalho em indústria 3.  Dono de comércio  
 4.  Trabalho em comércio ou serviços 5.  Autônomo 6.  Outros \_\_\_\_\_

10. Por qual motivo a senhora e seu marido escolheram morar em LRV?

- |   |   |
|---|---|
| <p><b>10a</b></p> <p>1. <input type="checkbox"/> Emprego<br/>                 2. <input type="checkbox"/> Parentes<br/>                 3. <input type="checkbox"/> Saúde<br/>                 4. <input type="checkbox"/> Localização<br/>                 5. <input type="checkbox"/> Casamento<br/>                 6. <input type="checkbox"/> Qualidade de Vida<br/>                 7. <input type="checkbox"/> Para acompanhar a família<br/>                 8. <input type="checkbox"/> Outros _____<br/>                 9. <input type="checkbox"/> 88</p> | <p><b>10b</b></p> <p>1. <input type="checkbox"/> Emprego<br/>                 2. <input type="checkbox"/> Parentes<br/>                 3. <input type="checkbox"/> Saúde<br/>                 4. <input type="checkbox"/> Localização<br/>                 5. <input type="checkbox"/> Casamento<br/>                 6. <input type="checkbox"/> Qualidade de Vida<br/>                 7. <input type="checkbox"/> Para acompanhar a família<br/>                 8. <input type="checkbox"/> Outros _____<br/>                 9. <input type="checkbox"/> 88</p> |
|---|---|

11. Quando chegaram, foram morar com

- |  |  |
|--|--|
| <p><b>11a</b></p> <p>1. <input type="checkbox"/> Parentes<br/>                 2. <input type="checkbox"/> Amigos<br/>                 3. <input type="checkbox"/> A própria família<br/>                 4. <input type="checkbox"/> Outros _____<br/>                 5. <input type="checkbox"/> 88</p> | <p><b>11b</b></p> <p>1. <input type="checkbox"/> Parentes<br/>                 2. <input type="checkbox"/> Amigos<br/>                 3. <input type="checkbox"/> A própria família<br/>                 4. <input type="checkbox"/> Outros _____<br/>                 5. <input type="checkbox"/> 88</p> |
|--|--|

Você perguntará sobre as escolhas de residência de dona e do dono desde que chegou a última vez em LRV.

Se mora na mesma residência desde que chegou em LRV, então será preenchida apenas uma linha.

Se mudou mais de uma vez, preencher as informações sobre cada residência onde morou, inclusive a informação do primeiro lugar que residiu.

12. a Data de mudança para a residência	13. a Por que escolheu esse bairro para morar?	15. a Qual era o bairro de residência

12. b Data de mudança para a residência	13. b Por que escolheu esse bairro para morar?	15. b Qual era o bairro de residência

Se o ego morou em apenas uma residência → vá para questão 17

16. Por que saiu do último domicílio?

- | <b>16a</b>   | <b>16b</b>   |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Desapropriação                         | <input type="checkbox"/> 1. Desapropriação                         |
| <input type="checkbox"/> 2. Valor do aluguel                       | <input type="checkbox"/> 2. Valor do aluguel                       |
| <input type="checkbox"/> 3. Busca de melhores condições de moradia | <input type="checkbox"/> 3. Busca de melhores condições de moradia |
| <input type="checkbox"/> 4. Aquisição de imóvel                    | <input type="checkbox"/> 4. Aquisição de imóvel                    |
| <input type="checkbox"/> 5. Falta de segurança                     | <input type="checkbox"/> 5. Falta de segurança                     |
| <input type="checkbox"/> 6. Casamento                              | <input type="checkbox"/> 6. Casamento                              |
| <input type="checkbox"/> 7. Outros                                 | <input type="checkbox"/> 7. Outros                                 |
| <input type="checkbox"/> 8. Distância do centro                    | <input type="checkbox"/> 8. Distância da escola/parentes,...       |
| <input type="checkbox"/> 9. Distância do trabalho                  | <input type="checkbox"/> 9. Distância do trabalho                  |
| <input type="checkbox"/> 10. Outras distâncias (parentes, escola). | <input type="checkbox"/> 10. Outras distâncias (parentes, escola). |
| <input type="checkbox"/> 11. Vendeu o imóvel anterior              | <input type="checkbox"/> 11. Vendeu o imóvel anterior              |

**Senhora**

**Senhor \ Marido**

17. Você(s) estão temporariamente em LRV?.....

1.  Sim 2.  Não

Se Não --> vá para questão 18

17.1. Qual o motivo? ..... 1.  Estudo 2.  Trabalho 3.  Outro \_\_\_\_\_

17.2. Onde fica a sua residência permanente? \_\_\_\_\_ 1.  Rural 2.  Urbano

Município/UF/País: \_\_\_\_\_



**IV. CARACTERÍSTICAS DA CASA**

36. Este domicílio é:
1.  Próprio – já pago / quitado
  2.  Próprio – ainda pagando - valor mensal \_\_\_\_\_
  3.  Alugado – valor do aluguel mensal \_\_\_\_\_
  4.  Cedido
  5.  Outra condição \_\_\_\_\_
37. Qual o material utilizado na construção das paredes externas deste domicílio?
1.  Toda de alvenaria
  2.  Madeira
  3.  Mistra alvenaria - madeira
  4.  Material reaproveitado (total ou parcial)
  5.  Outros materiais \_\_\_\_\_
38. Quantos cômodos existem neste domicílio? .....  \_\_\_\_\_
39. Quantos servem permanentemente de domicílio? .....  \_\_\_\_\_
40. Este domicílio é servido pela rede de energia elétrica? ..... 1.  Sim 2.  Não
41. Qual a forma de abastecimento de água utilizada no domicílio? **Se NÃO for 1, 1 ou 2, vá para questão 42**
1. Com canalização interna
    - 1.1.  Rede geral 1.2.  Poço ou nascente 1.3.  Outra forma
  2. Sem canalização interna
    - 2.1.  Rede geral 2.2.  Poço ou nascente 2.3.  Outra forma
  3.  Outra \_\_\_\_\_
- 41.1. Durante uma semana, o fornecimento de água encanada é:
1.  Continuada (o dia todo, todos os dias)
  2.  Durante algumas horas, todos os dias
  3.  Em dias alternados da semana
  4.  Menos de 3 dias por semana
42. Existe sanitário utilizado pelos moradores (considere apenas os que contêm chuveiro/banheira e aparelho sanitário) ..... 1.  Sim  \_\_\_\_\_ 2.  Não
- 42.1. O banheiro é de uso exclusivo do domicílio? ..... 1.  Sim 2.  Não

43. De que forma é feito o escoadouro deste banheiro ou sanitário?
1.  Rede coletora de esgoto ou pluvial
  2.  Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial
  3.  Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial
  4.  Fossa rudimentar
  5.  Vazia
  6.  Direto para o rio, córrego ou lago
  7.  Outra forma \_\_\_\_\_
  8.  Não sabe
44. Qual o destino do lixo deste domicílio? **Se resposta for diferente de 1 ou 2, vá para questão 45**
1.  Coletado diretamente
  2.  Coletado diretamente + coleta seletiva
  3.  Coletado indiretamente
  4.  Coletado indiretamente + coleta seletiva
  5.  Queimado
  6.  Enterrado
  7.  Jogado em terreno baldio
  8.  Jogado em rio ou lagoa
  9.  Outro destino \_\_\_\_\_
- 44.1. Qual a frequência da coleta do lixo?
1.  Diária
  2.  Uma vez por semana
  3.  Mais de uma vez por semana
  4.  Irregular

*Explique à entrevistada que fará algumas questões sobre rendimentos e despesas da UD.*

45. Quanto de renda a unidade doméstica recebeu no último ano de cada uma das classes fontes:

- R\$/mês
- 45.1. Renda do governo (aposentadoria, pensão, BPC, Bolsa-Família, etc.) \_\_\_\_\_
- 45.2. Remessa de parentes \_\_\_\_\_
- 45.3. Venda de produtos caseiros \_\_\_\_\_
- 45.4. Salário \_\_\_\_\_
- 45.5. Renda de negócios (bar, loja, etc.) \_\_\_\_\_
- 45.6. Outro (qual? \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_
- 45.7. Outro (qual? \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

46. Qual é a despesa mensal da unidade doméstica com cada um destes itens: R\$/mês

- 46.1. Comida / alimentação \_\_\_\_\_
- 46.2. Saúde (remédios, consultas, plano de saúde) \_\_\_\_\_
- 46.3. Educação \_\_\_\_\_
- 46.4. Transporte (incl. combustível) \_\_\_\_\_
- 46.5. Roupas \_\_\_\_\_
- 46.6. Diversão \_\_\_\_\_
- 46.7. Bebidas alcoólicas e/ou cigarro \_\_\_\_\_
- 46.8. Energia para casa \_\_\_\_\_
- 46.9. Água \_\_\_\_\_
- 46.10. Telefone (fixo e/ou celulares) \_\_\_\_\_
- 46.11. outros (Qual \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_
- 46.12. outros (Qual \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Explique à entrevistada que fará algumas questões sobre os **Bens** existentes nesta **UD**

47. Bens	48. Oide
1. Fogão a gás	
2. Geladeira	
3. Máquina de lavar roupas	
4. Micro ondas	
5. Rádio	
6. Aparelho de som	
7. Computador	
8. TV preto e branco	
9. TV colorida	
10. Antena Parabólica / Satélite	

11. Telefone celular	
12. Telefone fixo	
13. Carro	
14. Caminhonete	
15. Caminhão	
16. Bicicleta	
17. Moto	
18. Tablet	

**X. PERCEPÇÃO AMBIENTAL**

100. Na sua opinião qual o principal problema de Lucas do Rio Verde?

- Educação
- Segurança
- Moradia
- Transporte
- Saúde
- Meio Ambiente
- Trabalho/emprego
- Outros: \_\_\_\_\_
- Não sabe
- Nenhum

101. Tenho uma lista com algumas coisas que podem ser problemas no seu bairro. Para cada uma, diga-me se o senhor(a) acha muito grave, pouco grave ou se isto não é problema.

- 1- muito grave 2- pouco grave 3- não é problema 4- não sabe
- água para beber
- poluição do ar
- lixo jogado em qualquer lugar
- esgoto
- poluição de água (rios, córregos)
- mau cheiro/odores
- superpopulação/ excesso de gente
- queimada
- pouca quantidade de áreas verdes

103. Alguém desta casa já foi atingido diretamente por algum perigo do bairro?

Sim  
 Não (se não, não responder as q. 103 a e 104)  
 Não sabe

103.a O que fez neste caso?

Não fez nada (encerre módulo de Percepção Ambiental)  
 Resolveu sozinho (encerre módulo de Percepção Ambiental)  
 Não sabe (encerre módulo de Percepção Ambiental)  
 Teve ajuda (responder a questão 104)

104. De quem recebeu ajuda?

Parentes  
 Vizinhos  
 Associação de moradores  
 Polícia  
 Igreja/ centros religiosos  
 Patrão/patrãoa  
 Deputado/veicador/prefeito/outro político  
 Outro

**X. PERCEPÇÃO DA APLICAÇÃO ENTREVISTADA**

(entrevistador/responde)  
De um modo geral, o entrevistado demonstrou estar seguro das respostas?

1.  Muito seguro      2.  Seguro      3.  Neutro      4.  Inseguro  
5.  Muito inseguro

O entrevistado mostrou estar confortável com a entrevista?

1.  Muito confortável      2.  Confortável      3.  Neutro  
4.  Inconfortável      5.  Muito incomodado

Entrevistador: Observe o entorno da casa e assinale as características corretas.

Condições da rua

I.  Pavimentada em boas condições  
II.  Pavimentada com buracos  
III.  Terra regular com cascalho  
IV.  Terra irregular com cascalho  
V.  Terra apinhada  
VI.  Terra irregular

Há Guias e sarjetas?      1.  sim 2.  não

Há calçada em frente ao domicílio      1.  sim 2.  não

Há iluminação pública      1.  sim 2.  não

7

Observações:

**XI. STATUS DA APLICAÇÃO DA ENTREVISTA**

Qual a situação da entrevista domiciliar?

1.  Branco - BRC  
2.  Completo - CPL  
3.  Incompleto (INP)  
4.  Negado (NEG)  
5.  Ausente (AUS)  
6.  Domicílio não foi encontrado (DNE)  
7.  Não existe mais domicílio neste terreno (NA)  
8.  Entrevista agendada (EAG)

Retornar para entrevista em:

Data:

Período:

Hora: